



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS – PPGRI**

SÂMIA DE BRITO FRANCO

**A LÍNGUA AGE:
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A DIFUSÃO DA
LÍNGUA PORTUGUESA NO GOVERNO LULA (2003-2010)**

Florianópolis
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS – PPGRI**

SÂMIA DE BRITO FRANCO

**A LÍNGUA AGE:
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A DIFUSÃO DA LÍNGUA
PORTUGUESA NO GOVERNO LULA (2003-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Franco, Sâmia de Brito

A Língua Age: Política Externa Brasileira e a difusão da língua portuguesa no governo Lula (2003-2010) / Sâmia de Brito Franco; orientador, Pedro Antônio Vieira Florianópolis, SC, 2015.

187 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa Brasileira. 3. Difusão da língua portuguesa. 4. Governo Lula (2003-2010). I. Vieira, Pedro Antonio . II.

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de PósGraduação em Relações Internacionais. III. Título.

Sâmia de Brito Franco

A LÍNGUA AGE: POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de maio de 2015.

Prof^a. Dr^a. Monica Salomon
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Gilvan Muller de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^a. Dr^a. Monica Salomon
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dra. Monica Sol Glik
Universidade Autônoma de Madri

AGRADECIMENTOS

À Deus, por mostrar os caminhos por onde eu devo seguir.

Aos meus pais, Antonia Lia e Clímaco, que desde muito cedo me ensinaram, com amor, a importância e o valor transformador da educação e do conhecimento.

À minha irmã-companheira inseparável, Júnia, que sempre me apoiou e dividiu momentos de ansiedade, tristeza, alegria ao longo desse processo e de todos os outros.

Ao meu irmão de coração, Erick, que sempre apoiou com alegria e confiança o meu desenvolvimento na minha trajetória acadêmica e da vida.

Aos meus familiares que de algum modo estiveram presente me incentivando.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Vieira que, com paciência, disponibilidade e entusiasmo, me orientou nessa caminhada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, que contribuíram de modo especial para meu crescimento intelectual e acadêmico.

À nossa secretária, Marina Biaggi, que com sua presteza e dedicação sempre foi um apoio nessa caminhada.

Aos meus colegas e amigos do PPGRI, em particular, Ana Carolina Rosso, Ricardo Boff, Daniel Correia e Laura Gomez, que me acolheram e fizeram das aulas, das leituras, do aprendizado e, também, dos encontros fora dos muros da UFSC, um período proveitoso e de crescimento.

Às minhas amigas queridas, Camila Andrade, Nathalia Figueiredo, Josi Mozer, Emanuele Passos e Lílian Gonçalves, que foram o apoio, o incentivo e a companhia nesse período.

Ao Itamaraty, em especial, à equipe do Arquivo Documental, que disponibilizou tempo e documentos para a minha pesquisa.

À CAPES, que proporcionou a bolsa de estudos e, por isso, pude me dedicar integralmente às atividades do Programa.

Aos membros da banca de qualificação e/ou defesa, Prof^a. Dr^a. Mônica Salomon, Prof^a. Dr. Mônica Sol, Prof. Dr. Leandro Diniz e Prof. Dr. Gilvan Müller, que aceitaram meu convite e contribuíram muito para o trabalho.

Aos meus professores de graduação do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge), em especial ao Prof. Me. Matheus Souza, que me apresentaram o universo das Relações Internacionais e despertaram em mim a vontade de conhecer cada vez a mais essa área.

Minha pátria é a língua portuguesa.
(Fernando Pessoa, 1984)

RESUMO

A presente dissertação aborda a política externa para a difusão da língua portuguesa empreendida pelo governo Lula (2003-2010). A pergunta norteadora deste trabalho foi: Por que houve uma expansão de iniciativas de difusão da língua portuguesa no governo Lula (2003-2010)? A hipótese construída a partir da provocação inicial é a de que o governo Lula buscou impulsionar a expansão dos instrumentos de difusão da língua portuguesa para alcançar suas aspirações políticas e econômicas na política exterior, ou seja, fortalecer coalizões para participar mais assertivamente nos organismos multilaterais e proporcionar um ambiente mais favorável para as empresas nacionais. Foram usadas fontes primárias, como por exemplo, documentos do Arquivo Documental do Itamaraty em Brasília, e documentos disponíveis nos portais e publicações oficiais do governo brasileiro. Também nos servimos de fontes secundárias, como livros, trabalhos acadêmicos (teses e dissertações), revistas eletrônicas especializadas, anais de congresso, entre outros. Conceitos provindos da Economia Política do Sistema-Mundo (EPSM), e o de Soft Power foram utilizados no intuito de compreender o contexto da política exterior brasileira para difusão linguística e a implementação da política de difusão linguística no período do governo Lula. Diante dos conceitos teóricos e dos dados coletados, percebeu-se que o governo Lula direcionou sua política externa de difusão linguística, principalmente, para as regiões da América Latina e África, no afã de alcançar suas aspirações políticas e econômicas não só na escala regional, como na escala global. Os resultados deste trabalho apontam que o governo Lula buscou, a partir de oportunidades conjunturais, imprimir uma maior dinamização e complementaridade de elementos culturais para o alcance de seus objetivos externos. Desse modo, esta dissertação contribui para os estudos da política externa brasileira e difusão de elementos culturais e, assim, problematiza e incentiva outros pesquisadores a aprofundar estudos desenvolvidos na área.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Difusão da Língua Portuguesa. Governo Lula.

ABSTRACT

This dissertation discusses the foreign policy and the Portuguese language diffusion conducted by Lula's government (2003-2010). The question which guided this research was: why were the initiatives of language diffusion expanded during Lula's government? The hypothesis developed from the initial question is that Lula's government impulsed the expansion of the Portuguese language diffusion instruments in order to achieve its political and economic goals in foreign policy, in other words, build up coalitions to play an assertive role in multilateral organisms and provide a favorable environment to national enterprises abroad. The data were collected from primary resources, in Itamaraty's Documental Archive, and also in an official site and publications of the Brazilian Government, as well as in secondary resources including, books, academic works (thesis and dissertations), specialized digital magazines, conference annals and others. Concepts from the World Systems Theory as well as the concept of Soft Power were mixed to understand the context of the linguistic diffusion in the Brazilian foreign policy and its implementation during Lula's government. Based on the theoretic concepts and the collected data, it was shown that Lula's government conducted its linguistic foreign policy towards the Latin American and African regions as a result of Brazilian political and economic goals not only in those regions but also globally and structurally. The results of this research pointed that Lula's government, regarding conjunctural opportunities, has tried to boost and add the use of cultural elements to achieve its external objectives. In that way, this dissertation contributes to studies of Brazilian foreign policy and cultural elements diffusion by problematizing and encouraging other researchers to deepen the studies in the area.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Portuguese Language diffusion. Lula's Government

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AO-** Acordo Ortográfico de 1990
- BNDES** – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- Casa** – Comunidade Sul-Americana das Nações
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas e Nível Superior
- CARICOM** – Mercado Comum e Comunidade do Caribe
- CCB** – Centro Cultural Brasileiro
- CDH** – Conselho de Direitos Humanos
- CELAC** – Comunidade de Estados Latino-Americano
- CELPE-Bras** – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
- COMESA** -Common Market of Eastern and Southern Africa
- CPLP** – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CS** – Conselho de Segurança
- DAC** – Departamento de Assuntos Culturais
- DC** – Departamento Cultural
- DCE** – Divisão Educacional do Itamaraty
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DPLP** – Divisão de Promoção da Língua Portuguesa
- ECOSOC** – Conselho Econômico e Social
- EPSM** – Economia Política do Sistema- Mundo
- EUA** – Estados Unidos da América
- FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil
- FOCEM** – Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul
- Funarte** – Fundação Nacional de Artes
- IBAS** – Índia, Brasil e África do Sul
- IBEC** – Instituto Brasileiro Equatoriano de Cultura
- ISL** – Inglês como Segunda Língua
- IILP** – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MinC – Ministério da Cultura
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Ação Cultural
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEIBF – Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira
PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
SADC – Southern African Development Community
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERE – Secretaria de Relações Exteriores
SICA – Sistema de Integração Centro-Americana
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
Unasul – União de Nações Sul-Americanas
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USIA – United States Information Agency
USAID – United State Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1. POLÍTICA EXTERNA, DIPLOMACIA CULTURAL E A LÍNGUA: COMO SE RELACIONAM.....	29
1.1 A POLÍTICA EXTERNA E A DIPLOMACIA.....	29
1.2 DIPLOMACIA PÚBLICA, DIPLOMACIA CULTURAL E O CONCEITO DE SOFT POWER	31
1.3 PERSPECTIVAS DA UTILIZAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURA	36
1.3.1 MOVIMENTOS HISTÓRICOS DO PODER E A DIPLOMACIA CULTURAL	36
1.3.2 A QUESTÃO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM AS AÇÕES DE DIPLOMACIA CULTURAL	44
1.3.3 A LÍNGUA, O STATUS QUO E A DIPLOMACIA CULTURAL	46
1.3.4 OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO LINGUÍSTICA	52
2 BRASIL, DIPLOMACIA CULTURAL E DIFUSÃO LINGUÍSTICA: HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO.....	57
2.1 AGÊNCIAS, PROGRAMAS E INSTRUMENTOS BRASILEIROS DE DIFUSÃO LINGUÍSTICA.....	57
2.1.1 DEPARTAMENTO CULTURAL (DC).....	58
2.1.2 REDE BRASIL CULTURAL	59
2.1.3 EXAME DE CERTIFICAÇÃO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS (CELPE-BRAS).	60

2.1.4 PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) E PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG).....	60
2.1.5 COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) E INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP).....	62
2.2 HISTÓRICO DA DIFUSÃO LINGUÍSTICA BRASILEIRA	63
2.3 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DIPLOMACIA CULTURAL E DA DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	80
3 O GOVERNO LULA (2003-2010) E A EXPANSÃO DE INICIATIVAS DE DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTERIOR	85
3.1 O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) E A DIVISÃO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA (DPLP): A EXPANSÃO DA REDE BRASIL CULTURAL.....	85
3.3 O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) E O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG): NÚMEROS NO GOVERNO LULA.....	96
3.4 “NOVOS ATORES”: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E AS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTERIOR.	101
3.4.1 O EXAME CELPE-BRAS- E A SUA CONSOLIDAÇÃO.....	103
3.4.2 PROGRAMA ESCOLAS INTERCULTURAIS BILÍNGUES DE FRONTEIRA / PEIBF.....	104
3.4.3 AS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO E A DIFUSÃO LINGUÍSTICA.....	107
3.5 A DIFUSÃO LINGUÍSTICA BRASILEIRA E O MULTILATERALISMO	115
3.5.1 O BRASIL NA CPLP: A REFORMA DO IILP	116
3.5.2 O BRASIL NA CPLP: O ACORDO ORTOGRÁFICO	118

3.5.3 O BRASIL NA CPLP: O PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA PARA A PROMOÇÃO, A PROJEÇÃO E A DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.	121
4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, O GOVERNO LULA E A DIFUSÃO LINGUÍSTICA: UMA TENTATIVA DE EXPLICAÇÃO.....	123
4.1 CONJUNTURA E ESTRUTURA	123
4.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E OS CAMINHOS DO GOVERNO LULA	131
4.3 O EIXO SUL NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA E AS AÇÕES DE DIFUSÃO LINGUÍSTICA	136
4.3.1 A AMÉRICA LATINA	140
4.3.2 ÁFRICA	148
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS	165

INTRODUÇÃO

A incorporação da cultura na agenda das ações estatais no estrangeiro se dá por meio da diplomacia cultural. Essa modalidade da diplomacia busca, por meio do desenvolvimento e implementação de políticas culturais em âmbito externo, alcançar os objetivos determinados pelas diretrizes mais gerais da política exterior levada a cabo por um Estado. Historicamente, muitos Estados têm apostado na difusão de elementos culturais, como complementares às suas demais políticas, para criar um ambiente mais propício às suas aspirações no exterior. Dentre os símbolos culturais, a língua historicamente foi aquela que ganhou maior atenção dos Estados para compor sua estratégia internacional.

Nas Relações Internacionais, Suppo (2012) afirma que a cultura ganhou, junto com os debates sobre o papel das instituições internacionais, papel proeminente nos estudos sobre o sistema internacional na década de 1990, no entanto, completa afirmando que a cultura já era representada em outros paradigmas das Relações Internacionais, como o Realista, mas de maneira secundária. O conceito de *soft power*, elaborado por Nye (1990), estimulou as discussões no meio acadêmico sobre a utilização da cultura como estratégia política pois, como Suppo (2012) advoga, o autor elevou a cultura ao patamar de centralidade na composição do poder estatal.

Todavia, é preciso frisar que o estudo da diplomacia cultural é ainda bastante incipiente fora do eixo anglo-saxônico. O caso brasileiro, por exemplo, ilustra bem essa realidade (HOUAISS, 1989; LESSA, 2012). Pode-se dizer que a obra pioneira sobre diplomacia cultural no Brasil surgiu da própria diplomacia brasileira. Estamos nos referindo ao trabalho “A diplomacia cultural e seu papel na política externa brasileira”, do diplomata Edgard Telles Ribeiro, elaborado em 1989, para a conclusão do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, o qual se tornou leitura obrigatória para aqueles que empreendem pesquisas nesse campo. No texto, além de fazer uma apresentação conceitual e histórica da diplomacia cultural, o diplomata discute a relação dessa com objetivos mais gerais da política externa e, também, introduz os leitores à situação dessa modalidade diplomática no Brasil.

O trabalho de Ribeiro (2011)¹ foi seguido pelos pesquisadores brasileiros, com especial destaque para os trabalhos da professora Mônica Lessa e dos pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que passaram a empreender pesquisas mais específicas sobre a relevância e a utilização de elementos culturais na ação do Estado brasileiro. Durante as pesquisas empreendidas para esta dissertação, contudo, tivemos dificuldade para achar trabalhos específicos na área da diplomacia cultural brasileira em que a questão da difusão linguística fosse o objeto central do estudo. Desse modo, aproveitando a característica basilar de interdisciplinaridade da área das Relações Internacionais, foi necessário empreender uma incursão pela área da Linguística e, assim, resgatar conceitos e experiências que pudessem agregar maior densidade à pesquisa.

Da Linguística, foi resgatado o conceito de política linguística. O linguista Jean Louis Calvet (2007), expoente dos estudos sociolinguísticos, analisa o conceito de política linguística e planejamento linguístico implementados pelo Estado nacional. O autor afirma que as políticas linguísticas podem intervir tanto sobre o *corpus*, como sobre o *status* da língua, sendo este último tipo de intervenção aquele utilizado para os fins desta dissertação. Diniz (2012) afirma que, mesmo na área de estudos da política linguística, são raros aqueles que se dedicam ao conceito de política exterior linguística.

Em nossa pesquisa, pudemos perceber um esforço significativo por parte dos linguistas brasileiros em mapear, analisar e qualificar os instrumentos criados para a difusão da variante brasileira do português em âmbito exterior. Um trabalho mais específico sobre os instrumentos desenvolvidos pelo Itamaraty para a difusão da língua portuguesa foi realizado por Leandro Rodrigues Alves Diniz (2012) na tese “Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior”, na qual, o autor mapeia e analisa com profundidade os principais instrumentos desenvolvidos pelo Itamaraty para a difusão do português no exterior.

Levando em consideração o debate existente sobre o tema no meio acadêmico, esta dissertação buscou empreender uma pesquisa em que a

¹ O trabalho de Ribeiro foi originalmente escrito e publicado em 1989 e teve sua segunda versão, com alguns comentários atualizados pelo autor, publicada em 2011. Essa última é referenciada por essa dissertação.

difusão linguística não pudesse ser dissociada das ações da política exterior do governo brasileiro. Para isso, foi necessário apreender a política externa brasileira como um construto complexo, cujas possibilidades/limitações são reflexo não só do contexto em que se insere, mas de estruturas, no caso do Brasil, a sua própria condição semiperiférica, as quais foram desenvolvidas e consolidadas historicamente. Desse modo, a análise feita ao longo da dissertação procurou não criar uma separação rígida entre o interno e o externo, pois ficou bastante evidente durante a pesquisa que as influências de ambos os ambientes foram decisivas na constituição e desenvolvimento dos instrumentos para a difusão linguística.

A proposta dessa dissertação foi estudar o tema da política externa e a difusão linguística pelo Estado brasileiro, mais precisamente nos dois mandatos do governo Lula (2003 – 2010). Partimos da seguinte indagação: Por que houve uma expansão de iniciativas de difusão linguística no governo Lula (2003-2010)? A resposta inicial, ou seja, nossa hipótese, pode ser assim formulada: O governo Lula impulsionou a expansão dos instrumentos de difusão da língua portuguesa para alcançar suas aspirações políticas e econômicas na política exterior, ou seja, fortalecer coalizões para participar mais assertivamente nos organismos multilaterais e proporcionar um ambiente externo mais favorável para suas empresas nacionais.

É importante frisar nesse ponto que a política de difusão linguística do governo Lula se insere em um quadro mais geral da própria internacionalização da língua portuguesa. Oliveira (2013) comenta que o período pós 2001 foi bastante fértil para a promoção dessa língua na medida em que os países lusófonos melhoravam, por diferentes motivos, seu posicionamento em escala mundial. Nesse sentido, os dados sobre o atual alcance da língua portuguesa são importantes para compreender a relevância de se investir nessa tanto para a política externa brasileira como para os estudos na área.

A língua portuguesa foi o primeiro idioma a se internacionalizar no período das Grandes Navegações. Atualmente, é língua oficial em 10 países² que estão distribuídos em quatro continentes: América, Europa,

² Brasil, Portugal, Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Guiné Equatorial (2011) e China (cooficial na República Administrativa Especial de Macau até 2049)

África e Ásia. O número de falantes dessa língua está estimado entre 221 e 245 milhões, sendo que esse número cresce principalmente em países africanos, como Angola e Moçambique. Além disso, possui entre 7 e 9 milhões de falantes em diásporas contemporâneas por países como Estados Unidos, Canadá, Paraguai, Japão, África do Sul, Oliveira (2013, p.411) acredita que

[...]estas bases geográficas são pontos de apoio e de criação de interesse para a manutenção e ensino da língua de herança no exterior e importante razão para o intercâmbio comercial e cultural com aqueles países.

Na era da Informação, o português é a quinta língua mais utilizada na Internet e alcança a 83 milhões de usuários, sendo que o crescimento do número falantes conectados está atrelado ao letramento nos países lusófonos, que tem tido um bom crescimento em todos os níveis de escolaridade (OLIVEIRA, 2013). O português também se insere em cinco blocos regionais com status de oficialidade ou de especial: Mercosul, União Europeia, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). E também está presente em diversas organizações diplomáticas, como Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Africana, União de Nações Sul-americanas (UNASUL), Organização dos Estados Americanos (OEA), União Postal Internacional, entre outras.

Esta língua ainda possui certa particularidade: os países lusófonos podem ser considerados “ilhas linguísticas” porque não fazem fronteiras com nenhum outro representante da lusofonia. Nesse caso, o português faz fronteira com outras línguas oficiais como o espanhol, o inglês, o francês, o holandês, o chinês, o kiswahili e nesse caso, segundo Oliveira (2013, p.412), proporciona o empreendimento de “interessantes alianças geolinguísticas”, como por exemplo, o bilinguismo na América do Sul. O que, inevitavelmente, beneficiaria ao projeto político, econômico e social de integração brasileira com o resto do continente.

Nos apropriando desses fatos e inserindo aos objetivos de política externa brasileira, o estudo desenvolvido pretendeu analisar, a partir do posicionamento brasileiro na hierarquia da economia mundo e das próprias percepções dos tomadores de decisão brasileiros sobre o contexto em que eles se inseriam, o movimento de expansão dos

instrumentos brasileiros de difusão do português se direcionou para o eixo do Sul global. A partir dessa constatação, buscamos analisar, prioritariamente, as ações de difusão linguística no contexto das relações brasileiras com os países do Sul global e, também, as ações brasileiras em foros multilaterais regionais, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Para tanto, levantamos dados primários oriundos do próprio Itamaraty. Visitamos durante quatro dias o Arquivo documental do Itamaraty na sede do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em Brasília. A coleta dos documentos foi realizada da seguinte maneira: buscamos o ano/país em que foram abertos os Centros Culturais no período estudado, os registros de participações brasileiras no âmbito da CPLP, também no governo Lula e, por último, o ano/país (em sua totalidade situados na América do Sul) em que alguns Centros Culturais foram privatizados no governo FHC para compor a trajetória histórica dos instrumentos desenvolvidos pelo Itamaraty.

Em complementaridade aos documentos coletados no Ministério das Relações Exteriores (MRE), foram analisadas fontes secundárias, tais como discursos, acordos, portarias, estatutos, portais e publicações oficiais, livros, teses, dissertações, artigos acadêmicos (em sua grande maioria, no formato online), entre outros.

No intuito de organizar e apresentar os resultados da pesquisa empreendida, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Política externa, diplomacia cultural e a língua: como se relacionam”, serão explorados conceitos como política externa, diplomacia cultural e como a língua nacional se insere nas dinâmicas das ações de política externa dos Estados. Apresentados os conceitos, será feita uma contextualização histórica desses. O segundo capítulo, “Brasil, diplomacia cultural e difusão linguística: histórico e organização”, será encarregado de descrever os instrumentos desenvolvidos pelo Brasil para a difusão da língua portuguesa. Esses também serão vistos no contexto histórico em que foram criados no intuito de observar as movimentações internas e externas que propiciaram a sua criação.

No terceiro capítulo, “O governo Lula (2003-2010) e o impulso na difusão da língua portuguesa no exterior”, é apresentado um levantamento dos dados sobre a expansão dos instrumentos de difusão da língua portuguesa pelo governo Lula. Instrumentos históricos e instrumentos novos de difusão linguística se mesclam para compor o quadro relativo

ao governo Lula. O quarto capítulo, “A política externa brasileira, o governo Lula e a difusão linguística: uma tentativa de explicação”, buscará explicar as possíveis razões pelas quais o governo Lula empreendeu uma expansão na política de difusão linguística. Sendo assim, as pretensões em âmbito externo foram importantes para que a cooperação cultural fosse reativada na agenda de política exterior.

Fechando a dissertação, apresentamos nossas Considerações Finais.

1. POLÍTICA EXTERNA, DIPLOMACIA CULTURAL E A LÍNGUA: COMO SE RELACIONAM

No intuito de consolidar uma base conceitual para a discussão da inserção de símbolos culturais na política externa dos Estados, este capítulo tem dois objetivos: definir conceitos como *política externa*, *diplomacia pública e cultural*, e posicioná-los historicamente, dando especial ênfase às iniciativas no campo da difusão linguística. Para isso, as primeiras duas subseções darão conta de formar um arcabouço conceitual de como a cultura é interpretada e operacionalizada pelos aparatos estatais, as outras demais subseções serão responsáveis pelo posicionamento histórico dos Estados na condução de suas diplomacias culturais, abarcando não só tradicionais potencias culturais, como também aquelas inciativas mais recentes mas que também influenciaram a forma de difusão linguística em escala mundial.

1.1 A POLÍTICA EXTERNA E A DIPLOMACIA

Hill (2003) define a política externa como ações oficiais de um ator independente, tradicionalmente um Estado, em âmbito externo. Para fins deste estudo, serão destacadas as ações estatais. Oliveira (2005, p.5) percebe a política externa como ação particular dos governos no exterior, em que estes se relacionam, a partir das dimensões político-diplomática, militar-estratégica e econômica, com diferentes atores e instituições governamentais e não governamentais, seja bilateralmente ou multilateralmente. Cervo e Bueno (2011) argumentam que a ação estatal no exterior, nos últimos dois séculos, tem influenciado diretamente a vida cotidiana dos indivíduos, já que colaborou para a paz ou para a guerra, administrou conflitos e/ou a cooperação, e incorporou resultados de crescimento/desenvolvimento e atraso/dependência.

Vizentini (1999) afirma que política externa é a orientação governamental de um Estado em particular, diante de conjunturas específicas, para lidar com uma diversidade de elementos em ordem mundial, como por exemplo, governos e/ou estados, situações, regiões e, ainda, com estruturas. O autor salienta que, para analisar o movimento dos Estados em âmbito externo, é preciso levar em consideração a sua formulação e seu envolvimento com a realidade política doméstica. Por conseguinte, seria interessante para este trabalho suscitar os seguintes

questionamentos: quem implementa a política externa? Qual ou quais instituições são criadas para conduzir os interesses governamentais em meio externo?

A política externa, por representar os propósitos de um país frente às suas “circunstâncias”, necessita ser operacionalizada. A instituição historicamente criada para lidar com essa necessidade de materialização das ações dos governos em âmbito exterior foi a diplomacia. Segundo Cervo (2008), a política exterior, a partir de interesses, valores e “expectativas” sobre as regras que conduzam a realidade do ambiente externo, fornece o conteúdo para a ação diplomática. A diplomacia, desse modo, é o braço prático da política externa, o qual possui a tarefa de interpretar e implementar as diretrizes definidas pelos governos. Para dar conta da realização dos objetivos propostos pelo arcabouço político, a diplomacia, ainda conforme Cervo (2008), assume e gere uma agenda de compromissos no exterior.

Tradicionalmente, os governos organizaram sua diplomacia em torno de um corpo diplomático oficial, representantes de um Ministério que trata de assuntos exteriores. Segundo Magalhães (1999), o corpo diplomático exerce algumas funções importantes em âmbito internacional, como a de representar, a de informar e a de promover a nação fora de suas fronteiras. As ações de promoção, geralmente relacionadas às relações comerciais e culturais, têm papel impulsor das relações representativas no exterior, pois conseguem “originar e incrementar” as negociações e, também, fortalecer outras funções que a atividade diplomática exerce no país destinatário. Em outras palavras, ações de promoção no exterior empreendidas pelo Estado ajudam a criar um ambiente mais propício ao alcance de objetivos mais gerais da política externa. Como Lima (2013, p.41) afirma, é pela diplomacia que “[...] os Estados fazem-se representar perante outros, defendendo seus interesses e afirmando suas especificidades”.

A difusão cultural pode ser inserida na agenda de atividades para promoção de um Estado executada pelo corpo diplomático. Para entender como se dá este relacionamento entre a diplomacia e a cultura, alguns conceitos serão apresentados a seguir e darão conta desse universo.

1.2 DIPLOMACIA PÚBLICA, DIPLOMACIA CULTURAL E O CONCEITO DE SOFT POWER

A iniciativa estatal de desenvolver programas que alcancem a opinião pública não pode ser considerada uma estratégia contemporânea. Em meados do século XIX, os Estados já começavam a dar importância às diferentes formas de intervir no ambiente civil para influenciar a formação de imagens favoráveis à sua ação. Carr (2001), discutindo a importância do poder sobre a opinião, afirma que a tentativa de controlar as expectativas da opinião pública data do período anterior à I Guerra Mundial, mas, que foi a sua utilização com fins militares que potencializou o interesse dos governos em desenvolver as técnicas e iniciativas nesse segmento.

Analisando o comportamento das potências europeias na I Guerra, o autor chega à conclusão de que o poder sobre a opinião, indissociável do militar e econômico, foi importante na composição das estratégias dos países vitoriosos. Nessa perspectiva, Carr (2001) atribui uma nova racionalidade às iniciativas de alcance da opinião pública, equiparando-as a outros elementos, como o militar e o econômico. No entanto, ele realça que, para se alcançarem os objetivos práticos esses poderes devem estar “intimamente relacionados”.

Carr (2001) observa que, com o fim da I Guerra Mundial, muitos dos organismos criados para executar e desenvolver o programa de propaganda estatal foram desmantelados. Contudo, algumas agências estatais ainda continuaram a operar, mesmo em tempo de “paz”. As iniciativas de cunho propagandístico também foram amplamente utilizadas na II Guerra, vide o grande complexo desenvolvido pelo governo alemão para influenciar diretamente sua opinião pública doméstica a legitimar as ações do governo nazista.

O componente de alcance da opinião pública, após o período das Grandes Guerras, permanece como instrumento de utilização estatal; no entanto, se transforma quanto aos propósitos. Afinal, os horrores das Guerras trouxeram a preocupação normativa da pacificação e do desenvolvimento de novos procedimentos políticos diferentes daqueles que propulsionaram o ambiente conflituoso. Além disso, o período posterior à II Guerra trouxe um novo cenário: a ascensão de uma potência

hegemônica, os Estados Unidos, que deveria organizar e desenvolver meios para que houvesse paz e estabilidade em todas as dimensões da sociedade internacional: política, econômica, financeira e cultural.

Interpretando essa realidade histórica, Nye (1990) assume que as transformações e maior interdependência entre os países, que se iniciam com o final da Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que os EUA ascendem como potência hegemônica, e se intensificam na década de 1970, tornou alto o custo da utilização do chamado *hard power*. Com a maior interdependência econômica e política, as potências tradicionais começaram a perceber que era necessário buscar um maior equilíbrio entre métodos tradicionais de coerção e instrumentos mais brandos de ação política.

Dessa maneira, outras fontes de poder ganham maior visibilidade nas estratégias da inserção internacional de um Estado. Nye (2011, p.46) afirma que para entender as novas formas de poder deve-se passar, primeiramente, pelo significado de poder, que pode ser definido “[...] como a habilidade de afetar os outros para ter as coisas que você quer”³. Posto desse modo, o poder assume outras dimensões que não só as relacionadas às armas e à força física.

Para Nye (1990), existem diferentes tipos de poderes, ou seja, diferentes estratégias para os Estados alcançarem seus objetivos. Ele diferencia o “*co-optive ou soft power*” do “*comand ou hard power*”. O primeiro seria o poder de convencer, ou ainda, de ganhar legitimidade dos outros para alcançar os seus objetivos. O segundo relaciona-se com a capacidade de impor que os outros façam algo de seu interesse. Essa capacidade de “moldar preferências” derivada do *soft power*, segundo Nye (1990), está ligada diretamente a elementos intangíveis, como a cultura, a ideologia e instituições. Segundo essa tese, a propagação destes elementos atrairá parceiros ou outros Estados, e esses “seduzidos” pelos valores e simbologia estarão mais inclinados a seguir os Estados que se utilizam dessas estratégias.

Desse modo, o período do pós-guerra propiciou o desenvolvimento das práticas que ajudariam a gerar essa habilidade de “moldar preferências”. O visto foi a proliferação de agências nacionais que tinham como objetivo desenvolver e promover programas, principalmente no setor cultural, que influenciassem diretamente a opinião pública, não só entre suas fronteiras, mas também fora delas. Assim, alguns métodos e

³ [...] as the ability to affect others to get the things you want.

práticas que buscavam gerar o *soft power* foram institucionalizados e utilizados por gestores para desenvolver a diplomacia pública dos países.

Khumthukthit (2010) afirma que a diplomacia pública se destaca entre o fim das Grandes Guerras e a Guerra Fria, porém tem seu poder acentuado e acelerado no início do século XXI. Para Melissen (2005), a diplomacia pública se diferencia da tradicional na medida em que diversifica seu público alvo, buscando não somente atingir organismos oficiais/ estatais, mas também as sociedades estrangeiras, indivíduos e organizações. Snow (*apud* KHUMTHUKTHIT, 2010, p.19-20) acrescenta que a diplomacia pública “informa, influencia e envolve o público” para o alcance de objetivos da política externa.

Essa estratégia pressupõe que a imagem e a reputação do país são bens públicos e que podem influenciar positivamente ou negativamente o ambiente, no qual se relacionam atores diversos (LEONARD; STEAD; SMEWING, 2002). Melissen (2005) afirma que a diplomacia pública não pode ser vista como um elemento altruístico, já que ela se utiliza dos instrumentos de alcance da opinião pública para perseguir seus interesses no diálogo político, no comércio e nos investimentos, no seu relacionamento com a sociedade civil de outros países, e, também, tende a se alinhar ao *hard power*, na medida em que pode ajudar na administração de alianças, em intervenções militares e na prevenção de conflitos.

O universo da diplomacia pública é composto por atividades diversas que vão desde a divulgação de notícias sobre o cotidiano diplomático, até a instrumentalização da cultura (MARK, 2009). É muito importante frisar que a diplomacia pública abrange outras atividades informativas e comunicativas, que não só programas de promoção cultural, como o ensino da língua. Assim, a instrumentalização da cultura pelos Estados, conhecida por diplomacia cultural, está contida no universo da diplomacia pública. A cultura surgiria como campo propício para o desenvolvimento de diferentes estratégias de projeção internacional e, conseqüentemente, conseguiria refletir, em grande parte, os objetivos mais gerais da política externa. Willy Brandt, chanceler alemão responsável pela reaproximação das duas Alemanhas, na década de 1960, chega a afirmar, em 1996, que a diplomacia cultural seria considerada o terceiro pilar da política externa alemã (RIBEIRO, 2011).

Não há unanimidade na literatura nem quanto à definição, nem quanto ao principal objetivo da diplomacia cultural (MARK, 2009;

CURB CENTER, s/d, BADILLO, 2014). Mark (2009), no entanto, tenta sistematizar as definições existentes e afirma que elas podem assumir caráter idealista ou instrumentalista. Nas versões idealistas, a incursão dos Estados na área cultural tem como objetivo a promoção de entendimento mútuo entre as sociedades, como por exemplo, podem ser citadas a argumentação de Cummings (2003 *apud* KITSOU, 2011, p.22) que percebe a diplomacia cultural como “intercâmbio de ideias, informações, artes e outros aspectos da cultura entre nações e suas populações no intuito de promover o entendimento mútuo⁴”, ou ainda, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, afirmando que “[...] o papel da diplomacia cultural é plantar sementes – ideias e ideais, estratégias estéticas e conselhos, argumentos político-filosóficos, percepções, visões de mundo – que podem florescer em solo estrangeiro”⁶ (US, 2005, p.7).

Nas descrições mais instrumentalistas, a cultura é percebida como instrumento de alcance dos objetivos de política externa. Parece que esta última abordagem tem grande apelo entre autores que estudam o tema no Brasil, a exemplo de Ribeiro (2011); Bijos e Arruda (2010); Lima (2013); Soares (2008); Menezes (2009).

Em congruência com essa visão, Lessa, Saraiva e Mapa (2011) argumentam que a diplomacia cultural é uma das estratégias internacionais dos Estados que, por meio da utilização de meios culturais, busca alcançar objetivos definidos em projetos de desenvolvimento nacional e/ou projeção em meio externo. Concordando com os autores, Badillo (2014, p.7) argumenta que a diplomacia cultural “[...] é uma forma de política comunicacional dos Estados, em que a cultura desempenha uma tarefa central, no entanto instrumental, subordinada aos objetivos vinculados à imagem exterior de um país”.⁷ Tentando destrinchar a contribuição da diplomacia cultural para a ação dos Estados em âmbito exterior, Mark (2009) destaca, ainda, que ela pode contribuir

⁴Exchange of ideas, information, art and other aspects of culture among nations and their peoples in order to foster mutual understanding (Cummings, 2003 *apud* Kitsou 2011, p.22).

⁵ Todas as traduções realizadas nesta dissertação são de nossa responsabilidade.

⁶ [...] the role of cultural diplomacy is to plant seeds—ideas and ideals; aesthetic strategies and devices; philosophical and political arguments; spiritual perceptions; ways of looking at the world—which may flourish in foreign soil.

⁷[...] es una forma de política comunicacional exterior de los Estados en la cual la cultura desempeña una tarea central, pero instrumental, subordinada a objetivos vinculados a la imagen exterior del país.

para o desenvolvimento de questões comerciais, econômicas, diplomáticas, políticas; aprofundar relações bilaterais; o envolvimento com populações específicas no estrangeiro, como as diásporas, e, por fim, a diminuição tensões nas épocas que as relações com o país alvo das ações estejam estremecidas.

Ribeiro (2011) também estabelece relações entre a diplomacia cultural e a inserção internacional do Estado. Para o autor, a diplomacia cultural pode contribuir para o alcance de diretrizes mais gerais dos Estados, como por exemplo, em processos de construção da paz, no fortalecimento da política bilateral, no desenvolvimento do comércio e na facilitação da cooperação técnica. Considerando a busca pela paz, o autor ressalta que “[...] além de contribuir para minimizar julgamentos por estereótipo, esse processo de transferências em geral reforça sentimentos pacíficos pela própria ideia da universalidade do patrimônio cultural e artístico” (Ribeiro, 2011, p.34).

No campo político, a diplomacia cultural tem a capacidade de seduzir em detrimento da intimidação e, por isso, “[...] os atos culturais permitem aos Estados diversificar, ampliar, enfatizar os pontos fundamentais – ou ressaltar determinadas minúcias – de suas atuações bilaterais, ou multilaterais” (RIBEIRO, 2011, p.37). No âmbito comercial, o autor destaca a importância da promoção cultural, pois ela fortalece a confiabilidade e a familiaridade com o produto vendido. Desse modo, “[...] a cultura, dinamicamente difundida, em alguma medida também acaba passando esse filtro comum de formação de imagens e critérios – que gera hábitos de consumo” (RIBEIRO, 2011, p.39).

Por último, pode existir uma relação profícua entre diplomacia cultural e cooperação técnica, pois “[...] a oferta de cooperação técnica de um país tem melhores possibilidades de aceitação e penetração se estiver amparada por uma projeção de valores culturais desse país” (RIBEIRO, 2011, p.41). A superação de eventuais resistências aos programas técnicos tem o apoio da cultura, uma vez que ela influencia na diminuição dos desentendimentos provindos na execução das tarefas relacionadas ao projeto de cooperação.

Quanto às atividades que podem ser englobadas como ações da diplomacia cultural, Mark (2009) enumera uma diversidade de exemplos: programas de intercâmbio acadêmico (professores, pesquisadores e estudantes); apresentações de grupos culturais e artistas autóctones; seminários e conferências; abertura de bibliotecas; manutenção de

professores em universidades no exterior, entre outras. Ribeiro (2011, p.31) complementa essas modalidades, argumentando que a diplomacia cultural abrange, também, o ensino da língua, a distribuição integrada de material divulgação, o apoio à cooperação intelectual e técnica e a integração e mutualidade na programação.

Diante das considerações acima, este estudo aprofundará a noção de que a diplomacia cultural é um instrumento diplomático para o alcance de interesses estatais em meio internacional. Na próxima subseção, os conceitos desenvolvidos nesta subseção serão contextualizados historicamente.

1.3 PERSPECTIVAS DA UTILIZAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURA

1.3.1 MOVIMENTOS HISTÓRICOS DO PODER E A DIPLOMACIA CULTURAL

As iniciativas de difusão cultural também respondem à lógica de competição existente no sistema interestatal. A difusão cultural, historicamente, foi considerada um instrumento de afirmação de *status quo*. Para realizar uma análise sobre as ações de difusão cultural pelos Estados, o ponto de partida é o movimento de expansão marítima e da colonização.

Hobsbawn (1990) afirma que, na segunda metade do século XIX, os Estados-nação começaram a intervir para expandir e difundir os elementos culturais necessários para a sua afirmação como ente exclusivo no cenário internacional. Impulsionado pelo nacionalismo e por questões econômico-estratégicas, o sistema de Estados europeus se lança em inúmeras expansões ultramarinas, buscando novas terras e novos povos para serem “civilizados”, segundo os padrões e exigências europeias. Sendo assim, o transbordamento do nacionalismo refletiu nas políticas de “civilização cultural” empreendidas pelos europeus em diversos territórios dominados pelos respectivos Estados-nação. Coyne (2013, p.10) argumenta que:

A expansão do sistema-mundo europeu também significou a propagação do sistema interestatal e do nacionalismo, que sugeriu a cada estado escolher uma língua para representar uma população

unificada e a primeira língua se torna invariavelmente a língua nacional⁸.

No entanto, não é de interesse deste estudo explorar exaustivamente as ações estatais no período da expansão do sistema-mundo europeu. A alusão a essa expansão é importante, pois apresenta uma das características históricas dos movimentos de difusão cultural: o domínio de sua utilização por potências centrais do sistema. O domínio das práticas culturais no exterior se desenvolveu a partir da necessidade de os países centrais se estabelecerem nas realidades das regiões periféricas colonizadas e, também, na medida do possível, aumentarem/afirmarem seu poder relativo no sistema interestatal.

Esse resgate histórico também traz à tona alguns questionamentos sobre a temporalidade proposta por Nye (1990) para a ascensão de elementos culturais como centrais na estratégia estatal. O investimento para a formação de capacidades, sejam elas humanas ou estruturais, para a difusão cultural já estava presente na agenda imperialista antes do século XX, e esse tinha certa centralidade na composição das ações europeias na periferia do sistema.

O que se pode perceber é que a história da difusão cultural e linguística é desenhada, principalmente, a partir dos polos centrais do poder. Atualmente, no entanto, a difusão cultural com vistas à dominação e imposição cultural característica do sistema colonial deu lugar a uma estratégia de legitimação para ações dos Estados centrais e, também semiperiféricos, frente à opinião pública. Mas, antes de discutir isso, é preciso lançar alguma luz sobre os processos históricos de constituição dessa vertente da realidade interestatal.

A França é, reconhecidamente, um país pioneiro no campo da promoção cultural. Desde a Idade Média, esse já exercia influência do ponto de vista cultural no continente europeu, mas, segundo Teles (2009), foi no período das regências de Luís XIII (1610-1643) e Luís XVI (1643-1715) que se determinou o conceito base da diplomacia cultural francesa, a *rayonnement* (irradiação) cultural. Os franceses assumem a

⁸ The expansion of the European world-system also meant the spread of the interstate system and nationalism, which suggested each state chose a language to represent the assembled population and first languages are invariable national languages.

“responsabilidade” por uma *mission civilisatrice* (missão civilizatória) frente aos demais povos. O movimento francês de difusão cultural, segundo Ribeiro (2011), priorizou a difusão e defesa da língua francesa, e isso se refletiu na abertura de várias instituições culturais, como os liceus e, talvez, a mais emblemática delas, a Aliança Francesa (1883). Conforme Santomauro (2012), a Aliança Francesa tinha como principal objetivo a manutenção da hegemonia cultural francesa e a manutenção da sua língua como veículo comunicativo oficial do sistema internacional. Além do aspecto político-cultural, o autor frisa que o Estado francês também percebia a Aliança Francesa como um “aliado” no alcance de objetivos econômicos.

Avançando na história, é perceptível que, com o advento das Grandes Guerras do século XX, o papel da diplomacia cultural ganhou destaque. A promoção cultural, nessa perspectiva, tornou-se arma adicional para o alcance das coalizões formadas no período. Em realidade, a promoção cultural ganha tonalidades propagandísticas e aumenta a competição por programas eficientes para o alcance dos objetivos de guerra. Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha passaram a perceber a cultura como meio para alcance dos objetivos bélicos, que transbordariam o campo das batalhas e ganhariam nova funcionalidade no campo das ideias.

A Grã-Bretanha, ao contrário da França, não tinha desenvolvido até o período entre Guerras estruturas para a difusão cultural⁹. Tardamente, em 1934, o governo britânico cria a primeira instituição que ficaria responsável pela difusão cultural, o Conselho Britânico Segundo Mitchell (*apud* TELES, 2009 p.18)

⁹ Sobre o prestígio cultural em relação aos centros de poder econômico, Braudel (1998, p. 55-57) afirma que “[...] as cartografias da cultura e da economia podem diferir amplamente, às vezes se opor”. O autor continua sua reflexão mostrando que, nos sec. XVII e XVIII, a primazia econômica de Estados como Holanda e Inglaterra não foi capaz de deslocar o prestígio cultural que países como Itália, Espanha e França detinham. Sobre a primazia cultural francesa em tempos de supremacia econômica e técnica inglesa, o autor afirma que “[...] Londres, no centro do mundo, a despeito do brilho da sua própria cultura, multiplica nesse campo as concessões e as imitações da França. [...] A Inglaterra, estimulada pelos seus progressos, não arranha a realeza intelectual de Paris e toda a Europa até Moscou se complicitia para que o francês se torne a língua das sociedades aristocráticas e veículo de pensamento europeu.”

[...] a cultura não era um conceito que granjeava grande entusiasmo na Grã-Bretanha: as partes que compõem a cultura - a literatura, a língua, as artes, a arquitetura, a horticultura, o esporte - tiveram os seus expoentes e os seus defensores, mas a Inglaterra, ao contrário da França, não tinha a tradição de os considerar [sic], conjuntamente, como uma expressão de identidade nacional e, muito menos, como algo que devesse ser transmitido aos outros.

Todavia, a percepção britânica sobre a importância do campo cultural foi modificada ao longo da II Guerra Mundial, devido à crescente influência da propaganda nazista¹⁰ e a eventual instabilidade política que seria gerada pelas novas ideias, favoráveis aos regimes ditatoriais. Em um período que a sua hegemonia dava sinais de declínio, esse país começa a se mobilizar no sentido de criar estruturas para o combate das novas ideias no sistema e lutar para a manutenção de sua área de influência. De acordo com Teles (2009 p.18), “a assunção de uma política cultural externa materializou-se apenas quando os interesses britânicos começaram a ser postos em causa nas suas históricas zonas de influência”. Ribeiro (2011) argumenta que, além dos objetivos políticos, a “tomada de consciência” britânica estaria diretamente relacionada à visão de que as relações econômicas britânicas seriam incrementadas com investimentos nas ações culturais (RIBEIRO, 2011).

¹⁰ “Para melhor submeter a população, preparar as massas para grandes tarefas nacionais e favorecer uma revolução espiritual e cultural, o governo de Hitler criou, em 13-3-1933, o novo Ministério da Informação Popular e da Propaganda, cuja a organização foi confiada a Joseph Goebbles. A partir daí, divulgaram-se, por toda parte as atuações do partido; o país foi inundado por panfletos, cartazes vermelhos ornados de cruz gamada e jornais distribuídos nas ruas, caixas de correio ou lançados por aviões. Altos falantes foram usados para repetir as palavras de ordem ou para fazer ouvir as palavras do líder gravadas em discos. Por meio de meetings organizados por todo o país, oradores formados pelo partido popularizavam temas e slogans de fácil assimilação. [...] não somente asseguravam a coesão das massas, impressionando os indecisos e aterrorizando os adversários mas também suscitaram êxtase e devotamento” (CAPELATO, 2009, p.75-76).

O caso dos Estados Unidos não difere muito do britânico. Como frisa Ribeiro (2011), o país, antes da II Guerra, não havia investido grandes somas em iniciativas de difusão cultural por via estatal. No período da I Guerra, algumas ações de promoção cultural e linguística com um caráter “meramente informativo” foram conduzidas pelos EUA; com o final da guerra, elas não resistiram e foram substituídas pelos programas dirigidos por entes privados, como a Fundação Carnegie Endowment e a Fundação Rockefeller (SANTOMAURO, 2012). Contudo, segundo Ribeiro (2011), essa realidade mudou com o advento da II Guerra Mundial, quando os governantes perceberam que a promoção cultural teria uma importante função de atenuar externamente os reflexos do isolamento até então experimentado pelos EUA. Além disso, com receio da influência da propaganda nazista sobre o continente americano, o país deu, no período da Guerra, atenção especial à América Latina, sendo esta a primeira região a receber instituições culturais dos EUA.

Portanto, percebe-se que o instrumento cultural ganha visibilidade no período entre Guerras, na medida em que ele contribuiu para a consecução dos interesses dos Estados. Analisando a evolução das práticas de sua política cultural exterior, o “Segundo Plano de Expansão Cultural da França”, elaborado pelo governo francês, observa que:

A expansão cultural da França no exterior não vem de ontem. Mas foi somente no começo do século XX que o Ministério das Relações Exteriores tomou consciência do papel que podia desempenhar na ação cultural da política exterior e criou um Departamento de Escolas e Obras, que, em 1920, torna-se o Serviço das Obras Francesas no Exterior e depois, em 1945, torna-se a Direção Geral das Relações Culturais, estendido em 1956 para adicionar as relações de cooperação técnica, sendo denominado Direção Geral das Relações Culturais e Técnicas [...] Assim, a ação cultural é extremamente ligada à ação política e à expansão econômica, as precedendo e as estendendo (FRANÇA, 1964 *apud* SANTOMAURO, 2013, p.215).

A ordem mundial que nasceu no fim da Segunda Guerra Mundial foi bem diferente da implementada pela disputa europeia por possessões territoriais ultramarítimas durante o colonialismo do século XIX e,

também, pela hegemonia britânica como centralizadoras dos processos de acumulação sistêmica. Vários foram os nomes dados para a nova ordem que surgia, em paralelo com a ascensão dos EUA como grande potência: ordem liberal norte-americana (IKENBERRY, 2011); ciclo sistêmico de acumulação norte-americano (ARRIGHI, 1996); ordem global pós-guerra (MANN, 2012); novo imperialismo (HARVEY, 2003), entre outras. No entanto, o ponto para o qual todos esses autores apontam é a dimensão mundial que os Estados Unidos conseguiram alcançar.

A realidade do pós-II Guerra concretiza a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica do sistema interestatal. Segundo Arrighi (1996), os EUA conseguiram trazer certa ordem para o caos que se instaura com o declínio da hegemonia britânica e, posteriormente, inauguraram uma fase de prosperidade material para o sistema. A hegemonia estadunidense tinha, também, uma dimensão cultural. Como aponta Santomauro (2012, p. 225), “[...] os Estados Unidos reafirmaram sua presença internacional como os grandes vencedores, consagrando também o tipo de estratégia cultural”. Isso porque, é no período da II Guerra, que os Estados Unidos definem sua difusão cultural com vistas a um alcance mundial, utilizando-se de meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão. E, essa inovação da estratégia dos EUA, por sua característica universalizante, consegue ultrapassar as outras potências europeias, que apostavam na *haute culture* como instrumento de absorção das elites, como fazia a França no Brasil (SANTOMAURO, 2012).

De acordo com Mark (2009), foi no período da Guerra Fria, que se inicia logo após o fim da Segunda Guerra (1945) e finaliza com a extinção da União Soviética (1991), que houve a intensificação da utilização da cultura como instrumento de alcance dos interesses da política externa, principalmente com as ações da URSS e dos EUA, os dois principais polos de poder que se enfrentavam nesse período. Melissen (2005) confirma essa disposição dos países a empreenderem estratégias culturais e argumenta que foram os Estados Unidos, a ex-União Soviética e a Europa os que mais investiram nos mecanismos de “comunicação com o mundo” nessa época. Porém, a verdadeira associação do conceito e da estratégia da diplomacia pública pode ser creditada aos Estados Unidos, já que o termo foi cunhado por um ex-diplomata e estudioso estadunidense, Edmund Guillon. Além disso, a estratégia de diplomacia

pública ganhou maior suporte do governo dos EUA na década de 1960 (MELISSEN, 2005).

O movimento de ascensão dos EUA ao posto mais alto do poder mundial deve ser entendido não como resultado somente político, no qual este conseguiu assumir um poder maior que todos os outros Estados, mas sim como um resultado complexo de fatores que vão do econômico ao cultural.

No intuito de compreender esse movimento, utilizaremos o conceito de hegemonia desenvolvido por Arrighi (1996), pois esse consegue combinar a vertente política e a econômica para entender as iniciativas do Estado que surge como *hegemon*. No entanto, é preciso salientar a pouca atenção dada por esse autor as outras dimensões que compõem uma hegemonia, como por exemplo, a dimensão cultural. Nesta dissertação, procuramos combinar a perspectiva arrighiana com o conteúdo mais específico da dimensão cultural.

Arrighi (1996) afirma que a ascensão de um *hegemon* não pode ser vista somente como resultado do aumento do poder político de um Estado. O autor se alinha à ideia gramsciana de que uma hegemonia se finca em bases de coerção e consentimento no entanto, não se reduz a elas. Ele propõe a existência de uma “zona cinzenta” entre esses dois elementos caracterizadores de um *hegemon*, que está diretamente ligado ao processo de acumulação capitalista. Dessa forma, Arrighi (1996) assume que o conceito de hegemonia é característico do sistema mundial moderno, pois é diante dessa composição mundial que se constituíram lideranças hegemônicas capazes de ordenar e promover as bases necessárias para a expansão do processo de acumulação incessante do capital.

O sistema mundial moderno abre uma nova fase para a história mundial, na qual a formação de Estados e os interesses capitalistas se juntam para promover a acumulação do capital e a consolidação de cada Estado e do Estado-nação como a unidade política moderna. Dessa maneira, a composição de uma hegemonia está diretamente ligada à criação de um “consórcio” bem-sucedido entre o Estado e os capitalistas, para criar novos padrões de acumulação de capital, surgindo assim, o que Arrighi (1996) chamou de *ciclo sistêmico de acumulação*. O autor apresenta quatro unidades líderes desses ciclos: Veneza (séc. XV ao início do XVII), Holanda (sec. XVI à primeira parte do XVIII), Grã Bretanha (segunda parte do séc. XVIII ao início do séc. XX) e EUA (fim do séc. XIX até os dias atuais.). Essas unidades foram capazes, em suas determinadas épocas, de desenvolver novas estratégias de atuação e

organização para o sistema e, assim, ultrapassar as condições de caos sistêmico, característico da exaustão e extinção de padrões anteriores, para (re) organizar e expandir o processo de acumulação capitalista.

Um *ciclo sistêmico de acumulação* pode ser dividido em duas fases: a expansão material e a expansão financeira. A primeira expansão é de ordem comercial e produtiva; a segunda baseia-se no comércio de moedas, de títulos financeiros e de crédito. Segundo Filomeno e Vieira (2007), é na expansão material que se consolida a hegemonia de um “consórcio” mantido pelo Estado e capitalistas, pois nessa fase existe uma grande liquidez e investimentos que contribuem para a expansão da economia-mundo capitalista. Em contraposição, o período de expansão financeira é caracterizado pela mudança de investimentos no setor produtivo para o setor financeiro, no intuito de auferir maiores lucros. Nessa fase, as unidades estatais, percebendo esse movimento como danoso ao seu próprio orçamento, tendem a lançar estratégias expansionistas que vão desde a busca por novos mercados até mesmo empreitadas bélicas (FILOMENO; VIEIRA, 2007).

A concepção de hegemonia desenvolvida por Arrighi (1996) é relevante para compreender a participação dos Estados Unidos na configuração mundial do pós-guerra. O ciclo sistêmico de acumulação norte-americano inaugura uma nova fase de expansão da economia mundo; novos padrões e possibilidades são trazidos pelas estratégias desenvolvidas por esse Estado em conjunto com o corpo capitalista e, é importante, também, para entender os investimentos e a expansão da difusão cultural do pós-45. A fase de “ouro” da hegemonia norte-americana, inaugurada pelos vastos investimentos estatais e pelo ânimo capitalista, trouxe benefícios para diferentes dimensões no sistema mundial, dentre eles, o cultural.

Com a expansão da produção e a criação de uma maior liquidez internacional, não só os Estados, mas também os setores produtivos¹¹ começam a desenvolver uma participação (e muitas vezes concorrência)

¹¹ Mesquita (2012) demonstra como o mercado editorial não só se expandiu, mas também conseguiu compor a estratégia mais global do governo estadunidense de difundir o “American Way of Life”. Esse é um bom exemplo da expansão e importância dos produtos culturais na composição da estratégia de difusão cultural dos Estados Unidos na sua ascensão hegemônica.

mais ativa no campo cultural. Os Estados Unidos constituem um bom, talvez o melhor, exemplo do desenvolvimento de ações afirmativas para expandir sua influência cultural, reflexo, principalmente, da necessidade de legitimar sua liderança no sistema interestatal. Com o fim da II Guerra, os EUA apostaram na criação de leis que buscariam promover a cultura estadunidense. Leis como a Lei Pública 584, *Smith-Mundy Act* e *Fulbright-Hays Act* foram a base legal para implementação dos programas de ação cultural do Governo dos Estados Unidos, mas principalmente, a efetivação do intercâmbio cultural de artistas e estudantes (RIBEIRO, 2011). Além do intercâmbio de estudantes, a *Voice of America* e os filmes de Hollywood participaram decisivamente na implementação de um contexto cultural específico, para a difusão mundial do *American Way of Life*, e toda a ideologia que lhe é inerente.

No entanto, com o advento da Guerra Fria, houve o enfraquecimento do Departamento de Estado na promoção cultural, e foi dado maior enfoque ao *United States Information Agency (USIA)*, uma agência diretamente ligada à Presidência da República via Conselho de Segurança Internacional. Ribeiro (2011, p.81) explica que essa mudança de atribuições na política externa cultural refletiu a intenção dos EUA de realizarem no período da Guerra Fria a defesa de suas posições ideológicas. Contudo, o fim do perigo soviético e a acomodação dos Estados Unidos como *hegemon* fizeram com que se extinguisse o aparato estatal de promoção cultural desse país. Como o relatório do Governo dos Estados Unidos afirma, é com a extinção da USIA, em 1999, que chegam ao fim as ações formais de diplomacia cultural do país (US, 2005).

Após descrever o histórico da diplomacia cultural e como esse esteve diretamente vinculado às configurações de poder existentes no sistema interestatal, a próxima seção será feito um esforço para relacionar diplomacia cultural e difusão linguística, e mostrar como elas estão diretamente ligadas às estratégias dos Estados no sistema.

1.3.2 A QUESTÃO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM AS AÇÕES DE DIPLOMACIA CULTURAL

Como demonstrado anteriormente, a diplomacia cultural se utiliza de símbolos culturais para implementar ações de política externa. Tendo em vista esse conceito e tentando ampliar o foco na língua como elemento disponível para a utilização no exterior, nessa subseção será discutido o

conceito de política linguística, próprio do campo da Linguística, que é essencial para compreender o papel do Estado na implementação de programas de difusão linguística.

As políticas linguísticas refletem o desejo humano de intervir na língua. Calvet (2007) argumenta que os indivíduos sempre buscaram criar legislações, corrigir o uso e mesmo intervir na forma das línguas. O autor indica que o poder político determinou quais seriam as línguas utilizadas oficialmente e, muitas vezes, como essas foram impostas, surgindo de bases minoritárias e se firmando como língua da “maioria”, isso tudo por processos não naturais¹². No entanto, de acordo com o estudioso, mesmo que essas situações de intervenção artificial nas línguas sejam historicamente “comuns”, os conceitos de política linguística e planejamento linguístico não o são.

A política linguística é, segundo Calvet (2007), o complexo decisório que influencia e determina as relações entre as sociedades e a língua; já o planejamento linguístico é o processo de implementação dessas políticas. Uma ação planejada sobre a língua, para Calvet (2007), se dá pela necessidade de alterar uma condição sociolinguística inicial não condizente com expectativas do poder político, como por exemplo, num Estado. Isso quer dizer que a política linguística, por um lado, se relacionaria com uma expectativa, o que se deseja alcançar e, por outro lado, o planejamento linguístico seria o percurso empreendido para alcançar essas expectativas.

O linguista aponta, ainda, para duas possíveis ações planejadas sobre a língua: uma que incide sobre o corpus¹³ e outra sobre o *status*¹⁴. Na primeira possibilidade, as ações serão para agir sobre o uso da língua, como por exemplo, a fixação de uma escrita, o enriquecimento do léxico, a luta contra as influências estrangeiras (“purificação”), a padronização, entre outras (CALVET, 2007, p.117); na segunda possibilidade, as ações

¹² Hobbsbawn (1990) afirma que as línguas oficiais, como conhecidas atualmente, são, na verdade, invenções artificiais. Isso porque, em um dado momento da evolução do Estado-nação, o aparelho burocrático precisou definir qual dialeto existente se sobreporia aos outros e se tornaria oficial. Hobbsbawn (1990) chama atenção, ainda, para o fato de que o dialeto escolhido para ser o oficial não tinha a ver com a dimensão numérica de seus falantes, mas sim com o peso político que esses detinham dentro da comunidade.

¹³ Grau de uso, forma de uma língua.

¹⁴ Grau do reconhecimento, oficialidade de uma língua.

estatais serão direcionadas para intervir na função social que essa língua exerce, seja em um contexto doméstico, seja no exterior. Nesse sentido, de acordo com Calvet (2007, p.117), em situações nas quais mais de uma língua é falada,

[...] os Estados são levados às vezes a promover uma ou outra língua até então dominada ou, ao contrário, retirar de uma língua um *status* que ela gozava, ou ainda fazer respeitar um equilíbrio entre todas as línguas, ou seja, administrar o *status* e as funções sociais da língua em presença (CALVET, 2007, p.117).

E é diante da perspectiva de intervenção do Estado sobre o *status* da língua com a intenção de “reformular ou empoderar” seu reconhecimento social que esta dissertação propoe que sejam observadas as ações externas de difusão linguística propostas, em sua grande maioria, executadas pelas chancelarias dos países. A política, o planejamento e seus instrumentos de implementação serão o tema das próximas seções que buscam analisar como os Estados conduziram suas ações de difusão linguística no exterior.

1.3.3 A LÍNGUA, O STATUS QUO E A DIPLOMACIA CULTURAL

Sendo a difusão linguística o foco central deste trabalho, faz-se necessário explorar historicamente como esse símbolo cultural foi utilizado pelos Estados na consecução dos objetivos de suas políticas externas. A utilização da língua para alcance de interesses estatais no ambiente externo remonta à expansão ultramarina ibérica dos séculos XV-XVI e aos impérios coloniais. Nesse período, a língua foi um instrumento importante para a definição e manutenção de possessões territoriais europeias no além-mar. Desse modo, a língua se definiu como meio impositivo de controle colonial. Kumaravadivelu (2006, *apud* LONGARAY, 2009) afirma que não existe nada especial na língua que a torne colonizadora, mas sim, é sua utilização sociopolítica que vai direcioná-la a cumprir os interesses dos impérios.

Não faz parte dos objetivos desta dissertação explorar exaustivamente o período da expansão ibérica, mas sim chamar atenção para a evolução dos processos de difusão linguística, em que os países centrais tiveram grande protagonismo e com os quais conseguiram

intervir e mudar o *status* das línguas no mundo. Até mesmo porque são as línguas europeias que ganham *status* oficial na maioria dos países que foram possessões coloniais, por exemplo, a língua portuguesa no Brasil.

A França é um exemplo nas políticas de difusão linguística, posicionando, em determinado período, o seu idioma como língua franca¹⁵. Calvet (2007, p.132), a respeito da França, aponta que “[...] sua política cultural externa é antes de tudo uma política de difusão da língua francesa”. Segundo Ribeiro (2011), já no fim do século XVIII, a língua francesa era amplamente difundida na Europa, no Oriente Médio e no Canadá, resultado das campanhas missionárias apoiadas nas regências de Luís XIII (1610-1643) e Luís XIV (1643-1715). O francês era considerado comum entre as classes nobres e também entre os intelectuais europeus. No afã de expandir o ensino do seu idioma, a França criou uma rede de ensino no exterior composta pelos liceus, pelos institutos culturais, e por diversas filiais da Aliança Francesa por todo o mundo.

Calvet (2007) discute como a França tem direcionado sua política linguística em determinadas regiões, como a Europa, a região francófona, e, também no resto do mundo. Na primeira região, em 1994, prestes a assumir a presidência da União Europeia, a França propôs que as línguas de trabalho da Comunidade Econômica Europeia fossem o inglês, o francês, o alemão, o espanhol e o italiano. A escolha, segundo Calvet (2007), possuía dois objetivos políticos: evitar o monolinguísmo anglófono na União Europeia, e escolher as línguas de trabalho a partir de critérios relacionados ao poder relativo dos países nessa Comunidade, quais seriam as línguas oficiais de trabalho, deixando, por exemplo, o português de fora, mesmo este possuindo um maior número de falantes que a maioria das línguas escolhidas. Desse modo, a maior ambição da política linguística francesa é assegurar e defender a posição do francês como língua importante na Europa (resistência ao inglês).

Segundo Ribeiro (2011), o processo de difusão linguística conduzido pela França se intensifica, consideravelmente, com o processo de descolonização, na segunda metade do século XX, pois essa situação gerou a possibilidade da França expandir sua rede de ensino da língua

¹⁵ É uma expressão latina que se refere a uma língua de contato ou língua resultante do contato e da comunicação de membros ou grupos linguísticos diferentes para possibilitar interações diversas como comércio, política entre outras.

francesa para 140 milhões de habitantes, em 32 países independentes. Para a região francófona, segundo Calvet (2007), a França apresenta uma política dúbia, que, bilateralmente, defende a difusão da língua francesa, muitas vezes, se opondo aos idiomas nacionais, e, multilateralmente, tentando buscar o “diálogo das línguas e das culturas”.

Considerando o restante do mundo, Calvet (2007) acredita que foi no fim da Primeira Guerra¹⁶ que a língua francesa começou a perder seu reconhecimento como língua veicular internacional para o inglês. Silva (2010) afirma que a diplomacia cultural francesa concentrou o desenvolvimento de políticas que tivessem como objetivo recuperar e manter o prestígio da língua francesa frente a outros idiomas, como o inglês, e isso fica claro no seguinte trecho de uma publicação¹⁷ do Ministério dos Negócios estrangeiros da França sobre a diplomacia cultural.

Não erremos de alvo: não se trata de iniciar uma batalha contra o inglês, mas de nos batemos pela manutenção de um pluralismo linguístico e cultural que nos parece necessário não apenas para nós mesmos, mas para muitos de nossos parceiros (FRANÇA, *apud* CALVET, 2007, p. 142).

Calvet (2007) discute as diferentes frentes de atuação da política linguística francesa e percebe certa incongruência nas táticas com a estratégia maior de difusão do idioma, concluindo que a França “[...] defende em todos os lugares os mesmos princípios, porque defende o francês em todo e qualquer lugar, ainda que não o reconheça em voz alta e mesmo que nem sempre saiba como fazê-lo” (CALVET, 2007, p.145).

O *status* de língua franca se modifica a partir dos movimentos do poder internacional. Com a ascensão hegemônica dos Estados Unidos, a influência do inglês como língua veicular internacional aumentou e conseguiu determinar o que seriam os padrões de comunicação global a partir de então. A profusão do *American way of life* foi importante para acelerar e difundir grande prestígio do inglês. Nesse contexto, desenvolve-se a ideia de que uma hegemonia é baseada na crença de que

¹⁶ “Foi em 1919 que, pela primeira vez na história das relações internacionais, um tratado foi redigido em duas línguas, o francês e o inglês. O presidente americano Woodrow Wilson exigira que o Tratado de Versalhes não fosse escrito apenas em francês, como era feito até então” (CALVET, 2007, p.141).

¹⁷ Publicação intitulada “Histoires de diplomatie culturelle des origines à 1995”.

todos os outros Estados podem ganhar a partir das bases deixadas pelo líder (COX, 1985; ARRIGHI, 1996; IKENBERRY, 2011). Desse modo, o domínio do inglês se torna um instrumento de alcance dos benefícios que seriam promovidos pelo *hegemon*. Em outras palavras, o inglês seria pré-requisito para quem quisesse se beneficiar da nova ordem que estava se formando.

O sucesso do inglês, no entanto, não pode ser apreendido como proveniente apenas da hegemonia norte-americana. Como lembra Hobsbawn (2008), tanto a Grã-Bretanha, como os EUA, exerceram grande influência cultural e globalizaram o uso da língua inglesa. Santos (2012) afirma que o império britânico foi bastante eficiente na expansão do inglês por via da dominação política e econômica exercida na periferia do sistema e, por isso, no período da hegemonia britânica (1780-1930), o inglês já havia se tornado uma língua muito conhecida, até mais que o próprio francês. Ainda nesse sentido, Gong (2012) lembra que, desde o século XVII, a língua inglesa ganhava *status* por sua associação à literatos, como Shakespeare, e cientistas, como Isaac Newton. O autor afirma que a compilação do primeiro dicionário em língua inglesa no século XIX, o *Oxford Dictionary*, favoreceu a difusão do inglês para mais longe. Gong (2012) afirma que é no fim do século XVII, com o advento da Revolução Industrial e avanço tecnológico nas comunicações, que o inglês avança na posição de língua global. Desse modo, pode-se perceber que a língua inglesa nasce atrelada ao domínio da ciência e da técnica.

O debate sobre a ascensão do inglês como língua franca é vasto e complexo. Sobre o papel do inglês globalizado no mundo, que surge no final do século XX e começo do século XXI, Longaray (2009) apresenta as posições dos anti-imperialistas, representados por Robert Philipson, e os triunfalistas, representados por David Crystal. Longaray (2009) mostra que, para os primeiros, a expansão global do inglês ainda contém traços de imperialismo e reflete as relações assimétricas Norte-Sul no cenário interestatal; já para os segundos, a expansão do inglês é algo natural e parece contribuir para o desenvolvimento e progresso generalizado. Demonstrando que existe em torno do inglês uma tentativa de naturalização de sua utilização como meio de comunicação global, Santos (2012, p.254) advoga que “[...] o inglês é difundido atualmente não pela força, mas pela ideia de inevitabilidade da adequação dessa língua como a língua internacional por excelência”.

Esse debate sobre a naturalidade de expansão da língua inglesa como meio de comunicação global encobre as diversas iniciativas e estratégias governamentais e privadas no intuito de atuar sobre o *status* do idioma inglês. Santos (2012) apresenta três fases em que houve intervenção dos EUA sobre o ensino do inglês e, por isso, desconstrói a ideia de expansão natural dessa língua. Até a Segunda Guerra, o governo dos EUA não desenvolvia ações específicas para a difusão da língua. A proliferação do ensino do inglês, então, ficava sobre a responsabilidade de entidades filantrópicas estadunidenses.

O *Institute of International Education*, a Fundação *Rockefeller* e a Fundação *Ford* foram algumas das muitas organizações que, em colaboração com as embaixadas dos EUA e com os governos locais, expandiram o ensino da língua inglesa, influenciando até a criação de uma disciplina acadêmica, conhecida como Inglês como Segunda Língua (ISL), em vários países. A segunda fase iniciou-se no contexto da Segunda Guerra Mundial e foi marcada pelas primeiras iniciativas no campo do ensino da língua inglesa como instrumento de diplomacia cultural, com o objetivo de afastar o fantasma da influência nazista, em especial, do continente americano. Um fato interessante, destacado por Santos (2012), é que o ensino da língua, no período da Guerra, foi implementado, principalmente, pelo Departamento de Defesa.

A terceira fase remete à Guerra Fria, um período muito produtivo e com grande investimento na diplomacia cultural dos EUA. As iniciativas de difusão linguística empreendidas pelo governo conseguiram relacionar fortemente o mercado editorial e o ensino da língua, aquecendo, assim, o mercado para confecção de material didático que seria utilizado posteriormente nos programas de ensino fora de suas fronteiras. Além dessa conjugação, outro fator que potencializou a expansão do ensino da língua foi o aparato governamental deslocado para esse fim. Santos (2012) destaca a quantidade de agências institucionais que se juntaram aos esforços de difusão linguística, como por exemplo, o Departamento de Estado, a *United States Agency for International Development (USAID)*, *US Office of Education*, o Departamento de Defesa, o *Peace Corps* e, ainda, o Departamento do Interior. Contemporaneamente, os Estados Unidos têm apostado em programas que propiciem a formação de professores em língua inglesa pelo mundo, desenvolvendo programas variados que vão desde o ensino da língua inglesa para comunidades islâmicas, até a designação de profissionais

para atuação junto a universidades, instituições e ministérios de educação, em todo o mundo (BAPTISTA *et al.*, 2007).

Além dos programas empreendidos pelos EUA, grande esforço de manutenção e promoção do inglês como língua franca é feito pelo Reino Unido. O *British Council*, responsável pela efetivação das políticas de difusão linguística, é uma organização não governamental que dispõe de autonomia no ensino e administração dos exames de proficiência em língua inglesa, mas que conta com recursos do Ministério de Relações Exteriores Britânico. Essa instituição desenvolve inúmeras iniciativas de difusão linguística, que vão desde creditar instituições para o ensino da língua no exterior, até a cooperação educacional para estruturação do ensino da língua inglesa em regiões em desenvolvimento, como Índia, Rússia e países da África subsaariana (BRITISH COUNCIL, 2013). O Reino Unido reconhece o *status* da língua inglesa como poderoso veículo de comunicação global e, por isso, caracteriza a necessidade de investimento na área. Advogando os benefícios de se investir na difusão linguística, o *British Council* (2013, p.16) admite que o

Inglês possui grande valor econômico – para o Reino Unido, este apoia o comércio e as exportações ao redor do mundo e amplia o setor de Treinamento em Língua Inglesa em casa. Ele provê uma vantagem competitiva significativa que vai desde os mecanismos de *soft power* até o comércio, as mídias, a universidades e a academia, e remete um mercado global pronto e em crescimento para as indústrias culturais do Reino Unido. O inglês é um componente importante para a construção da confiança e, é, por sua vez, comércio e prosperidade.¹⁸

Apresentadas as estratégias de difusão linguística de maior alcance na história, faz-se necessário demonstrar que essa não foi/é utilizada

¹⁸ English has huge economic value – for the UK it supports trade and exports around the world and thriving ELT sector at home. It provides a significant competitive advantage in everything from soft power to commerce, to the media, to universities and academia; and delivers a ready and growing global Market for UK’s impressive cultural industries. It is a critical component of trust building and, in turn, trade and prosperity.

somente por países como Grã-Bretanha, EUA (dois *hegemons*) e França, mas que também foi utilizada de maneira mais pontual e com interesses de alcance menor, para complementar as estratégias de política externa. Assim, na próxima seção serão analisados alguns outros casos de difusão linguística, por meio da diplomacia cultural, que conseguiram construir estratégias reconhecidamente bem sucedidas.

1.3.4 OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE PROMOÇÃO LINGUÍSTICA

Como pôde ser visto, desde o período da expansão ultramarina ibérica dos séculos XV – XVI, a língua recebe grande atenção nas iniciativas destinadas a manter e aumentar o poder dos países centrais. O francês e o inglês ganharam projeção como veículos de comunicação internacional em diferentes épocas. No entanto, é preciso destacar que os programas de difusão linguística também foram tratados de maneira especial por países que ainda continuam empreendendo esforços de promoção de seu idioma no exterior.

Na Alemanha, a promoção linguística fica a cargo de instituições culturais independentes, mas que contam com investimento público (BAPTISTA *et al.*, 2007). O Instituto *Goethe*, criado em 1951, tem como principal função promover a língua e a cultura alemãs dentro e fora de seu território. Quando criado, o Instituto tinha apenas a intenção de ensinar a língua alemã para professores estrangeiros. Foi somente entre as décadas de 1960 e 1970, segundo *Deutsch Welle* (2011), que essa instituição ganha *status* de agente promotor oficial da cultura alemã no estrangeiro. Em 2006, o Instituto *Goethe* passou por uma reforma institucional e assumiu a administração de seu orçamento. No entanto, este ainda está diretamente ligado ao Ministério do Exterior da Alemanha, que assume dois terços dos custos das atividades empreendidas pelo Instituto (DEUTSCH WELLE, 2011). As áreas geográficas prioritárias definidas pelo Instituto são: a Europa Ocidental, América Latina e Europa do Leste e Central (BAPTISTA *et al.*, 2007).

Além do Instituto *Goethe*, o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) é um órgão autônomo, que conta com o apoio do Governo, e coordena o programa de intercâmbio acadêmico e científico. Os principais objetivos dessa organização são: fomentar a internacionalização das instituições de ensino superior alemãs; fortalecer a língua alemã no exterior; apoiar o desenvolvimento de instituições

eficientes na Alemanha e; assessorar agentes responsáveis por políticas culturais, educativas e de desenvolvimento (DAAD, 2014). Outras ações em matéria de cooperação educacional e cultural ainda são conduzidas pela Fundação *Alexander von Humboldt* e pelo Instituto para as Relações Estrangeiras (IFA).

Na Espanha, a política de difusão linguística é implementada, principalmente, pelo Instituto Cervantes. O processo de democratização no país promoveu um crescimento do investimento no setor cultural, e isso se refletiu na criação do Instituto Cervantes no ano de 1991, inspirada em outras organizações como a Aliança Francesa, o *British Council* e o Instituto *Goethe* (GOMES-ESCALONILLA, 2014). A superação da imagem de país autoritário e formação de uma nova imagem mais integrada com a sua economia e com a democracia foram os estandartes das iniciativas de difusão cultural empreendidas pelo governo espanhol no final do século XX (RISCADO, 2011; SOARES, 2010).

O Instituto Cervantes é uma organização mista, na medida em que recebe investimentos diretos do Ministério das Relações Exteriores, mas também é capaz de gerar receita própria, provinda dos cursos de língua. Nos últimos anos, o Instituto tem direcionado esforços para alcançar o continente asiático, principalmente, a China, por sua ascensão como potência mundial (BAPTISTA *et al.*, 2007).

Portugal é mais um dos exemplos de países que investem na área de difusão linguística, tendo o Instituto Camões como principal articulador da promoção da língua portuguesa no mundo. Diretamente ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, o Instituto Camões é responsável pela administração de uma rede composta por Cátedras, Centros Culturais, Centros de Língua e Leitorados (BAPTISTA *et al.*, 2007). De acordo com Teles (2009, p.44-45), no ano de 2009, dezessete anos depois de sua fundação, o investimento e o alcance do Instituto eram os seguintes:

[...] atualmente [o Instituto Camões] tem uma dotação orçamental anual, atribuída no âmbito do orçamento de estado, de cerca de 14. 75.000,00 euros (dos quais, mais de 50% são despendidos com a promoção da língua e os restantes repartidos entre a promoção cultural e despesas administrativas), está presente em 65 países, 282

instituições de ensino superior onde 475 docentes leccionam cursos de LCP.

O século XXI traz novas experiências de promoção linguística, principalmente, entre países semiperiféricos. Segundo Oliveira (2010, p.22),

Há uma nova pressa e vários países agem com rapidez. **Países que nunca trataram da questão das línguas apressam-se em elaborar programas. Países que tradicionalmente são “clientes” de políticas linguísticas vindas de fora apressam-se em formular seus próprios delineamentos.** Oficializam-se novas línguas, reformam-se os sistemas de ensino de línguas estrangeiras, novas línguas lutam para entrar nos currícula, novos e grandes bancos de dados de línguas são montados e financiados. De repente a questão de formação de professores de línguas é capaz de mobilizar de modo novo, e se coloca no centro de disputas de hegemonia. Certificados de proficiência novos são criados, apoiados em novas estruturas de financiamento e divulgação. Acordos ortográficos se tornam realidade depois de tantos anos de espera e indecisão. (Grifo nosso)

Comentando a diversificação de atores estatais na condução de políticas de promoção cultural, Teles (2009, p.10) frisa que

[...] além das antigas potências, também os chamados países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) estão já atentos ao poder da promoção e da divulgação das respectivas línguas e culturas no estrangeiro.

Dentre as iniciativas mais significativas, o caso chinês se destaca por sua ascendência vertiginosa em tão pouco tempo. Wang (2014, p.7) descreve a estratégia do Instituto Confúcio como “ambiciosa” e “agressiva”, já que, em um período de dez anos (2004-2014), essa instituição conseguiu alcançar um número expressivo de 1086 afiliados (440 institutos e 646 salas de aula), sendo que esse número só não ultrapassa, mas se aproxima, de países centrais que desenvolvem

estratégias centenárias no campo da difusão linguística, como a França, que ultrapassa o número de 1000 salas de aula e instituições.

A cultura chinesa tem tido grande destaque nos últimos tempos como reflexo da importância ascendente da China na configuração político-econômica no século XXI. O possível deslocamento do poder econômico, e talvez hegemônico, dos Estados Unidos para a China tem feito os estudiosos dedicarem inúmeras páginas sobre o assunto. Arrighi (2007), por exemplo, tenta analisar as causas e as consequências da ascensão chinesa. Para este autor, a estratégia chinesa se caracteriza pela busca de uma “ascensão pacífica” no sistema interestatal, evitando posições confrontacionistas. Essa estratégia chinesa de buscar novo posicionamento no sistema internacional também pode ser observada pelo crescimento vertiginoso das suas políticas de difusão cultural

A cultura chinesa, por sua vez, tem alcançado patamares importantes por meio dos Institutos Confúcio, os quais, segundo Zaharna (2014) têm chegado com bastante força nos Estados Unidos e na Europa. As diversas sedes do Instituto Confúcio são administradas por uma instituição pública chamada Haban¹⁹, ligada diretamente ao Ministério da Educação da China. Essa autora sustenta que o Instituto Confúcio se diferencia das demais iniciativas homólogas, pelo perfil relacional adotado, pois a abertura de um instituto se dá como consequência de um processo de cooperação entre uma universidade estrangeira e a Universidade de *Beijing*, que coordena as iniciativas do Instituto. Consequentemente, o Instituto não tem estrutura física própria no exterior, porque utiliza as instalações da instituição com a qual formalizou a cooperação.

Finalmente, os exemplos acima fazem parte de um universo muito maior de diferentes iniciativas de promoção cultural em nível mundial. É certo que muitos países, mesclando iniciativas tradicionais e contemporâneas, têm apostado na língua como instrumento diplomático para o alcance de seus interesses em âmbito exterior.

No próximo capítulo, será descrito como o Brasil tem desenvolvido sua organização institucional para a promoção da língua portuguesa.

¹⁹ Também conhecido como Escritório Nacional da China para o Ensino do Chinês como Língua Estrangeira.

2 BRASIL, DIPLOMACIA CULTURAL E DIFUSÃO LINGUÍSTICA: HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO

Diante da exposição anterior, este capítulo busca investigar a organização do Estado brasileiro para a difusão linguística, mas não esgota seu escopo na descrição das instituições criadas para tal fim. Para melhor organizar os objetivos desse capítulo, a primeira seção apresentará os instrumentos de difusão da linguística disponíveis para a condução brasileira de políticas linguísticas externas.

A segunda seção ficará a cargo de reconstruir historicamente a difusão da língua portuguesa empreendida pelo Brasil, posicionando as iniciativas de difusão linguística em um cenário de busca brasileira pela implementação da sua política de divulgação cultural no exterior. O esforço de descrever os mecanismos criados para difusão linguística e seu histórico será importante para situar e dimensionar adequadamente o impulso da difusão da língua portuguesa no período do governo Lula.

Na última subseção serão expostas críticas sobre a empreitada brasileira no campo da difusão linguística. A ideia é traçar algumas deficiências estruturais que foram construídas historicamente, e refletem também questões próprias da posição estrutural brasileira no sistema interestatal.

2.1 AGÊNCIAS, PROGRAMAS E INSTRUMENTOS BRASILEIROS DE DIFUSÃO LINGUÍSTICA

Esta seção busca descrever instituições ou programas do governo brasileiro que tiveram a difusão linguística como objetivo mais imediato, além de oferecer exemplos de iniciativas que, por utilizarem a língua portuguesa como meio de ação, contribuíram para a composição de uma política mais geral de difusão do idioma. De fato, algumas instituições, como o Complexo Rede Brasil Cultural, foram criadas para agir diretamente como difusoras da língua portuguesa, e outras, como o programa de bolsas para estudantes estrangeiros, não foram criadas para este fim, mas têm estreita ligação com o ensino da língua.

2.1.1 DEPARTAMENTO CULTURAL (DC)

No Brasil, tradicionalmente, as ações de difusão cultural externa são administradas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e, dentro dele, pelo Departamento Cultural (DC) que:

[...] tem por função auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil. Além disso, ocupa-se do relacionamento do País com as instituições multilaterais de natureza cultural (BRASIL, 2014c).

As funções do DC estão distribuídas em seis divisões: Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), Divisão de Temas Educacionais (DCE), Coordenação de Divulgação (DIVULG) e Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV). É incumbência do Departamento Cultural negociar acordos, estabelecer e organizar as ações de eventos culturais desenvolvidas no exterior. Segundo o MRE (BRASIL, 2014c), a programação cultural, com base nas recomendações da rede de Embaixadas e Consulados, é definida anualmente e deve estar em sintonia com as prioridades da Política Externa Brasileira.

Ainda de acordo com o MRE (BRASIL, 2014c), o DC atua, também, em duas frentes: a bilateral e a multilateral. No primeiro caso, o Departamento será responsável pela elaboração, negociação e manutenção de acordos culturais; pelo acompanhamento e orientação da Rede Brasil Cultural; e, por último, pelo repasse de recursos destinados a ações de difusão cultural. No segundo caso, o DC será responsável pelas ações do Brasil em organismos multilaterais, como por exemplo, a Unesco.

2.1.2 REDE BRASIL CULTURAL

A Rede Brasil Cultural²⁰ é, atualmente, composta por três instituições: os Centros Culturais Brasileiros (CCB's)²¹, Núcleo de Estudos Brasileiros (Neb's) os Leitorados. Os Centros Culturais Brasileiros (CCB's) são instituições subordinadas às representações brasileiras no exterior e são responsáveis pelo ensino da variante brasileira do português (BRASIL, 2014d). Ademais, são responsáveis pela aplicação do exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), que será apresentado abaixo, e pelo desenvolvimento de projetos na área cultural, como por exemplo, difusão da literatura brasileira, distribuição de material informativo, exposições artísticas, entre outros (BRASIL, 2014d).

Os Núcleos de Estudos Brasileiros (NEB's) são unidades menores de ensino, em que um professor é responsável por ministrar cursos de português e empreender outras atividades culturais, localizadas em Embaixadas ou Vice-consulados. Essa versão mais “enxuta” de instituição também desenvolve a função de estudar a viabilidade de abertura de Centros Culturais, a partir da demanda local e da disponibilidade de recursos humanos locais.

Já o programa de Leitorados é responsável pelo envio de professores capacitados para ensinar a variante brasileira do português em universidades estrangeiras. Os Leitores podem desenvolver atividades que complementem os projetos empreendidos pelo CCB's e, dessa forma, buscam a ampliação da presença cultural brasileira em localidades consideradas prioritárias pela política externa brasileira, como por exemplo, a África (BRASIL, 2014d).

²⁰ A Rede Brasil Cultural, anteriormente era intitulada Rede de Ensino Brasileiro no Exterior (Rbex), por isso muitas vezes a literatura sobre o assunto poderá trazer as duas designações para a mesma organização.

²¹ Os Centros Culturais Brasileiros (CCB's), até 2008, eram conhecidos como Centros de Estudos Brasileiros (CEB's). Diniz (2012) problematiza a mudança nos nomes dos Centros e afirma que o discurso oficial de ampliação das atividades desenvolvidas pelo Centro assume “tom panfletário” e “esconde” o interesse do governo brasileiro em demonstrar “progresso/melhoria” nos programas desenvolvidos pelos Centros. Além disso, a incorporação do nome de outro país na denominação que buscava diminuir o sentido da unilateralidade das atividades do Centro, na prática não foi efetivada.

2.1.3 EXAME DE CERTIFICAÇÃO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS (CELPE-BRAS).

O exame brasileiro oficial de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é desenvolvido pela parceria do Ministério de Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com Dell'Isola *et al.* (2003, p.155), o exame tem como objetivo “[...] avaliar, por meio de tarefas comunicativas, a competência de uso oral e escrito da língua portuguesa, em sua variedade brasileira.” O Celpe-Bras é aceito internacionalmente como comprovação de domínio da língua portuguesa por instituições de ensino e empresas. As autoras comentam, ainda, que o exame busca posicionar a língua portuguesa como meio de comunicação internacional (DELL' ISOLA *et al.*, 2003). Diniz (2008) faz uma reflexão sobre como o exame de proficiência confere a variante brasileira do português o status de uma língua veicular, com características expansionistas e como língua de Mercado, no cenário globalizado atual. Isso reflete diretamente no posicionamento do Estado brasileiro frente as suas políticas linguísticas no exterior, pois ganha maior espaço de manobra e busca se consolidar como centro da lusofonia na contemporaneidade.

No Brasil, o exame serve, desde o ano de 1998, como certificação de estudantes estrangeiros que se candidatam para ingressar em cursos de graduação e pós-graduação em Instituições de Ensino Superior o e é usado ainda, para fins empregatícios no Brasil. A parceria entre o MEC e o INEP conta também com a participação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) como parceiro na aplicação dos exames no exterior (INEP, 2014).

2.1.4 PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) E PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG)

O Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), regido pelo decreto nº 7.498, foi criado em 1960, com o objetivo de articular com as universidades brasileiras o tratamento dado aos alunos

estrangeiros vindos para estudar no Brasil. O programa tem como público alvo os estudantes que vêm de países em desenvolvimento e que desejam se candidatar a uma vaga de graduação no Brasil. Desse modo, a África foi o continente que mais participou do programa ao longo de sua história, especialmente, os países da chamada África Lusófona, como Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola (MRE, 2014).

Já o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) foi criado em 1981, com o objetivo de privilegiar candidatos a programas de pós-graduação *stricto sensu* em Instituições do Ensino Superior (IES) brasileiras provindos de países em desenvolvimento. O programa é administrado por uma parceria de três Ministérios: o de Relações Exteriores, o da Educação e o de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2014). No MRE, a encarregada pelo programa é a Divisão Educacional (DCE), que tem como suas principais atribuições:

Tratar dos assuntos relativos à cooperação educacional oferecida pelo Brasil, inclusive por meio da resposta a consultas relacionadas aos temas. Coordenar, juntamente com o Ministério da Educação, o funcionamento do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e, juntamente com o MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Tratar dos assuntos relativos à cooperação educacional recebida pelo Brasil de outros países, organismos internacionais ou agências estrangeiras. Participar da negociação de acordos, programas executivos de trabalho e demais atos internacionais referentes à cooperação educacional no plano internacional, bem como acompanhar sua execução; Divulgar oportunidades de emprego e bolsas de estudos oferecidas a brasileiros (BRASIL, 2014).

Os programas de intercâmbio educacional é uma das atividades mais tradicionais da diplomacia cultural e se relaciona diretamente com a promoção da língua, pois envolve a necessidade de estrangeiros conhecerem e dominarem o idioma do país em que vão cursar cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com Carvalho (2012), aos candidatos ao PEC-G e PEC-PG é requerido, como requisito mínimo, o

nível intermediário no exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras.

2.1.5 COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) E INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, é um “foro multilateral” composto por nove países lusófonos, quais sejam: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

É uma organização internacional que possui personalidade jurídica e autonomia financeiro-administrativa, composta pelos seguintes órgãos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo; o Conselho de Ministros; o Comitê de Concertação Permanente; o Secretariado Executivo; a Assembleia Parlamentar; a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais. Seus objetivos gerais, descritos no artigo 3º de seu Estatuto, são:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CPLP, 2007, p.1).

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é uma Instituição subordinada à Comunidade de Países de Língua Portuguesa que possui personalidade jurídica e tem autonomia científica, administrativa e patrimonial. Os seus objetivos são descritos no artigo 9º do Estatuto da CPLP:

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objetivos a planificação e execução de programas

de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fóruns internacionais (CPLP, 2007, p.4).

O IILP é guiado pelas orientações aprovadas do Conselho Científico, composto pelas Comissões Nacionais dos Estados e, também, pelo Comitê de Concertação Permanente da CPLP. Com relação à sua direção, o Conselho Científico é administrado por duas instâncias: a Presidência e a Direção Executiva, que tem caráter rotativo, o que possibilita cada componente da CPLP assumir estes cargos (IILP, 2014).

O IILP busca criar um espaço comum para que as autoridades nacionais e suas equipes técnicas possam negociar e empreender políticas linguísticas em conjunto. A ideia é aprofundar o compartilhamento da gestão internacional da língua portuguesa. O Instituto desenvolve atividades como, por exemplo, colóquios oficiais em que são projetadas as ações para promoção do português. Além disso, desenvolve alguns projetos como o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOC), a Revista Platô (periódico internacional temático), e o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/ Língua Não Materna.²²

Finalmente, após descrever alguns mecanismos utilizados pelo Brasil para constituir sua política de difusão linguística, é necessário contextualizá-los como componentes históricos que foram desenvolvidos ao longo das ações da política externa brasileira.

2.2 HISTÓRICO DA DIFUSÃO LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Para compor o quadro histórico das iniciativas de difusão linguística do Estado brasileiro, essa dissertação propõe a análise de dois níveis, o interno e o externo. Isso quer dizer, construir uma narrativa histórica que leve em consideração também os fatores domésticos que propiciaram algumas das iniciativas geradas em meio externo. Em análises baseadas em tradições Realistas, por exemplo, o Estado é visto como uma “caixa preta”, em que as ações no exterior eram desenvolvidas a partir de uma racionalidade própria e, muitas vezes, inquestionável.

²² Para mais informações, acessar: <http://iilp.cplp.org/home.html>

Na década de 1960, as questões domésticas e como elas interferem na política externa começam a entrar em discussão nas Relações Internacionais²³. A tentativa foi criar estudos que demonstrassem não só como a estrutura internacional afeta a diplomacia, mas também, como esta resulta de dinâmicas internas de um Estado. Os estudos buscaram levar em consideração como e quais os atores participam das decisões internas e como elas interagem com as diretrizes da política externa. (FIGUEIRA, 2009).

Desse modo, cada vez mais autores buscaram perceber a necessidade de “abrir a caixa” (HUDSON, VORE, 1995) e buscar as dinâmicas domésticas que interferiram nas políticas externas. Brighi e Hill (2012) afirmam que para entender uma política conduzida no estrangeiro é preciso avaliar os meios domésticos alocados para sua efetivação e, também, para as possibilidades externas de sua execução. Diante dessa perspectiva de desenvolver trabalhos que envolvam as dinâmicas internas e como elas estavam relacionadas com as práticas da política externa, a seções, a seguir, descreverão as iniciativas históricas e atuais de política externa para a difusão da língua portuguesa como resultado de uma lógica dual, que envolveu tanto processos internos, como influências externas.

Em relação ao caso brasileiro, a década de 1940 foi muito importante para a consolidação da cultura na agenda estatal, pois, no Governo de Getúlio Vargas, segundo Calabre (2005, p.2), foram propostas as primeiras “políticas culturais governamentais”. O Itamaraty, por exemplo, como destacou Calabre (2005) e Santos (2009), passou por uma reformulação no período Vargas, o que propiciou a entrada da cultura na agenda de política exterior brasileira. Foi nessa reformulação que se criou o Departamento de Promoção Cultural, com vistas, segundo Menezes (2011), a dispor de um mecanismo de promoção cultural para aumentar a visibilidade do Brasil no cenário interestatal. Nessa década, também foram fundadas as primeiras instituições de promoção da língua portuguesa, as quais, mais tarde, dariam lugar aos Centros Culturais Brasileiros (CCB’s).

²³ Esse período marca os primeiros estudos da subdisciplina de Análise de Política Externa (APE) para os estudos das relações internacionais, que buscam compreender a política externa com vistas aos processos internos de sua constituição. As primeiras análises vieram nas análises conduzidas por J. Rosenau; Snyder, Bruke e Sapan; Harold e Sprout. (FIGUEIRAS, 2009)

Além disso, Menezes (2011) menciona que, pouco antes da II Guerra, existia um cenário de possibilidades para aprofundar as políticas culturais brasileiras, devido ao interesse de potências como França e Alemanha em aumentar as relações culturais com o Brasil. Esses movimentos das potências para aumentar sua influência na região é uma característica do sistema interestatal e tinha como principal objetivo competir com os EUA que, à época, ascendiam como potência hegemônica.

Menezes (2011, p.11) dá exemplo de algumas das instituições francesas que foram instaladas no Brasil no período da II Guerra, quais sejam: o Instituto franco-brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária, os liceus franceses, as Alianças Francesas e as missões universitárias que atuaram na criação da Universidade São Paulo (USP). Observa-se, no entanto, que o mesmo movimento entendido pela autora como uma relação profícua para a nascente política externa cultural brasileira pode também ser interpretado a partir de sua relação desigual, na qual a diplomacia cultural francesa, muito bem estruturada, se instala no Brasil e a diplomacia brasileira consegue apenas promover “semanas culturais” na França.

Desse modo, a diplomacia cultural brasileira nasce em um cenário político-cultural no qual os estados-nação do centro da economia-mundo já possuíam instrumentos e mecanismos de difusão cultural consolidados. O Brasil então busca definir sua política cultural externa imitando as experiências centrais. Menezes (2011) comenta que as ações para promover a cultura brasileira seguiram a percepção francesa de que o Estado deveria ser responsável pela promoção da cultura no exterior.

Esse movimento iniciado pelo governo Vargas no intuito de posicionar melhor o Brasil no mapa cultural da época, está diretamente ligado às transformações político-econômicas brasileiras em âmbito interno e externo. No ambiente doméstico, a nova forma nacionalista do Estado e a sua política de industrialização tinha como principal objetivo a mudança da posição brasileira na divisão internacional do trabalho. Já no âmbito exterior, as condições de desacerto político-econômico²⁴ nos

²⁴ Arend (2013) percebe essa ascensão brasileira ao posto de país semiperiférico dentro de um quadro de transição hegemônica. O período pré-1930, que esta relacionado ao período de expansão financeira da hegemonia britânica, foi caracterizado por um grande endividamento externo para países periféricos e

países centrais foram também favoráveis à mudança de posicionamentos na hierarquia internacional. É nesse contexto que Arend (2013) afirma que houve a ascensão brasileira à posição semiperiférica, o que também pode explicar a busca do governo brasileiro em desenvolver novas ações (até mesmo mais ousadas, como o caso da difusão cultural) para afirmar e demarcar sua posição no sistema interestatal.

Os primeiros movimentos de difusão da língua portuguesa brasileira se deram no âmbito regional, pois a década de 1940 foi marcada por uma busca de maior integração dos países latino americanos. Santos (2009) aponta que a década de 1930 trouxe uma insatisfação de países latino-americanos com o paradigma liberal, devido, principalmente, aos reflexos da crise de 1929. Esse período, então, possibilitou o surgimento de novas concepções de desenvolvimento e de integração econômica para a região, sendo que o Brasil e a Argentina foram vistos como potenciais líderes desse processo.

Segundo a autora, os projetos de aproximação econômica e política, nesse período, também propuseram uma aproximação cultural, como meio de diminuir rivalidades ainda remanescentes de períodos anteriores. Calabre (2005, p.4) afirma que uma das iniciativas mais comuns de aproximação cultural eram os Institutos, que “[...] promoviam cursos de idiomas e literatura, concursos literários, publicações, seminários, entre outras atividades”.

Como enfatizam Silva e Gunnewiek (1992, *apud* DINIZ, 2012b), as primeiras iniciativas de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo MRE se deram em meados da década de 1940 pelo Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro (Montevidéu), Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro (Buenos Aires), Instituto de Cultura Paraguaio-Brasileiro (Assunção) e Instituto de Cultura Boliviano-Brasileiro (La Paz). McMurry e Lee (1947 *apud* RIBEIRO, 2011, p.88) avaliavam positivamente o desenvolvimento das políticas de difusão cultural pelo Estado brasileiro, principalmente, no campo da difusão linguística. Em

semiperiféricos, como o Brasil, que tiveram que adotar políticas “funcionais” ou às altas finanças, diminuindo assim sua autonomia política e econômica frente ao centro. No entanto, o período de 1930 trouxe um cenário de instabilidade econômica (crise de 1929) e os conflitos militares no centro do sistema, o que desarticulou os credores e diminuiu a pressão sob as cargas financeiras geradas pelas dívidas externas dos países periféricos e semiperiféricos, e isso fez com que esses países conseguissem desenvolver políticas e investimentos mais voltados para o desenvolvimento das capacidades domésticas.

contrapartida, Silva e Gunnewiek (1992 *apud* DINIZ, 2012b) afirmam que as primeiras atividades dessas instituições eram apenas de tradução literária.

Esse momento de promoção cultural externa pode ser associado a ampliação da presença do Estado brasileiro nas várias dimensões da vida social interna. Um exemplo doméstico da maior intervenção do Estado e que também lança luz sobre os incentivos de promover a língua portuguesa em âmbito externo foi a tentativa do governo Vargas em unificar e fortalecer o ensino da língua portuguesa no ensino brasileiro. Segundo Menezes (2011, p.11), “a máquina estatal foi, então, colocada em funcionamento a todo vapor e em todos os níveis: a diplomacia cultural cabia não apenas ao Itamaraty, como também à presidência da República e aos outros ministérios”.

O português se tornou um símbolo da identidade nacional, sendo severamente inibida a comunicação em outras línguas, isso na década de 1940, em que o fluxo de imigrantes europeus principalmente para o sul do Brasil foi muito grande (ROCHA, 2006). A proposta do governo era promover uma padronização cultural no território brasileiro e, para atingir tal objetivo, as pessoas que não falavam o português eram consideradas como “maus patriotas”. Por conseguinte, o sistema educacional proposto pelo Estado, que começava se expandir pelo Brasil, baseava-se na ideia de que todo material didático deveria ser escrito em português e que os professores deveriam ser brasileiros natos. Além disso, era obrigatória a impressão de revistas, jornais ou livros em português (ROCHA, 2006).

Como parte de seu nacionalismo político-econômico, o Governo Vargas propôs que um aparelho estatal forte e interventor seria a melhor saída para superar a condição histórica de debilidade e atraso relativo da sociedade brasileira. Desse modo, Vargas buscava desenvolver estratégias políticas internas que privilegiassem os setores enfraquecidos internamente, para buscar melhores resultados econômicos e, conseqüentemente, se posicionar de maneira mais assertiva nas suas relações com o meio externo.

A instauração do Estado Novo em 1937 e o período da II Guerra contribuíram para a intervenção do Estado de maneira massiva na cultura e no controle dos instrumentos de propaganda política. No contexto doméstico, foi instituído o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha como objetivo atingir a opinião pública e criar um ambiente favorável para o regime, além de disseminar a cultura e a

civilização brasileiras (CAPELATO, 2009). A gestão de Vargas se beneficiou da popularização dos meios de comunicação como o rádio e a televisão, influenciados e encorajados pelo *hegemon* norte-americano, para desenvolver programas como a Hora do Brasil²⁵. Esses novos meios, além de facilitarem a ação de propaganda governamental, ajudaram a divulgar e consolidar nas décadas seguintes expressões artísticas nascentes e que se inseriram na construção histórica das artes e cultura brasileira, como a Bossa Nova e o Cinema Novo.

Durante a década de 1960, podem ser destacadas duas iniciativas importantes para a difusão cultural e linguística brasileira no exterior. Em 1965, foi criado o primeiro leitorado brasileiro na Universidade de Toulouse, na França. Também é nessa década que surge o PEC-G, primeiro programa brasileiro que disponibiliza bolsas para estrangeiros estudarem nas instituições de ensino superior brasileiro. Vizentini e Pereira (2008, p.2) posicionam a criação do PEC-G no período da execução da Política Externa Independente do governo Goulart (1961 - 1964) e seu ministro das relações exteriores, Afonso Arinos. Esse programa, de acordo com os autores, surgiria como um dos reflexos do lançamento de uma política para a África que se apoiava na autodeterminação das colônias, principalmente as lusófonas, que à época estavam reivindicando sua independência.

A grande intervenção nas políticas socioculturais e a busca pela construção de uma identidade nacional, relacionada ao período do Governo Vargas, foi retomada com empenho no exercício dos governos militares. Calabre (2005) afirma que, já no governo de Castelo Branco (1964-1967), havia discussões sobre a necessidade de se desenvolver uma política nacional para a cultura, que não se concretizou até o ano 1976. Bijos e Arruda (2010) apontam algumas instituições e programas criados no período dos governos militares para promover a cultura: a Embrafilme, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), subordinado à Secretaria de Educação e Cultura e, o Programa de Ação Cultural (PAC). Além dessas instituições, foram abertos vários Centros Culturais no Exterior, entre eles, o da Venezuela (1971), o da Costa Rica (1971), o do Paraguai (1974) e o do México (1975) (DINIZ, 2012a).

²⁵ “O programa tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. Divulgava os discursos oficiais, os atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando feitos gloriosos do passado” (CAPELATO, 2009, p.88).

Foi nessa época, ainda, que os governos empreenderam várias iniciativas que propiciariam, no futuro, a criação do Ministério da Cultura (MinC) e da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Além dessas organizações, Calabre (2005) lembra que, no Governo de Geisel (1974-1978), foi criado o Plano Nacional da Cultura (PNC), cujo objetivo era coordenar as iniciativas das diversas organizações governamentais para valorizar produtos culturais brasileiros. Comentando sobre esse Plano Nacional, Miceli (1984 *apud* CALABRE, 2005, p.5) afirma que:

[...] inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo, o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas.

Outra iniciativa dos governos militares que influenciou diretamente o âmbito educacional e cultural foi a ampla reforma feita no ensino superior brasileiro. Foram modificadas as antigas bases do ensino superior formadas no Estado novo. As principais mudanças foram as seguintes:

[...] vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; favorecimento da privatização do ensino; implantação de uma estrutura organizacional que se consolidou e se encontra em plena vigência; institucionalização da pós-graduação (SAVIANI, 2008, p.295).

Desse modo, pode-se perceber que o ensino superior muda, adquire nova organização burocrática, e novas modalidades de ensino, como por exemplo, os cursos de pós-graduação, elaborados, de acordo com Saviani (2008), pela mistura de duas tradições: a americana e a europeia.

Esse movimento de fortalecimento das estruturas educacionais do ensino superior e da abertura dos primeiros cursos de pós-graduação no

Brasil ajuda a entender o fortalecimento e desenvolvimento dos programas de bolsa para alunos estrangeiros. Complementar a esse quadro interno, propício ao fortalecimento do programa, é a ampliação da relação brasileira com países africanos, principais beneficiados pelo PEC-PG, criado em 1981. Vale a pena descrever brevemente o contexto em que se insere este programa.

Após um período de negligência dos governos militares, mesmo antes do surgimento do PEC-PG, mas já no governo de Geisel (1974-1979), a África ganha novo espaço na agenda brasileira. O governo, como chamam atenção Vizontini e Pereira (2008), se caracterizou por uma diplomacia terceiro-mundista que expandiu o número de representações diplomáticas na África, reconheceu a independência da Angola, em 1975 e endureceu o discurso contra os governos racistas da África do Sul e da Rodésia. Continuando essa tendência de maior ênfase na questão africana, o governo João Baptista Figueiredo (1979-1985) e seu chanceler Saraiva Guerreiro foram as primeiras autoridades brasileiras a visitar oficialmente países africanos, após seu processo de descolonização já consolidado, como por exemplo, Angola e Moçambique.

O quadro de promoção linguístico-cultural que se delineou no final da década de 80 e por toda a década de 90 foi diferente. Com o fim do período militar e iniciado o processo de redemocratização, o Brasil passava pela chamada “década perdida” e também por intensas turbulências em âmbito econômico, principalmente, em decorrência da crise econômica mundial da década de 1970 e de uma dívida externa exorbitante. O receituário neoliberal pregado pelo Consenso de Washington, o qual buscava “estabilizar” as economias do eixo Sul que passavam por grandes dificuldades, incentivou a diminuição da presença do Estado em diversos segmentos da realidade social. As restrições econômicas e a fórmula de Estado mínimo também atuaram sobre as questões da política cultural.

Calabre (2005) demonstra que a tendência de diminuição dos investimentos no setor cultural começa no início da década de 1980²⁶. O governo de Sarney (1985-1989) já tentava criar mecanismos legais de incentivo fiscal para repor os investimentos públicos; no entanto, esses foram duramente criticados, e se extinguíram no Governo Collor (1990-

²⁶ Essa década também é conhecida como a década perdida, devido ao grande endividamento, inflação descontrolada, baixas taxas de crescimento e aumento do desemprego.

1992). O governo Sarney desenvolveu algumas iniciativas para a difusão da língua portuguesa, como por exemplo, o início das conversações entre Brasil, Portugal e os Países Africanos, para formar uma organização em torno da lusofonia, o que viria a ser a CPLP. Além disso, o governo Sarney abriu dois Centros Culturais, o de Guiné Bissau (1986) e o de Moçambique (1989)²⁷, os primeiros na África Lusófona (DINIZ, 2012a). No entanto, segundo Calabre (2005), o governo de Collor de Melo (1990-1992) conseguiu diminuir de maneira vertiginosa o investimento público no setor cultural e desapareceu o Estado, extinguindo de uma só vez várias instituições, até mesmo o Ministério da Cultura. No governo do Itamar Franco (1992-1994), algumas instituições foram recriadas, como por exemplo, o Ministério da Cultura.

Em um período marcado por grandes processos de privatização de instituições estatais, Bijos e Arruda (2010) afirmam que o governo de Fernando Henrique Cardoso implementou mudanças na direção de políticas culturais, a partir de modificações na Lei de Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet (que já havia sido criada no governo Collor), a qual abriu a possibilidade de investimentos privados na cultura. As autoras ainda destacam alguns efeitos da referida Lei: o aumento nos investimentos para o setor, a integração de outros setores à lógica cultural

²⁷ Em seu livro, Celso Amorim, então chefe do Departamento Cultural, relata como se deu a criação do CCB de Maputo: “No idos de 1989, nosso então embaixador em Moçambique, o embaixador Nazareth, teve a ideia de fazer um Centro Cultural em Maputo. O ministro da Cultura da época, José Aparecido de Oliveira, que era uma pessoa muito ativa, apoiava a iniciativa. Apoiava, mas tampouco tinha recursos. Então, peguei um pouquinho, tinha algum dinheirinho para o restante do ano. Pensei: “Vamos pegar tudo isso aqui, vamos raspar o fundo do tacho e dar o dinheiro que o nosso embaixador Nazareth precisa em Maputo para criar o Centro Cultural”. E era uma situação juridicamente complicada. Hoje, parece muito longe, mas eram só quinze anos desde a independência de Moçambique [...] Dois anos e meio depois desse episódio, e eu já tinha conseguido, a duras penas, ser promovido a embaixador em Genebra. Certo dia, estou lendo o *International Herald Tribune*, que trazia um artigo sobre Moçambique, em plena guerra civil [...] O jornal dizia que, em Maputo, uma cidade em que não acontecia quase nada, que estava totalmente sujeita a apagões, só havia uma coisa que pulsava: o Centro Cultural Brasileiro. Fiquei feliz, realmente. Você vê que as nossas ações podem ter um efeito prático” (AMORIM, 2011, p.344).

e a inversão de prioridades na promoção cultural, sendo dado maior destaque à publicidade em termos culturais do que a função social que a cultura exerce.

No campo da promoção da língua portuguesa no exterior, a década de 1990 abriu espaço para a criação de diversos Institutos Culturais Brasileiros (IC's²⁸), consequência direta da privatização de antigos Centros de Estudos Brasileiros (CEB'S) (DINIZ, 2012a). O Instituto Cultural Brasil-Venezuela e a Fundação Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires (FUNCEB), que substituíram os antigos Centros de Estudos Brasileiros, por exemplo, se tornaram autônomos financeira e administrativamente do governo brasileiro. O quadro a seguir mostra algumas outras privatizações de Centro de Estudos Brasileiros que aconteceram na época.

²⁸ Os Institutos Culturais (IC's²⁸) compuseram o quadro organizacional da Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx) e eram entidades regidas pelo direito privado local e subsidiadas pelo Governo brasileiro por meio de convênios.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS CULTURAIS BRASILEIROS (ICS) – ATÉ DEZ. 2011.

Região	País	Cidade	Instituto	Data de fundação	Data de privatização
América do Sul	Argentina	Buenos Aires	Fundação Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB)	1954 (Getúlio Vargas)	1996 (Fernando H. Cardoso)
	Colômbia	Bogotá	Instituto Cultural Brasil-Colômbia (IBRACO)	1962 (João Goulart)	1996 (Fernando H. Cardoso)
	Equador	Quito	Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC)	1962 (João Goulart)	1996 (Fernando H. Cardoso)
	Uruguai	Montevidéu	Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (ICUB)	1940 (Getúlio Vargas)	
	Venezuela	Caracas	Instituto Cultural Brasil-Venezuela (ICBV)	1971 (Emílio Médici)	1994 (Itamar Franco)
América Central e Caribe	Costa Rica	São José	Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros (FCDEB)	1971 (Emílio Médici)	1994 (Itamar Franco)
Europa	Itália	Milão	Instituto Cultural Brasil-Itália (IBRIT)	1962 (João Goulart)	1997 (Fernando H. Cardoso)

Fonte: DINIZ (2012a, p.56).

Como ilustração das mudanças que ocorreram na administração das instituições da difusão da língua portuguesa no período do governo FHC (1994 -2002), é necessária a análise da documentação histórica do próprio Itamaraty. As restrições orçamentárias que o Brasil passava na década de 1990 influenciaram negativamente o orçamento para o setor cultural, como se observa em três documentos do Itamaraty. O primeiro é um despacho telegráfico, enviado pela Secretária de Relações Exteriores (SERE), destinado à Embaixada Brasileira em Buenos Aires, no dia 8 de agosto de 1996, onde se lê:

As severíssimas restrições orçamentárias que afetam o Ministério tornam absolutamente necessárias alterações no programa de divulgação cultural do posto. Desse modo, muito

agradeceria a Vossa Excelência indicar, com a brevidade possível entre os eventos previstos quais devem ser cancelados ou ter suas dotações reduzidas de modo a realizar corte mínimo de 30 por cento da verba total planejada para o posto que foi de USD 41.680,00 (grifo nosso).²⁹

Esse quadro se confirma em outro documento, do dia 13 do agosto de 1996, enviado pela Embaixada brasileira em Quito para a Secretaria de Relações Exteriores:

Analisada a programação cultural prevista para 1996/abril de 1997, informo os **seguintes cancelamentos e redução de dotação** solicitados para os seguintes eventos [...]. Reduzi ao mínimo o programa cultural desta embaixada, obtendo **uma redução de 40 por cento (US 12.866) do valor total das atividades planejadas por este posto**, chegando a uma nova estimativa de US 19.310,00 para os eventos já contratados e que são imprescindíveis para assegurar a presença brasileira no cenário artístico e cultural deste país (grifo nosso).³⁰

Diante desse quadro de restrição orçamentária, começam a surgir mudanças nas ações culturais e de difusão linguística. Os CEB's começam a dar lugar aos Institutos privados, como fica claro nos telegramas abaixo reproduzidos, e que partiram do Itamaraty. O primeiro destinado à Embaixada brasileira em Buenos Aires, no dia 21 de março de 1996:

Felicito vivamente Vossa Excelência pela assinatura da ata de criação da Fundação Centro de Estudos Brasileiros, inclusive e, sobretudo, pela magnitude que cercou o processo político da criação da nova entidade.³¹

²⁹ Ofício nº 00937, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

³⁰ Ofício nº 131805, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

³¹ Ofício nº 00281, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

O segundo documento faz referência a um ofício enviado pela Embaixada brasileira em Bogotá para a Secretaria de Relações Exteriores (SERE), que informa acerca da nova instituição que substituiu o CEB:

[...] Informo Vossa Excelência de que, pela resolución especial numero 094, de 5 do corrente, a Alcaldia Mayor de Bogotá reconheceu personalidade jurídica ao Instituto de Cultura Brasil - Colômbia, por desempenhar o IBRACO atividades docentes [...] Esclareço, finalmente, que prosseguirei a busca de novo imóvel para a instalação do Instituto, de vez que as atuais instalações, que já eram acanhadas para o CCBC em sua configuração final, certamente não comportaria a IBRACO, com todas as atividades que deverá desempenhar.³²

O terceiro documento é de uma correspondência entre a Embaixada brasileira em Quito e a Secretaria de Relações Exteriores (SERE), datada de 26 de março de 1996, sobre o projeto de criação do Instituto Brasileiro Equatoriano de Cultura (IBEC),

Muito agradeceria informar o estágio em que se encontra a análise do projeto de estatuto do Instituto Brasileiro Equatoriano de Cultura (IBEC) [...]. Tão logo aprovado por Vossa Excelência, iniciarei o processo para constituição do IBEC que, no caso equatoriano, deverá necessariamente ser examinado pelo Ministério de Educação, com anterioridade ao seu encaminhamento para aprovação pela Presidência da República.³³

Como pode ser visto nos trechos acima, houve mudanças na condução das ações de difusão cultural que passariam a ser

³² Ofício nº 081704, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

³³ Ofício nº 261551, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

desempenhadas por entes privados. Esse movimento de alienação do controle estatal também pode ser observado como um processo de descontinuidade no projeto de desenvolvimento estratégico da promoção linguístico cultural, que, paradoxalmente, se dá em um período de grande interesse pela língua portuguesa, nos países vizinhos.

No trecho abaixo, retirado da mensagem da Embaixada brasileira em Buenos Aires para a Secretaria de Relações Exteriores, do dia 21 de outubro de 1996, fica evidente a grande atração que a língua portuguesa alcançava em um dos parceiros mais importantes para o Brasil, a Argentina:

Cresce de forma sustentada o interesse pela língua portuguesa na Argentina, como resultado do aprofundamento de integração entre ambos os países, o que já incorpora além dos grandes fluxos comerciais, dimensões culturais cada vez mais intensas e dinâmicas. Menciono alguns exemplos disso: **a Fundação Centro de Estudos Brasileiros já atende mais de 2.000 alunos por ano (cifra bastante superior ao número de alunos da Aliança Francesa)** [...] todos os indicadores confirmam que **é necessário planejar cuidadosamente, para este país, uma estratégia de divulgação do Brasil** que permita, por um lado, eliminar ou amenizar a força dos estereótipos que nos fazem aqui, como tenho dito, temidos pelo tamanho, mas não necessariamente respeitados como civilização. E, por outro, aproveitar esta onda crescente por nosso idioma para **realizarmos, aqui uma política de difusão cultural mais ambiciosa e eficaz**³⁴ (grifos nossos).

O que se pode interpretar dessa última citação é que, apesar de a comunicação frisar a necessidade de um planejamento “especial” para a difusão cultural na Argentina, é possível observar que há um desencontro com a realidade da época, afinal, como mostrado anteriormente, o Estado aliena instituições importantes para difusão linguística, abrindo mão de sua função de planejador e executor das ações de difusão cultural. Além disso, percebe-se que a transferência do CEB para o FUNCEB

³⁴ Ofício nº 211425, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

representou uma perda estratégica de um centro que contava com grande número de alunos e, ainda, em um país considerado estratégico na agenda da política externa brasileira.

Contudo, é na mesma década de 1990 que o Estado brasileiro cria o Celpe- Bras, um dos instrumentos que, ainda hoje, estimula e favorece a difusão linguística no exterior. No período de cinco anos (1993 -1998), o Ministério da Educação, com a colaboração de cinco Universidades brasileiras (UFRGS, Unicamp, UFRJ, UnB e UFPE), criou uma comissão que desenvolveu o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros, o Celpe- Bras. Este certificado ainda parece ter sido desenvolvido a partir das necessidades da avaliação dos estudantes estrangeiros que queriam ingressar nas IES e também para lidar com as implicações socioculturais derivadas da criação do Mercosul na mesma década (OLIVEIRA, DORNELES, 2007). Além disso, essa época assistiu a uma grande procura de estrangeiros por cursos de graduação e pós-graduação no Brasil (SCHOFFEN, 2003). Em concordância com essa análise de Schoffen (2003), o despacho telegráfico destinado à Embaixada brasileira em Buenos Aires, no dia 26 de março de 1996 comunica:

[...] que os testes de validação do CELPE-bras poderão ser aplicados no exterior após o mês de julho [...] ao congratular-me com Vossa Excelência por essa iniciativa que irá possibilitar o reconhecimento oficial dos exames de português para o estrangeiro propiciando respeitabilidade aos certificados expedidos e unicidade curricular, muito agradeceria o envio de informações, inclusive sobre o número de professores e época prevista para a visita, a fim de habilitar este posto a dar seguimento as providencias cabíveis. [...] A expedição dos Certificados de Proficiência em Língua Portuguesa com a chancela do Ministério da Educação e do Deporto, tornando-se, portanto, documento oficial e com fé pública internacional, concorrera de modo positivo para as ações de política cultural do Governo brasileiro e contribuirá

para as demais ações em outras áreas, especialmente aquelas dirigidas para o Mercosul.³⁵

Além do CELPE-bras, na década de 1990, surge mais um dos canais para a difusão da língua portuguesa pelo Estado brasileiro. Com o fim da Guerra Fria, e com os indícios do declínio da hegemonia norte-americana, os Estados buscaram estabelecer arranjos institucionais, baseados, principalmente, em interesses convergentes na área da economia, mas também, na política, na cultural, entre outras (MOTA, 2009) Pode-se exemplificar esse movimento na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, com a adesão de sete países (Angola, Moçambique, Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde) que tinham a língua portuguesa como principal elo de convergência de interesses.

O projeto de constituição de entidade promotora da aproximação lusófona, todavia, é mais antigo. Segundo Mota (2009), havia desde o século XIX a tentativa de criar uma instituição que integrasse o “mundo” luso-brasileiro. Na década de 1950, foi firmado o Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, o qual buscava aproximar a relação entre os dois países. No entanto, como assinala Mota (2009), havia divergências nas relações entre esses países, na medida em que o Brasil não estava de acordo com as relações coloniais que Portugal ainda mantinha com a África, e isso influenciava negativamente a formação de uma organização lusófona. Só a partir de finais da década de 1970, período que marca a redemocratização de Portugal e a independência das colônias lusófonas na África, que as conversações sobre uma futura associação baseada, principalmente, na lusofonia ganham maior profundidade, em especial, entre Brasil e Portugal (MOTA, 2009).

Em 1989, Portugal e Brasil se empenharam em institucionalizar a proposta de uma organização que aproveitasse a identidade cultural-linguística em comum. No Brasil, pode-se destacar a iniciativa do Ministro da Cultura, João Aparecido de Oliveira, que viajou aos países Africanos lusófonos na tentativa de convencer sobre a necessidade da criação de uma Comunidade baseada na língua portuguesa (MOTA, 2003). Ainda naquele ano, foi criado, no Maranhão, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que pode ser entendido como

³⁵ Ofício nº 00334, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

a semente das posteriores conversações dos anos de 1994 e 1996, que concretizariam e oficializariam a Comunidade. No entanto, mesmo sendo criado antes mesmo da CPLP, o IILP só deu início as suas atividades em 2002, após a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Ao mesmo tempo em que o IILP foi criado, se acentuaram os debates sobre a necessidade da implementação de uma planificação ortográfica, o Acordo Ortográfico, para lidar com a dupla ortografia criada em 1945: a portuguesa, utilizada também pela África Lusófona, e a brasileira (FARACO, 2014). Segundo Tavares e Ricardo (2009), em busca da unificação ortográfica, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras desenvolveram uma negociação, que em 1990, se concretizaria no Acordo Ortográfico, assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, só depois, pelo Timor Leste. O artigo 3 do documento previa que o Acordo entraria em vigor em 1994, após a ratificação por todos os Estados. No entanto, houve atraso na ratificação (Brasil, em 1995 e Cabo Verde, em 1995) e não ratificação por parte de outros países, o que fez com que o Acordo ficasse em suspenso. Em 1998, houve um Protocolo Modificativo que retirou a data inicial para a ratificação, deixando em aberto o cumprimento desta pelos demais membros.

Nesse sentido, o governo brasileiro buscou promover a variante brasileira do português de modo compartilhado, através de organismos multilaterais, contrariando a tendência de unilateralidade proposta pelos governos anteriores. A participação brasileira na criação da CPLP e do IILP, a busca por um acordo ortográfico na Comunidade, e a tentativa de maior coordenação entre os instrumentos brasileiros e portugueses exemplos dessa nova postura brasileira.³⁶

Fica bastante evidente, desse modo, que as décadas de 1980 e 1990 trouxeram mudanças na condução dos mecanismos de difusão da língua

³⁶ O governo FHC, segundo Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), inaugurou um período de “autonomia pela integração” em sua política externa, isso representou a maior participação do Brasil nas normas e regimes internacionais que este pudesse tirar proveito. A política exterior brasileira buscou inverter a posição de distanciamento, praticada por governos anteriores e participar não somente em arranjos regionais, como também apostar naqueles de escala global. A política brasileira para o exterior então esteve muito ligada às tentativas de auferir lucros da “chamada” globalização por meio de iniciativas institucionalizadas, como por exemplo, o sistema ONU e outras iniciativas, como a CPLP.

portuguesa no exterior, como reflexo dos condicionantes, principalmente econômicos a que o Brasil estava submetido. Percebe-se nas iniciativas um recuo do Estado monopolizador das décadas anteriores, compartilhando a gestão da política linguística com entidades privadas e/ou outros países. As privatizações e os mecanismos de cooperação no âmbito da difusão linguística deixam transparecer a vulnerabilidade econômica e, também, organizacional que impediam o governo de continuar promovendo estratégias de promoção cultural no exterior nos moldes vigentes destes anos 1930 até o fim da década de 1970.

Finalmente, é possível perceber que os programas historicamente desenvolvidos pelo Estado brasileiro foram condicionados e possibilitados por fatores internos e externos, entre os quais devem ser destacados os recursos humanos e financeiros que nem sempre foram suficientes para desenvolver o programa de promoção cultural como os países centrais, tradicionais difusores culturais. A agenda externa de difusão linguística, como mostrado anteriormente, teve o escopo restrito a algumas áreas e não conseguiu ampliar-se para outros pontos do globo, como por exemplo, os países centrais. Com vistas a esse quadro, a próxima seção discutirá as críticas às iniciativas brasileiras de difusão da sua cultura no exterior.

2.3 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DIPLOMACIA CULTURAL E DA DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Hill (2003) destaca que a utilização de determinado instrumento para implementação de uma política externa responde a uma lógica piramidal. Os instrumentos se inserem num construto onde mais dois conceitos ajudam a formar e a concretizar as ações, o de recursos e o de capacidades. No topo da pirâmide se encontram os recursos, aspectos históricos e geográficos que limitam os impactos dos países no ambiente externo; logo após, na camada mais ao meio da pirâmide se posicionam as capacidades que são os recursos operacionalizados; e, por último, os instrumentos, que podem ser divididos em quatro categorias: diplomática, militar, econômica e cultural.

Brighi e Hill (2012) percebem que a implementação de uma política esta diretamente relacionada a seu contexto. Para esses autores, devem ser levadas em consideração as diferenças entre os Estados e consequentemente os instrumentos desenvolvidos para a implementação

de uma determinada política. Os Estados se diferenciam quanto à disponibilidade e viabilidade de diferentes instrumentos que podem ser utilizados para alcance de seus objetivos. Por exemplo, segundo esses autores, as potências se diferenciam dos demais países por possuírem um “[...] portfólio completo de instrumentos potenciais, desde o mais vigoroso hard power, até as mais sutis e indiretas formas de influência cultural³⁷”. Em polo oposto, encontram-se os países que terão “ambições” mais imediatas e instrumentos de alcance restrito. No entanto, os autores frisam que entre esses dois extremos existem aqueles Estados que “[...] sobrevivem com base em uma limitada e desigual variedade de instrumento³⁸” (BRIGHI; HILL, 2012, p.161).

Na nossa interpretação, essa diferenciação feita por Brighi e Hill (2012) reforça o argumento da estrutura tripartite do sistema interestatal, sendo que os primeiros seriam os países centrais, por possuírem grande potencial de desenvolver seus projetos culturais no exterior, logo após podem ser observados países periféricos, que não possuem meios para implementarem políticas diversificadas como a cultural. Por último, aparecem aqueles países semiperiféricos que dispõe de meios para executar uma política cultural, só que esses são limitados e não alcançam grandes extensões.

Debatendo a viabilidade da condução de políticas culturais no exterior, Ribeiro (2011) também percebe a diferença quando estas são levadas a cabo por um país desenvolvido e um “em desenvolvimento”. Para o autor, os países desenvolvidos possuem recursos materiais e humanos necessários para aprofundar às práticas de diplomacia cultural, buscando cada vez colocar em prática as políticas que não visem o retorno imediato. Em contraponto, esse autor defende que a escassez crônica de recursos destinados à área cultural em países em desenvolvimento faz com que estes desenvolvam uma política a curto prazo e com limitações claras de alcance. Países, como o Brasil, condicionam sua política cultural exterior ao alcance de suas prioridades mais imediatas, não podendo efetivar ações que demandem mais recursos materiais e humanos que teriam que ser desviados daquelas prioridades imediatas.

³⁷ “[...]full portfolio of potential instruments, from the hardest of hard power to the most subtle and indirect cultural influences.”

³⁸ “[...] survive on the basis of a limited and patchy range of instruments.”

O Brasil³⁹, por exemplo, desenvolve seu campo de promoção cultural consideravelmente cedo, já que mesmo sendo um país semiperiférico e com sérias restrições orçamentárias, a criação de Instituições culturais na década de 1940 buscou acompanhar a tendência vigente nos países centrais. No entanto, como já descrito acima, exatamente porque realizadas por um estado semiperiférico⁴⁰, as iniciativas brasileiras no setor cultural não podiam ter a robustez que apresentavam os países centrais.

Amorim (2011) que ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores do governo Lula, mas que, no passado assumiu cargos de chefia no Departamento Cultural do Itamaraty, comenta que os investimentos direcionados para área cultural eram bastante escassos, quase “migalhas”. Essa situação de investimentos escassos também pode ser comprovada nos documentos⁴¹ oficiais do governo brasileiro utilizados ao longo deste capítulo, nos quais a questão de “restrições orçamentárias” é recorrente, mas sendo mais crítica em alguns períodos, como por exemplo, a década de 1990.

Ribeiro (2011) compara os montantes gastos dos países já consolidados no processo de promoção cultural com a situação brasileira. Em 1986 e 1987, estes teriam sido os montantes investidos por alguns países centrais: França (1,2 bilhões de dólares); República Federal da Alemanha⁴² (996 milhões de dólares); Japão (510 milhões de dólares). Já o Brasil, neste mesmo período, não teria gasto mais que 1 milhão de dólares na área cultural. A dificuldade de destinar recursos para a área traz o debate sobre a real vantagem para um país com restrições econômicas investir em um segmento em que os “retornos” não são imediatos e, muitas vezes não conseguem se materializar em fluxos monetários. O economista britânico Kenneth Berril (1977 *apud* TAYLOR, 2014, p.3) acredita que a “[...] cultura deveria ser tratada com baixa prioridade em países em desenvolvimento, porque tem um valor

³⁹ Se não for feita nenhuma observação específica, Brasil significa Estado brasileiro.

⁴⁰ A condição de Estado semiperiférico deve ser vista como uma fonte estrutural de condicionantes econômicos e políticos às ações conjunturais dos governos.

⁴¹ Ver notas de rodapé nº 25, 26.

⁴² A primeira versão do livro escrito por Ribeiro (2011) foi publicada em 1989, pouco tempo antes da queda do “muro de Berlim” que separava a República Federal da Alemanha (parte ocidental) e a República Democrática Alemã (parte oriental)

duvidoso para suas necessidades, os recursos devem ser gastos em outras atividades que trarão mais benefícios a eles.”⁴³

Todavia, debatendo a importância de canalizar recursos para a promoção cultural, Ribeiro (2011) acredita que a não priorização dessa área é, em sua totalidade, uma “visão de trincheiras”, pois, segundo ele, a questão cultural deve ser vista por outro ângulo, não só pelo retorno concreto, mas pelos benefícios que ela acarreta à política externa, sendo este um dos componentes fundamentais para o processo de desenvolvimento do país.

Além das questões de investimento na área, os autores chamam atenção para o fato de a ação do Estado brasileiro na difusão cultural ter sido descontínua ao longo dos anos, o que influenciou os próprios resultados e o desenvolvimento do setor (FARACO, 2012 *apud* CASTILHO, 2013, p.5), por exemplo, fala sobre a existência, nesse campo, de uma política de “arranques súbitos e freadas bruscas”. Segundo Ribeiro (2011, p.84), as dificuldades de “planejamento mais sistemático” nas ações de difusão cultural do Brasil se devem à falta de coordenação entre os órgãos que lidam com as questões culturais e à baixa prioridade dada a elas.

Menezes (2011, p.12) assinala que as dificuldades de implementação das políticas culturais externas parecem responder a uma lógica estruturante, na medida em que o período que vai da República (1889) até os anos 1990 é caracterizado pela dificuldade de financiamento das ações de diplomacia cultural e, ainda, na década de 1990, pela ausência de uma diretriz clara do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para o setor cultural. Em consonância com as críticas à descontinuidade das políticas de difusão cultural brasileira, Soares (2008) traz para o debate a discussão sobre as práticas de difusão cultural desenvolvidas pelo Brasil ao longo dos tempos. A autora conclama à superação de antigos padrões de conduta que reduzem ações culturais a “[...] exposições, feiras, congressos ou outros eventos culturais ou de curto prazo” (SOARES, 2008, p. 66).

No campo específico da difusão linguística, um dos mais acentuados questionamentos é realizado a respeito da criação de uma

⁴³[...] culture should be given a low priority in developing countries because it is of doubtful value to their needs and resources spent on other activities would normally bring greater benefit to them.

organização independente para lidar com as questões linguísticas. Ainda sobre o debate da necessidade da criação de um Instituto brasileiro, o escritor Antônio Campos, em entrevista à Rádio ONU, defende a emergência do fortalecimento do Instituto Machado de Assis. Segundo ele:

O Brasil está devendo a criação urgente do Instituto Machado de Assis de valorização e de diálogo da diplomacia cultural nos países de língua portuguesa, um idioma que já é falado por 240 milhões de seres humanos no mundo – sendo cerca de 200 milhões de brasileiros e 40 milhões fora do Brasil. (O país) Está devendo um maior intercâmbio nessa língua (RádioONU, 2011).

As críticas desenvolvidas ao longo dessa subseção estão diretamente relacionadas à lógica piramidal apresentada por Hill (2003). Afinal, as deficiências brasileiras na implementação da política exterior de difusão linguísticas advêm principalmente da falta de recursos (topo da pirâmide), o que afeta os demais componentes: desenvolvimento de capacidades e variedade de instrumentos. Ribeiro (2011), por exemplo, conclui que as deficiências na condução da política cultural exterior do Brasil estavam mais atreladas a questões de recursos do que ao próprio planejamento, e por isso essa política teve seu alcance restrito a contextos regionais, a saber, América Latina e África.

Assim, é importante levar em consideração que a tendência histórica de recursos escassos destinados para a área foi também percebida no governo Lula. No entanto, esse governo conseguiu articular maneiras de aumentar relativamente os recursos e mantê-los estáveis para então desenvolver uma expansão dos instrumentos. Além disso, o governo conseguiu empreender iniciativas novas, oriundas de outros Ministérios, que incrementaram a tradicional difusão linguística empreendida pelo Itamaraty. É esse impulso que será analisado no próximo capítulo.

3 O GOVERNO LULA (2003-2010) E A EXPANSÃO DE INICIATIVAS DE DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTERIOR

Esse capítulo analisará as iniciativas para a difusão e promoção da língua portuguesa no exterior tomadas pelo governo Lula (2003-2010). Nesse sentido, na primeira seção serão apresentadas as medidas tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores para expandir seus instrumentos de difusão da língua portuguesa, como por exemplo os Centros Culturais Brasileiros.

Já na segunda serão estudadas as propostas realizadas pelo Ministério da Educação que envolveram e aceleraram o processo de difusão da língua portuguesa no exterior, como por exemplo, as Universidades de Integração. Além disso, será debatido um pouco a participação do Ministério nas execução e implementação da política exterior e sua relação com o Itamaraty.

Na terceira e última seção será debatido a participação brasileira do governo Lula nas iniciativas de difusão linguística por meio multilateral. Serão reunidas as proposições brasileira quanto a reforma do IILP, ratificação do AO90 e também do Plano de Brasília. Essa seção procura dar conta das ações brasileiras para a gestão da língua portuguesa como pluricêntrica e por isso, requer maior coordenação com os outros países lusófonos para avançar na promoção desse idioma no cenário internacional.

Ao fim de cada iniciativa apresentada, tentaremos analisar a sua efetiva influencia para o impulso na difusão da língua portuguesa pelo Estado brasileiro.

3.1 O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) E A DIVISÃO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA (DPLP): A EXPANSÃO DA REDE BRASIL CULTURAL

Com a chegada da nova equipe para assumir a pasta do Ministério das Relações Exteriores do governo Lula, algumas modificações foram feitas na estrutura organizacional do Itamaraty. A nova administração buscou adaptar a estrutura às necessidades da condução das diretrizes de política externa propostas pelo Governo Lula em diversos âmbitos, seja

regional ou internacional (CASTRO; CASTRO, 2009). Por meio do decreto nº 4759 de 21 de junho de 2003, primeiro instrumento de mudança empreendido pelo Ministro Celso Amorim, foi criada a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), subordinada ao Departamento Cultural e que, anteriormente, era denominada Divisão de Programas de Difusão Cultural (DPDC). Castro e Castro (2009) apontam que o Ministro Amorim⁴⁴ demonstrou que uma de suas prioridades foi fortalecer a área de cooperação educacional e cultural, em especial, a consolidação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa com a criação da nova Divisão, integrante da Direção Geral Cultural (DG).

Na oitava reunião do Conselho de Ministros da CPLP, o Presidente Lula anuncia a criação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) e afirma que esta tem o papel de impulsionar a difusão da língua portuguesa empreendida pelo governo brasileiro e que essa deve somar esforços com o IILP.

Em conformidade com o empenho brasileiro neste campo [difusão da língua portuguesa], tenho a grande satisfação de anunciar que acaba de ser aprovada a nova estrutura do Ministério das Relações Exteriores, que cria a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, no âmbito do Departamento Cultural. Esperamos que a nova Divisão possa servir como um centro dinamizador das atividades educacionais e culturais de

⁴⁴ A carreira do Ministro Amorim tem uma relação muito íntima com as demandas culturais. Em seu livro, ele relata a sua relação com as questões culturais e o Departamento cultural: “Eu mesmo fui diretor do Departamento Cultural. Havia passado alguns anos fora do Itamaraty- três anos na Embrafilme, depois fui para o exterior meio exilado. Exílio dourado, devo dizer, mas fui meio exilado, porque, ainda na Embrafilme, tinha autorizado o financiamento de um filme que tratava do tema da tortura. Voltei, fui trabalhar no Ministério da Ciência e Tecnologia, e o regresso ao Itamaraty não foi fácil. Passei seis meses sem função, até que me deram o Departamento Cultural, porque achavam que era o menos interessante. Mas como Deus escreve certo por linhas tortas, para mim, foi ótimo. Em minhas três promoções mais importantes, estava sempre na área cultural. Fui chefe da Divisão Cultural – na época, chamava-se DDC, acho que hoje é DODC-, depois presidente da Embrafilme e, finalmente, diretor do Departamento Cultural. Foram as minhas promoções mais importantes: conselheiro, ministro e embaixador” (AMORIM, 2011, p. 343).

promoção linguística do governo brasileiro, que necessariamente passarão pela cooperação com um IILP forte e atuante.⁴⁵

O relatório “Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa”, elaborado pelo MRE, argumenta que a Divisão foi criada de acordo com a percepção da necessidade de fortalecer os instrumentos públicos de difusão da língua, Centros Culturais Brasileiros e os Leitorados, para alinhar-se com as necessidades propostas pelo aprofundamento das relações do Brasil com uma gama mais diversificada de atores no período do Governo Lula, principalmente aqueles que fazem parte do eixo prioritário da agenda brasileira (BRASIL, 2014d).

De acordo com a portaria nº 212, de 30 de abril de 2008, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) compete:

I - assegurar a orientação, coordenação e execução da política cultural externa do Brasil por meio da difusão da língua portuguesa e da literatura e cultura brasileiras; II - orientar e coordenar as atividades dos Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), Institutos Culturais bilaterais (ICs), leitorados e instituições afins subsidiadas ou supervisionadas pelo MRE no exterior; III - selecionar publicações e material bibliográfico e discográfico para distribuição à rede de Centros de Estudos Brasileiros, Institutos Culturais, leitorados e instituições culturais no exterior; IV - acompanhar a evolução da folha de pagamento da Rede de Ensino no exterior; V - regularizar a situação trabalhista e previdenciária dos colaboradores e ex-colaboradores contratados pelos CEBs; VI - autorizar e supervisionar processo seletivo para a contratação de Diretores, Professores e colaboradores dos CEBs; e elaborar,

⁴⁵ Ofício nº 00435 enviado pela Secretaria de Relações Exteriores para a Embaixada brasileira em Lisboa em 2003, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), Embaixadas brasileiras e Universidades estrangeiras, processo seletivo para a contratação de leitores; VII - elaborar e fiscalizar a gestão dos convênios de subvenção social celebrados entre as Embaixadas brasileiras e os ICs; VIII - apoiar as atividades e os projetos desenvolvidos pela Rede de Ensino; IX - elaborar estudos visando a dotar a Rede de Ensino de materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; X - analisar e opinar sobre a criação de unidades de ensino propostas pelas Embaixadas brasileiras; XI - apoiar a realização de estudos para a unificação da metodologia de ensino utilizada pela Rede de Ensino; XII - apoiar a realização de treinamento dos professores e leitores da Rede de Ensino; XIII - atender as demandas operacionais e administrativas geradas pela Rede de Ensino no exterior (BRASIL, 2008, p. 102).

A Divisão, como descrito no trecho anterior, é responsável pela organização da Rede Brasil Cultural e, assim, consegue administrar os principais instrumentos da política brasileira de difusão da língua portuguesa. Jorge Kadri, chefe da Divisão no período de 2006-2009, afirma que essa foi criada com o objetivo de:

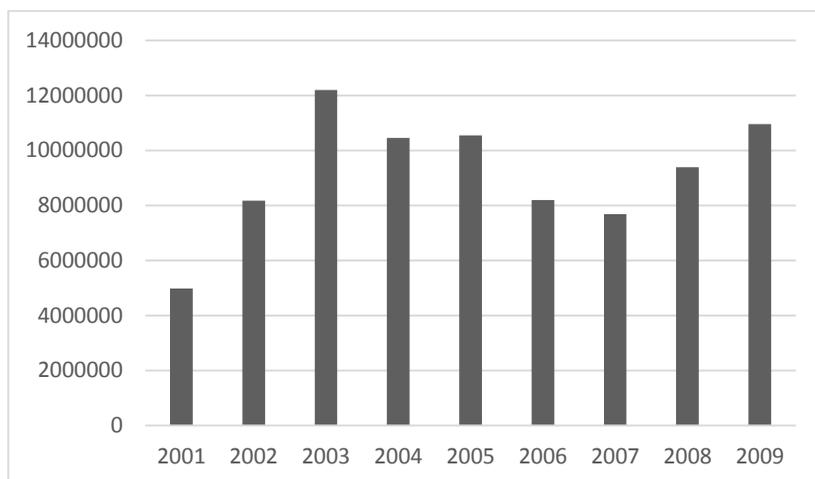
[...] concorrer para a ampliação do número de falantes de português no mundo; aumentar o interesse pela implementação de programas de ensino da língua portuguesa no exterior; e fortalecer o multilingüismo com a presença do português (KADRI, 2007, p. 92-93).

Além desse objetivo mais geral de aumento do número de falantes da língua portuguesa, o Ministro Kadri explicita outros importantes fatores que são componentes do programa desenvolvido pela Divisão e que, muitas vezes, direcionam suas possibilidades de ação. Para o Ministro, a “[...] Rede de Ensino no Exterior trabalha com iniciativas na área de educação, capacitação profissional, alfabetização de adultos e crianças, **numa dimensão que cultura, economia e política se somam**”

(KADRI, 2007, p.92, grifo nosso). Dessa forma, pode-se desprender que as ações da Divisão, por meio das instituições que compõem a Rede, relacionam a difusão cultural aos componentes de ordem política e econômica.

Junto com a iniciativa de criar uma divisão própria para a difusão linguística no Itamaraty, foi constatado um aumento dos recursos destinados ao programa de “Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior”. O Gráfico 1, ilustra os recursos destinados a esse programa no final do governo FHC e no período do governo Lula.

GRÁFICO 1 – ORÇAMENTO FINANCEIRO REALIZADO DO PROGRAMA “DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA CULTURA BRASILEIRA NO EXTERIOR” ENTRE 2001-2009⁴⁶.

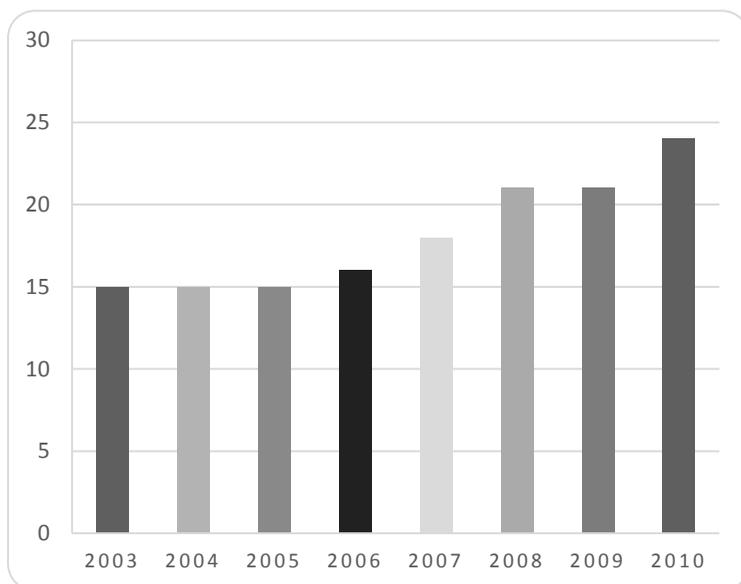


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir de informações disponíveis nos Relatórios Anuais de Avaliação dos Planos Plurianuais (2000-2003; 2004-2007; 2008-2011), desenvolvidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). (BRASIL, 2001, 2002, 2003, 2004b, 2005, 2006, 2007, 2009a, 2010a)

⁴⁶ Os valores são constantes de 2001 e os valores foram desinflacionados com base no IPCA.

O gráfico acima demonstra um aumento do orçamento no ano de 2003 em relação ao ano anterior, mas esse não se sustenta. Os valores caem, com exceção de 2006 e 2007 que ficam maiores 2002, mas sempre menores que 2003. No ano de 2009, o valor investido volta a crescer e passa a ser o maior valor desde 2003. É importante frisar que os dados disponíveis nos Relatórios Anuais de Avaliação dos Planos Plurianuais, todavia, não trazem uma distinção clara entre o que foi gasto para a difusão do português e para os programas de difusão cultural. Podemos observar que mesmo sendo a quantidade de recursos distribuída irregularmente no período estudado, foram abertas novas instituições que compõem a Rede Brasil Cultural. O próximo gráfico trará o crescimento do número de CCB no período entre 2003 a 2010.

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE CENTROS CULTURAIS BRASILEIROS (CCB) NO PERÍODO DO GOVERNO LULA (2003-2010)



Fonte: Elaboração da autora a partir de informações disponíveis no Relatório “Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa”, desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2014d).

Observando as localidades em que foram abertos os Centros Culturais Brasileiros no período do governo Lula, Diniz (2012a) assinala

que os continentes africano e americano foram alvo da expansão demonstrada no gráfico anterior. Países africanos, como Angola, Cabo Verde, São Tomé e África do Sul, e na América Central, países como Santo Domingo, Panamá e Haiti abrigaram novos Centros nesse período.

Quantificando a totalidade de Centros existentes até o ano de 2011 e relacionando-os com suas localizações geográficas, Diniz (2012a) conclui: em primeiro lugar aparece o continente americano com mais da metade (54,55%) do número total dos Centros brasileiros. Nesse continente a distribuição é a seguinte: 27,27% na América do Sul, 22,73% na América Central e, apenas, 4,55% na América do Norte, sendo que os CCB's mais antigos da região situam-se na América do Sul e os mais recentes, criados no período Lula, estão localizados na América Central. Em segundo lugar, se posiciona a África, com 27,27%, sendo que esse número é reflexo da grande atenção dada ao continente africano no governo Lula. Em menor escala, seguem os continentes europeu (13,64%), e o asiático, incluindo o Oriente Médio, com 4,55%.

Não foi só o número de CCB's que cresceu, mas também o de Leitorados. Ainda segundo dados do relatório "Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa" do MRE (2014), em 2003, o Brasil contava com 31 leitores distribuídos por universidades estrangeiras, principalmente, no continente europeu, como demonstra o Quadro 2.

QUADRO 2 – RELAÇÃO DOS LEITORADOS EM 2003

ÁREA GEOGRÁFICA	POSTO	UNIVERSIDADE	Nº	
América do Sul	Brasemb Buenos Aires	Universidade de Buenos Aires	1	
	Constrás Córdoba	Universidade de Córdoba	2	
América Central e Caribe	Brasemb Havana	Universidade de Havana	3	
	Brasemb São Domingos	Universidade Autónoma - UASD	4	
América do Norte	Constrás Montreal	Universidade de Quebec	5	
Europa	Brasemb Berlim	Universidade Técnica de Berlim	6	
	Brasemb Budapeste	Universidade Eötvös Lorand	7	
	Brasemb Copenhague	Universidade de Aarhus	8	
	Brasemb Estocolmo	Universidade de Estocolmo	9	
	Brasemb Lisboa	Universidade do Porto	10	
	Brasemb Londres	Universidade de Essex	11	
		King's College, Londres	12	
		Birbeck College	13	
		Universidade de Londres	14	
		Universidade Queen Mary	15	
		Universidade Estadual de Moscou	16	
	Brasemb Paris	Université Paris III	17	
		Université de Paris XIII	18	
		Université de Nantes	19	
		Université de Paris X, Nanterre	20	
		Université de Paris VIII	21	
		Université de Lion II	22	
		Université Blaise Pascal	23	
	Brasemb Viena	Universidade	24	
	Brasemb Roma	Universidade de Bolonha	25	
	Brasemb Varsóvia	Universidade de Varsóvia	26	
	África	Brasemb Abidjan	Universidade	27
		Brasemb Dacar	Universidade	28
Brasemb Acra		Universidade	29	
Ásia e Oriente Médio	Brasemb Nova Delhi	Universidade Jawaharlal Nehru	30	
		Universidade de Goa	31	

Fonte: BRASIL (2014d).

Sete anos depois, a situação era bem diferente, pois o número de leitores duplicou e o destino destes se diversificou. Essa situação pode ser vista no Quadro 3.

QUADRO 3 – RELAÇÃO DE LEITORES EM 2010

AREA GEOGRAFICA (100%)	POSTO	UNIVERSIDADE	Nº	
América do Sul (16,67%)	Brasemb Assunção	Universidade Católica de Assunção	1	
		Universidade Nacional de Assunção	2	
		Universidade Nacional de Assunção	3	
	Brasemb Buenos Aires	Universidade de Buenos Aires	4	
	Constrás Córdoba	Universidade de Córdoba	5	
	Constrás Mendoza	Universidade de Cuyo	6	
	Brasemb Georgetown	Universidade da Guiana	7	
	Brasemb Lima	Universidade de San Marcos - Letras	8	
	Brasemb Santa Cruz	Universidade Nacional del Altiplano	9	
	Brasemb Santiago	Pontifícia Universidade Católica	10	
América Central e Caribe (12,96%)	Brasemb Bridgetown	Universidade das Índias Ocidentais	11	
	Brasemb Kingston	Universidade das Índias Ocidentais	12	
	Brasemb Manágua	Universidade Nacional Agrária	13	
	Brasemb Port-of-Spain	Universidade das Índias Ocidentais	14	
	Brasemb Porto Príncipe	Universidade Federal do Haiti	15	
	Brasemb São Domingos	Universidade Autônoma - UASD	16	
	Brasemb São José	Universidade da Costa Rica	17	
América do Norte (3,70%)	Constrás Los Angeles	Universidade da Califórnia	18	
	Brasemb México	Instituto Politécnico Nacional	19	
Europa (37,04%)	Brasemb Berlim	Universidade de Trier	20	
	Brasemb Budapeste	Universidade Eötvös Lorand	21	
	Brasemb Copenhague	Universidade de Aarhus	22	
	Brasemb Kiev	Universidade Nacional Taras Shevchenko	23	
	Brasemb Liubliana	Universidade de Primorska	24	
		King's College, Londres	25	
		Birbeck College	26	
	Brasemb Londres	Universidade de Londres	27	
		Universidade Queen Mary	28	
		Universidade de Londres	29	
	Brasemb Moscou	Universidade Estadual de Moscou	30	
		Université Paris III	31	
	Brasemb Paris	Université de Paris XIII	32	
		Université de Nantes	33	
		Université de Paris X, Nanterre	34	
		Université de Paris VIII	35	
		Université de Lion II	36	
		Université Blaise Pascal	37	
	Brasemb Praga	Universidade Karolina	38	
	Brasemb Roma	Universidade de Bolonha	39	
	Brasemb Varsóvia	Universidade de Varsóvia	40	
	Brasemb Zagreb	Universidade de Zagreb	41	
	África (16,67%)	Brasemb Acra	Ghana Institute of Languages	42
		Brasemb Bissau	Universidade Amílcar Cabral - Lusófona	43
		Brasemb Cotonu	Universidade Abomey-Calavi	44
		Brasemb Iauendé	Universidade de Iauendé I	45
		Constrás Lagos	Universidade do Estado de Lagos	46
Universidade Obafemi Awolowo			47	
Brasemb Libreville		Universidade Omar Bongo	48	
Brasemb Maputo		Instituto Superior de Tecnologia de	49	
Brasemb Nairobi		Kenyatta University	50	
Brasemb São Tomé		Instituto Superior Politécnico	51	
Brasemb Beirut	Universidade Saint Joseph	52		
Ásia e Oriente Médio (11,11%)	Brasemb Hanói	Universidade de Hanói	53	
		Universidade de Hanói	54	
	Brasemb Ierevan	Universidade do Estado e Linguística	55	
		Universidade de Est. Estrang. de Cântão	56	
Brasemb Pequim	Universidade de Est. Intern. de Pequim	57		
	Universidade de Pequim	58		
	Universidade de Comunicações	59		
Oceania (1,85%)	Brasemb Wellington	Universidade Victoria	60	

Fonte: BRASIL (2014d).

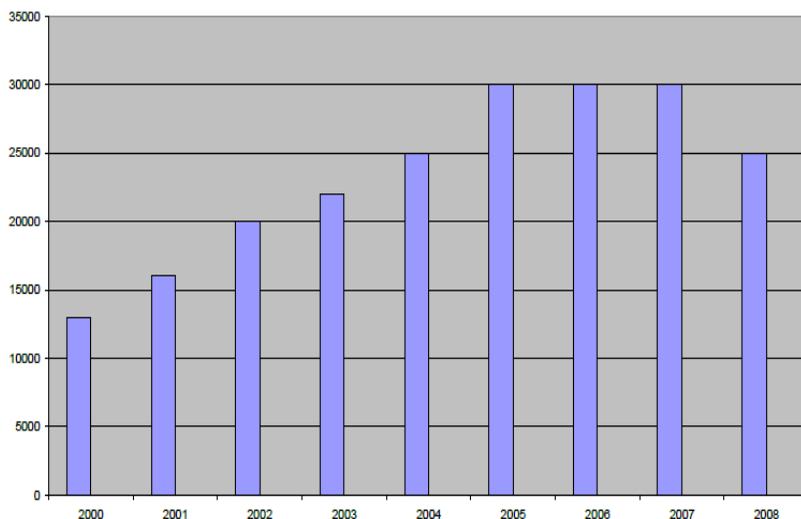
Percebe-se no Quadro 3 que, mesmo com uma grande quantidade de leitorados ainda existentes no continente europeu, nota-se um crescimento sensível do programa de leitorado em outros continentes. Considerável é o número atingido pelo Continente Americano, no qual, unidas as regiões Central e Sul, atinge-se um percentual de 29,93% do total de Leitorados brasileiros. Dentre outros Leitorados que foram

criados nessa época, o Paraguai recebeu o seu primeiro programa em 2008. Machado (2013) chega a afirmar que esse programa brasileiro conseguiu dinamizar as políticas de difusão linguístico-cultural no Paraguai, que estavam sendo sucateadas desde a década de 1970. Na realidade, o leitorado foi uma das propostas efetivadas do “Programa Executivo Educacional” assinado bilateralmente entre Brasil e o Paraguai, em 2007, que surgiu do “[...] desejo de aprofundar a cooperação bilateral no campo da educação tendo em vista sua importância fundamental para o estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre os dois países [...]” (BRASIL; PARAGUAI, 2007). Dentre os principais objetivos descritos, alguns pontos chamam atenção, quais sejam: a proposta da criação do leitorado, já mencionada anteriormente; a proposta de criação de uma licenciatura em língua portuguesa, promovida pela cooperação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a Universidade Nacional de Assunção - UNA e; a criação de “escolas interculturais multilíngues” (BRASIL; PARAGUAI, 2007).

Outras regiões que também despontavam como principais destinos dos leitores, nessa época, são a africana e a asiática. A África lidera o percentual do número de leitores (16,67%) frente à Ásia (11,11%) e, ainda consegue empatar com a América do Sul (16,67%), quando analisada, separadamente das regiões do continente Americano. Merece destaque a abertura de vagas para leitores em universidades nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Países lusófonos como Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe abriram vagas para leitores brasileiros.

Ainda para demonstrar a expansão promovida nesse período, o Gráfico 3, a seguir, traz uma série histórica que compreende dois governos, os dois últimos anos do governo FHC (2000-2002) e os cinco anos do governo Lula (2003-2008), e que demonstra o crescimento da quantidade de alunos na Rede Brasil Cultural.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE ALUNOS DA REDE BRASIL CULTURAL NO PERÍODO ENTRE 2000-2008



Fonte: Relatório de Gestão do Ministério das Relações Exteriores - Exercício de 2008 (BRASIL, 2009b).

Complementando o Gráfico 3, dados retirados do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 (BRASIL, 2011), demonstram que, em 2009, foram 27.218,00 alunos e, em 2010, 28.365,00. Nota-se uma tendência crescente no número de alunos da Rede Brasil Cultural, chegando ao seu ápice nos anos de 2005-2007.

Analisando o comportamento da Rede Brasil Cultural à luz da nossa pesquisa sobre a influência desse instrumento na difusão da língua portuguesa, é possível argumentar que a Rede é um dos mais tradicionais e efetivos, já que conseguiu manter em curso o ensino do português no estrangeiro por mais de três décadas. A abertura de novas sedes dos CCB e dos Leitorados pelo governo Lula foram importantes para a promoção do português, principalmente na América Latina e na África.

3.3 O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) E O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG): NÚMEROS NO GOVERNO LULA.

Os programas de bolsas para alunos estrangeiros, organizados e viabilizados financeiramente pelo governo brasileiro, são também indicadores do alcance das iniciativas estatais para a promoção linguística. Mesmo sendo incluídos na categoria da cooperação e diplomacia educacional, é importante percebê-los, também, como instrumentos da diplomacia cultural de um país, uma vez que os estudantes beneficiados pelo programa expandirão o número de falantes da língua do país que oferecer os incentivos educacionais, no presente caso, a variante brasileira do português. A língua pode não ser considerada o fim desses programas, mas, certamente, são um meio para alcançar a maior difusão da língua.

O governo brasileiro, tradicionalmente, concede bolsas para a formação e aperfeiçoamento de estudantes estrangeiros. Segundo o relatório “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009”, o total de recursos destinados para a concessão de bolsas no período 2005-2009 foi de R\$ 284,07 milhões, sendo esta cifra o total dos recursos destinados para diferentes Ministérios (Ciência e Tecnologia, Educação e Relações Exteriores), agências de financiamento (CAPES) e demais instituições (Ipea; ABC, 2010)

No intuito de explorar a situação das bolsas concedidas pelo governo brasileiro a estudantes estrangeiros, no período do governo Lula, analisar-se-á o comportamento de dois programas tradicionais: o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Primeiramente, será analisado o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Para isso, serão utilizados dados do MRE sobre a evolução do número de estudantes, beneficiados pelo programa em um período de treze anos (2000-20013), provindos de três regiões particulares: África (Quadro 4), América do Sul (Quadro 5) e Ásia (Quadro 6).

QUADRO 4 – NÚMERO DE BOLSISTAS DO PEC-G, PROCEDENTES DA ÁFRICA DE 2000 A 2013.

PAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
África do Sul															0
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	61	53	583
Benin									11	5	7	19	40	37	119
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	76	100	68	2657
Camarões			1					2	1		3	6	4	9	26
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	11
Gabão		11		2	1	1	3	4							22
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	59
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118		1336
Mali							2								2
Marrocos															0
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	6	13	191
Hamíbia	1	1													2
Iligéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	162
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2	77
R. D. Congo								9	106	46	78	92	26	19	376
Rep. Congo													4	6	10
S. Tomé & Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	5	3	315
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	30
Togo												4	11	8	23
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	378	378	255	6001

Fonte: Brasil (2014f).

QUADRO 5 – NÚMERO DE BOLSISTAS DO PEC-G, PROCEDENTES DA AMÉRICA DO SUL DE 2000 A 2013.

PAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Argentina	1		1	1		6	2				1	1			13
Barbados				1				5	2	2	5	3	1	4	23
Bolívia	12	9	10	4	1	6	11	5	4	13	11	4	1	7	98
Chile	4	4	3	1	1		2	3	2	3	2	2	2	3	32
Colômbia	6	11		3	5	3	4	3	2	2	2	2	6	8	57
Costa Rica		2	2	3	1	3	3	1	4		3	2	1	1	26
Cuba					1	3	3	2	4	5	8	7	11	3	47
El Salvador	1		1	2		1	1	2			1		3	3	15
Equador	3	12	3	6	6	9	19	19	19	32	7	11	17	11	174
Guatemala	1		4		3	3	2	1	1		4	4	4	4	31
Guiana															0
Haiti							2	15	12	8	11	3	3	10	64
Honduras	1	4	9	7	3	5	7	9	4	3			3	21	76
Jamaica			5	4	3	7	5	3	4	5	10	6	8	10	70
México				1						1			2	3	7
Ilicarágua		2						1			3		1		7
Panamá	14	12					1	2	2	3	8	1	5	1	49
Paraguai	70	86	85	43	20	68	48	42	42	32	28	26	22	24	636
Peru	18	23	11	2	5	12	13	11	14	11	11	7	7	16	161
Rep. Dominicana					1	1	1			1			1	1	6
Suriname		1													1
Trinidad & Tobago	2	5	2	4			2	1	1	2		2	1	2	24
Uruguai	1	1	2		1	1	1			1					8
Venezuela	1		2		1	2			1	1		3			11
TOTAL	135	172	140	82	52	130	127	125	118	125	115	84	99	132	1636

Fonte: Brasil (2014f).

QUADRO 6 – NÚMERO DE BOLSISTAS DO PEC-G, PROCEDENTES DA ÁSIA DE 2000 A 2013.

PAIS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Paquistão								2	2
Tailândia								1	1
Timor Leste	1					1		34	36
TOTAL									39

Fonte: Brasil (2014f).

Comparando os três quadros, constata-se que a África é o continente mais beneficiado pelo programa, o que é uma tendência histórica e, até mesmo um dos objetivos originários do programa. No entanto, analisando o Quadro 4 separadamente, pode-se perceber que houve expansão do número de bolsas para o continente, no período entre 2003-2010. Comparando os totais dos três anos finais do mandato de FHC (2000-2002) com os três primeiros anos de Lula (2003-2005), percebe-se um aumento no total de bolsas disponibilizadas que passaram de 852 para 1.487. No ano de 2008, foram beneficiados 784 estudantes africanos, uma marca que se aproxima do número total de bolsistas nos anos derradeiros de FHC. Além disso, é possível notar que os países africanos lusófonos têm grande participação na concessão total de bolsas do programa, vide o caso de Cabo Verde e Guiné Bissau.

Com relação ao Quadro 5, percebe-se que a participação da América Latina ainda é “tímida” no programa. Uma possível hipótese para esse comportamento é que os estudantes latino-americanos sejam atraídos, historicamente, para outros polos tradicionais do conhecimento, como EUA, Europa, e, principalmente, a Espanha. No entanto, alguns países como Paraguai, Equador e Peru conseguem manter-se estáveis como destinatários das bolsas. Outra observação que pode ser feita é a respeito do Haiti, que começa a ser beneficiado pelo programa no período do governo Lula, quando também são criadas outras instituições de cooperação e difusão cultural, como o CCB Haiti e o Leitorado, ambos criados em 2008 (BRASIL, 2014d).

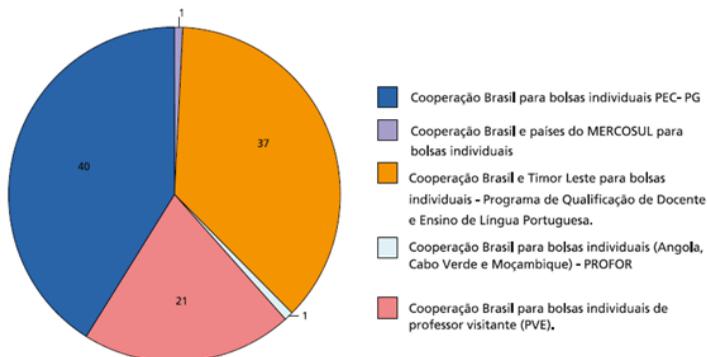
Não obstante, é preciso chamar atenção para a queda na concessão de bolsas destinada aos países latino americanos entre fins do governo FHC e começo da gestão Lula. O número total de bolsistas (447) no período 2000-2002 só consegue ser superado pelo total de concessões em

um período maior de tempo: 2003-2007 (516). O que comprova o reduzido alcance do programa nessa região.

Com relação ao Quadro 6, na Ásia, o Timor Leste é o primeiro país a participar do programa. Esse dado pode ser relacionado com o status de oficialidade adquirido pelo português com a conquista da independência timorense em 2002 e a subsequente entrada do novo país independente na CPLP. A primeira bolsa do PEC-G é concedida a um timorense em 2006. No entanto, é perceptível que a evolução da concessão é quase inexistente no período do governo Lula. Em compensação, segundo relatório da cooperação brasileira no período Lula, entre 2005 e 2009 o Timor Leste foi um destino privilegiado pelos recursos disponibilizados pela Capes, devido ao programa de qualificação e ensino da língua portuguesa para docentes (Ipea, ABC, 2010).

Segundo relatório do Ipea e ABC (2010, p.30), o PEC-PG foi o programa que mais recebeu recursos da CAPES no período de 2005-2009, absorvendo 40% do orçamento destinado para os programas de cooperação internacional da agência. O relatório do Ipea e ABC (2010) chama atenção para o fato de que o período de 2005-2009 assistiu a uma proliferação de acordos e tratados em cooperação técnica, educacional e cultural que deram ênfase à assistência de países que apresentavam déficits no ensino superior, especialmente, no eixo Sul-Sul. O Gráfico 5, exposto abaixo, foi desenvolvido pelo Ipea e a ABC, para demonstrar como foi dividido o recurso total disponibilizado pela CAPES, no período.

GRÁFICO 5 – BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTRANGEIROS CONCEDIDAS PELA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL E NÍVEL SUPERIOR – 2005-2009 (EM %).



Fonte: Ipea, ABC (2010).

O PEC-G e o PEC-PG são programas de intercâmbio estudantil que, diferentes de outros instrumentos, como por exemplo o CCB, não têm como objetivo final o ensino da língua portuguesa, mas a promovem na medida em que os bolsistas estarão em contato direto com universidades brasileiras e os falantes nativos. No governo Lula, percebemos o crescimento da concessão de bolsas em domínios africanos, o que não foi alcançado, todavia, na América latina. A eficiência da difusão da língua portuguesa por esse instrumento será beneficiada pelo crescimento estável do número de bolsistas, principalmente não lusófonos.

3.4 “NOVOS ATORES”: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E AS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTERIOR.

Uma característica que se intensifica no período estudado é a participação mais ativa de outras burocracias estatais na implementação da política externa, sendo particularmente importante para nós, o Ministério da Educação.

O Itamaraty é a burocracia constitucionalmente responsável pela tomada de decisão e implementação das ações externas brasileiras e

podemos perceber a grande influência desse órgão na condução histórica das iniciativas de difusão do português no capítulo anterior. No entanto, segundo Pinheiro e Beshara (2011), foi, a partir da década de noventa, com a maior abertura às questões internacionais e o início da politização de temas da agenda brasileira para o exterior, que outras agências e também, a opinião pública, têm participado mais ativamente das relações internacionais brasileiras. Esses autores discutem mais especificamente a atuação do Ministério da Educação na agenda da integração regional e concluem que, mesmo não possuindo a capacidade decisória na política externa, tem tido “impacto substantivo” no conteúdo dessa política.

O movimento de maior participação de outras burocracias na execução da prática e na formação do conteúdo de política externa, foi nomeado por Hill (2003) de *descentralização horizontal*. A descentralização ocorre na medida em que as ações de política externa não são somente empreendidas pelos tradicionais ministérios das relações exteriores, mas também, em coordenação e por outros ministérios. Hill (2003) argumenta que alguns desafios, como por exemplo, a incompetência técnica⁴⁷ e a pobreza de recursos, têm feito com que o serviço diplomático tradicional perdesse relativamente seu monopólio sobre a execução da política externa.

No entanto, é preciso destacar que essa nova característica de maior horizontalidade na condução da política externa gera tensões interburocráticas, afinal essa realidade relativiza a ação de órgãos como o Itamaraty, que por muito tempo detiveram o monopólio da condução da política externa. Pinheiro e Beshara (2010) percebem que mesmo a participação de novos atores trazendo maior legitimidade e eficiência para as tomadas de decisão em política externa, o Itamaraty tem buscado “incessantemente coordenar e controlar” essa nova configuração do cenário de condução das políticas externas. No entanto, esses autores ressaltam que o MEC tem conseguido desenvolver autonomia na condução de projetos no exterior.

Em contraste, autores como Castilho (2013) apresentam as negociações da Colip, assunto debatido neste capítulo, como um momento conflitivo e até de certa perda de autonomia do MEC frente aos

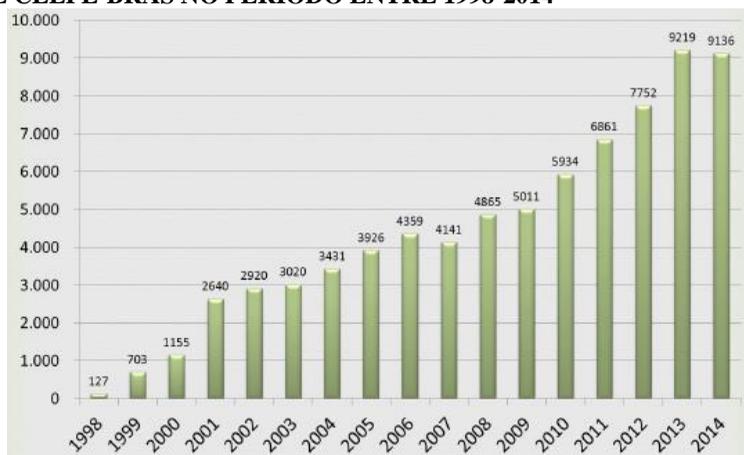
⁴⁷A incompetência técnica, segundo Hill (2003) pode dar-se na medida em que a formação mais generalista dos diplomatas os incapacita para discussões mais específicas, fazendo-se necessária a ajuda de profissionais especializados.

interesses do Itamaraty. Nesse sentido, é importante notar que o relacionamento mais intenso entre o MRE e os demais ministérios poderão levar, dependendo do assunto tratado, a momentos de maior cooperação e outros de conflito. A seguir, serão apresentadas as iniciativas educacionais que envolveram a língua portuguesa e foram conduzidas ou pelo MEC ou pela cooperação MEC e MRE.

3.4.1 O EXAME CELPE-BRAS- E A SUA CONSOLIDAÇÃO

O exame de Certificação em língua portuguesa (Celpe- Bras) do governo brasileiro, como já demonstrado, foi criado em meados dos anos 90 e é coerente com o início da maior presença do MEC e outras organizações não estatais na condução de projetos no exterior. O Gráfico 4, elaborado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mostra a quantidade de alunos inscritos no exame, em um período de dezesseis anos (1998-2014).

GRÁFICO 4 - CRESCIMENTO NO NÚMERO DE INSCRITOS NO EXAME CELPE-BRAS NO PERÍODO ENTRE 1998-2014



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2014).

Analisando o Gráfico 4, uma constatação salta aos olhos: a de que a demanda pelo aprendizado da variante brasileira do português se mantém em constante crescimento. Percebe-se que no ano de 2001 o número de inscritos duplicou, podemos fazer a relação deste salto com o que Oliveira (2013) apresenta como um boom para o aprendizado de outras línguas, como por exemplo, o português. Após essa data, o número de inscritos mantém uma tendência, menos dramática, mas ainda sim, significativa de crescimento. De acordo com dados da UFRGS (2014), o exame, em seu primeiro ano, era aplicado em apenas oito postos. Em 2008, segundo MRE (2009), o CELPE-bras estava sendo aplicado em 45 postos. Seis anos depois, esse número sobe para 81 postos credenciados em diversos países, em quase todos os continentes (INEP, 2014).

O crescimento da procura pelo Celpe-Bras, inevitavelmente, se deveu tanto à ascendência da língua portuguesa como uma das línguas mais visíveis do século XXI, como pela melhoria do posicionamento socioeconômico brasileiro na última década. A constante presença brasileira nos holofotes internacionais foi importante para impulsionar o número de candidatos do exame. Nesse sentido, na medida em conseguiu projetar o Brasil como país de oportunidades crescentes e atraiu mais interessado em se certificar na língua portuguesa, o governo Lula teve influência sobre esse instrumento, que pode ser considerado eficiente pois certifica oficialmente falantes de outras línguas como aptos para manter a comunicação em língua portuguesa.

3.4.2 PROGRAMA ESCOLAS INTERCULTURAIS BILÍNGUES DE FRONTEIRA / PEIBF

Segundo Oliveira (2011, p.11-12), o Programa Escolas Interculturais, é o desdobramento da “Carta de Calafate” assinada por Lula e Nestor Kirchner, em 2004, e que em 2007 passa a compor o Plano Operativo do Mercosul e se expande para outras áreas fronteiriças circunvizinhas, não ficando somente restrito à sua fronteira originária Brasil e Argentina. Criado em 2005, encabeçado pelo Ministério da Educação brasileiro e seu homólogo argentino, o Plano tem como objetivo promover a integração entre professores e alunos brasileiros e os países vizinhos, nas faixas de fronteira. “O Programa Escolas (Interculturais) Bilíngues de Fronteira / PEIBF nasceu da necessidade de estreitar laços de interculturalidade entre cidades vizinhas de países que

fazem fronteira com o Brasil” (ARGENTINA, BRASIL, 2008, p.3). O projeto, de acordo com Carvalho e Schlatter (2011, p. 276), consiste em:

Pelo menos uma vez por semana, os professores brasileiros cruzam a fronteira e vão lecionar em português para alunos hispanofalantes, ocorrendo o movimento inverso por parte dos professores falantes de espanhol. A metodologia adotada é a de ensino por projetos de aprendizagem, na qual os professores planejam as aulas juntos e definem em quais partes do projeto eles cruzarão a fronteira para ensinar. No PEIBF, o foco das práticas de ensino não é fazer aulas de português/espanhol, mas sim trabalhar conteúdos na língua do outro.

Essa iniciativa, que foi inicialmente pensada para as fronteiras Brasil-Argentina, tem se expandido para outros países da região. De acordo com o MEC (BRASIL, 2014a), o projeto que, em 2008, contava com 14 escolas brasileiras e argentinas integrantes, em 2009, com a ampliação para outros países, passou a contar com 26 escolas, assim distribuídas: treze no Brasil; sete na Argentina; três no Uruguai; uma no Paraguai e; uma na Venezuela.

Além de ser desdobramento das conversações entre Argentina e Brasil, o projeto de escolas interculturais encontrou um momento propício no cenário doméstico brasileiro, já que foi incorporado à proposta de integração e desenvolvimento da faixa de fronteira, encabeçado pelo Ministério de Integração Nacional, no período do Governo Lula. Segundo o então presidente Lula, o projeto teve o objetivo de “[...] mobilizar transversalmente as ferramentas e instituições federativas para equacionar desafios e gargalos específicos do desenvolvimento nas divisas nacionais” (SILVA, 2010a, p.2).

A iniciativa interfederativa, que contou com a cooperação entre diversos Ministérios, entre eles o MRE, destacou segurança e desenvolvimento como objetivos dos programas que seriam criados a partir da proposta. Esses dois objetivos, como aponta o Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (BRASIL, 2010b) criado para desenvolver as bases do projeto, não podem ser vistos dissociados, pois a segurança das regiões fronteiriças estaria diretamente ligada ao seu desenvolvimento.

As cidades gêmeas ganham destaque por serem amplificadoras dos desafios e das possibilidades de uma zona fronteira. Nelas se “condensam e se adensam” áreas potenciais para o aprofundamento da integração econômica e cultural, mas também, encontram-se problemas característicos das fronteiras, como por exemplo, a entrada e a saída facilitada de ilícitos e recursos naturais, impactando diretamente no cotidiano das cidades e da população.

A iniciativa de criar programas de desenvolvimento da faixa fronteira traz em si a percepção de que não era possível atingir o seu objetivo securitário unilateralmente. Por isso, buscou-se incentivar programas de cooperação bilateral fronteira que, além de alcançar seus fins específicos, ainda promoveriam o aprofundamento da integração com países vizinhos. O Grupo de Trabalho Interfederativo (BRASIL, 2010b, p.37) destaca, por exemplo, o Programa da Escola de fronteiras que “[...] tem como propósito promover a construção de uma identidade regional bilíngue e intercultural como marco de uma cultura de paz e de cooperação interfronteira”.

O movimento de educação bilíngue fronteira também incentiva as crianças a viver em um ambiente propício à integração entre seu país de origem e seu vizinho, além de promover o intercâmbio cultural e a convivência na diversidade. Segundo Carvalho e Schlatter (2012, p.476), “o movimento de “cruce” tem gerado inúmeros aspectos positivos, entre eles, o fato de expor os estudantes à língua adicional desde as séries iniciais, além de despertar nas crianças a curiosidade pela cultura do país vizinho e o estímulo para cruzar a fronteira”.

Complementando, Oliveira e Dornelles (2007, p.5) ressaltam que o Brasil, além de utilizar os CCB e CELPE-bras como meios de promover o português na América do Sul, conseguiu estabelecer, por meio da cooperação com os países vizinhos, a criação de espaços bilíngues (ou plurilíngues) fronteiriços em que o português “[...] ao invés de competir com o espanhol, se associa a ele, através das telecomunicações, da indústria editorial, das produções culturais, científicas e também de iniciativas educativas.”

Mesmo sendo uma iniciativa pioneira e muito comemorada na literatura, o programa de escolas interculturais encontrou inúmeros obstáculos para se concretizar. Sagaz (2013) argumenta que a efetivação desse programa foi complicada e que, mesmo tendo crescido rapidamente a quantidade de unidades e parcerias no período entre 2004-2010, obstáculos de ordem pedagógica, operacional e jurídica fizeram com que

as escolas interculturais de fronteiras até o fim do segundo mandato do governo Lula, não desenvolvessem os meios necessários para seu fortalecimento e, talvez, para sua continuação. A autora ainda completa afirmando que “[...] o programa criado pelo governo federal dilui mais do que reforça a possibilidade de efetivação do modelo de educação bilíngue (forte/aditiva) em zona de fronteira” (2013, p.150).

Diante dessa perspectiva, percebe-se que mesmo significando uma iniciativa importante para a diversificação temática e aprofundamento da integração, essa não teve o apoio político necessário, de ambos os lados, para que fossem superadas as dificuldades inerentes a esse projeto. Nesse sentido, então, poderíamos classificar essa iniciativa com influência moderada sobre a difusão do português, pois por motivos políticos e burocráticos não conseguiu alcançar o objetivo de formar um espaço fronteiriço bilíngue.

Além das iniciativas que envolviam a difusão do português no ensino fundamental na fronteira, o MEC também participou da implementação de projetos, que envolveram a difusão da língua e educação, no ensino superior. E as análises feitas abaixo dão conta das universidades federais que envolvem língua, educação e cooperação em sua concepção.

3.4.3 AS UNIVERSIDADES DE INTEGRAÇÃO E A DIFUSÃO LINGUÍSTICA

O governo Lula lançou um plano nacional de desenvolvimento da educação, que tinha como finalidade “[...] enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais” (BRASIL, 2007b, p.6). O plano pretendia agir em quatro áreas do ensino: básico, superior, profissionalizante e alfabetizante. No que tange ao tema dessa dissertação, é necessário observar quais foram as mudanças no ensino superior que criaram a possibilidade da fundação das Universidades de Integração. A reestruturação do ensino superior se deu, principalmente, pela concessão de financiamentos estudantis (PROUNI e FIES) e pela expansão e reestruturação das universidades brasileiras (REUNI).

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pretendia, entre outras metas, redimensionar verbas para o custeio das universidades, expandir o número de vagas no ensino

superior federal, criar e interiorizar novas universidades federais (BRASIL, 2007b). Dentre as dez novas universidades federais e 48 novos campi universitários criados no período (BRASIL, 2007b, p.27), duas se destacam por serem iniciativas específicas e inéditas no sistema universitário brasileiro: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Na aula inaugural da UNILA, o presidente Lula relaciona a abertura dessas Universidades com a necessidade de maior aproximação do Brasil com os povos latino-americanos e africanos:

O que se espera da Unila nessa nova etapa da vida latino-americana, não é apenas que ela cumpra o papel de uma instituição acadêmica convencional. Daí o nosso extremo carinho por este projeto, a exemplo do que temos com a Universidade Brasil-África, que também estamos construindo para estreitar a ponte histórica que nos une ao continente africano (SILVA, 2010a, p.4).

A seguir, as Universidades serão descritas e relacionadas à estratégia de difusão linguística pelo Governo Lula.

3.4.3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) foi fundada em 2010, mas já havia sido proposta em 2007.⁴⁸ Segundo o artigo 4 do Estatuto da Universidade:

A UNILA tem por missão contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos

⁴⁸ Originalmente, a proposta da UNILA era de formar uma Universidade do Mercosul, no entanto, essa não foi aprovada pelos outros países e, então o Brasil apresentou uma proposta que abarcaria não só os mercosulinos, mas também, os latino americanos (SUBRINHO, 2013).

produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos (BRASIL, 2014b, p.1-2).

Além da missão de integração educacional regional, o Estatuto da UNILA frisa a importância do fator cultural em concomitância com a educação. A ideia da difusão da língua portuguesa inserida no contexto educacional ganha destaque e se torna o meio pelo qual, a iniciativa é conduzida e concretizada. Nesse sentido, o artigo 5 traz os seguintes princípios:

I – a universalização do conhecimento, a liberdade de ensino e pesquisa e o respeito à ética; II – o respeito a todas as formas de diversidade; III – o pluralismo de ideias e de pensamentos; IV – o ensino público e gratuito; V – a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; VI – a diversidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; **VII – a qualidade acadêmica com compromisso social;** **VIII – educação bilíngue: português e espanhol;** **IX – promoção da interculturalidade;** X – valorização do profissional da educação docente e técnico; XI – a defesa dos direitos humanos, da vida, da biodiversidade e da cultura de paz (BRASIL, 2014b, p.2, grifo nosso).

Ainda na aula inaugural da UNILA em 2010, o presidente Lula afirmou que a Universidade será composta não somente por discentes provindos de outros países da América Latina, mas também, de docentes. O Presidente destacou o simbolismo representado pela localização do campus, na Hidroelétrica de Itaipu, lugar de desavença e desconfiança no passado, e que deveria ser visto como um espaço de “desenvolvimento regional integrado e solidário”. O presidente disse, ainda, que a UNILA

[...] se destaca nesse cenário pela singularidade de sua abrangência. Suas portas não se abrem apenas aos moços e moças do Brasil, mas a toda juventude

latino-americana. **Metade dos seus dez mil alunos, assim como metade dos seus 250 professores que formarão seu corpo docente, virão de países irmãos da América Latina.** O campus da Unila, abrigado nas instalações da Hidrelétrica de Itaipu, foi concebido para ser a prefiguração do desenvolvimento regional integrado e solidário que estamos construindo através do Mercosul e da Unasul (SILVA, 2010a, p.3).

Atualmente, a UNILA oferece 30 cursos de graduação, entre eles Medicina, Música, Engenharia de Energias Renováveis, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Antropologia, História, Letras e Relações Internacionais e Integração; além de contar com programas de pós graduação *stricto e lato sensu*.⁴⁹ A proposta metodológica da Universidade é que no primeiro ano os discentes cumpram matérias comuns para todos os cursos nas áreas de metodologia, línguas e estudos da América Latina. Após esse primeiro ano, os alunos seguem para suas áreas específicas.

Percebe-se que a Universidade de Integração Latino-Americana relaciona cultura, educação e integração em seu projeto. E a língua portuguesa e a língua espanhola se reúnem para criar novos discursos e imagens que propiciem um desenvolvimento técnico científico, econômico e social para a região latino-americana. Nesse sentido, a UNILA tem sido bem sucedida na proposta de difundir o português e formar um espaço de convergência e conhecimento bilíngue.

3.4.3.2 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira –UNILAB foi criada em 2010 pelo governo Lula, mas só começou suas atividades no ano seguinte, e tinha como objetivo promover a cooperação educacional e cultural com outras nações, nesse caso, dando ênfase aos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP's). Como destaca uma produção comemorativa da Universidade, a UNILAB é reflexo do esforço brasileiro em promover iniciativas para o

⁴⁹ Para mais informações: www.unila.edu.br

desenvolvimento africano, principalmente, pela via da cooperação com a CPLP (UNILAB, 2013). No artigo 2, da lei nº 12.289 de 2010, que cria a referida Universidade, lê-se:

A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para **contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (BRASIL, 2010b).**

O programa desenvolvido pela Universidade se singulariza por oferecer a estudantes brasileiros e africanos cursos que se relacionam diretamente com as necessidades regionais de desenvolvimento socioeconômico, como fica claro na transcrição do discurso do Presidente Lula, na VII Cimeira da CPLP em 2008, que ficou conhecida como “Cimeira da Língua” por ter elegido a promoção da língua portuguesa como tema principal da reunião. Quando anuncia a criação da UNILAB, o Presidente Lula afirma que:

A Universidade terá como principal meta privilegiar o intercâmbio com os países da África lusófona, a formação de quadros de professores e profissionalização nas áreas prioritárias do desenvolvimento agrário, da gestão e da saúde pública.⁵⁰

A língua portuguesa é o elo que promove a concertação universitária, como ressalta a publicação da Universidade. Desse modo, a

⁵⁰ Ofício nº 00783 enviado pela Delegação brasileira junto a CPLP para a Secretaria de Relações Exteriores (SERE), ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

iniciativa “[...] é a primeira universidade criada especificamente para unificar o idioma português, consolidar a integração e disseminar o ensino a distância, entre os países da CPLP” (UNILAB, 2013, p. 13). Concordando com a publicação comemorativa da UNILAB, o Embaixador Lauro Moreira afirma que:

A UNILAB constitui um projeto marco nas relações do Brasil com a CPLP e que favorecerá, entre outros aspectos, o convívio entre os estudantes da Comunidade, reforçará a questão da Língua Portuguesa, contribuindo para sua consolidação intra-muros, conjugada com estratégias que poderão daí decorrer de reavaliação e redirecionamento do ILLP, além de reforçar os vínculos e o compromisso do Brasil com a CPLP.⁵¹

Gomes e Vieira (2013, p.86) ressaltam que a UNILAB pode se constituir como ponte Brasil-África, se conseguir superar “[...] o desafio de articular e ultrapassar o plano do local para o global, do regional para o nacional, do nacional para o internacional e de um só continente para o intercontinental”.

Atualmente, a UNILAB possui quatro campi: dois em Redenção (CE), um em Aracape (CE) e um em São Francisco do Conde (BA). A Universidade possui 4.166 estudantes distribuídos entre cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e à distância; e oferece cursos de graduação nas áreas de Administração Pública, de Agronomia, de Ciências da Natureza e Matemática, Engenharia, Letras entre outras. Nos cursos de graduação presenciais são 2.176 alunos, entre eles, brasileiros (1.526), angolanos (46), cabo verdianos (77), guineense (386), moçambicanos (18), são-tomenses (53) e timorenses (70)⁵²

Os desafios para a consolidação da Universidade, como Gomes e Vieira (2013) argumentam, abarcam um cenário de cooperação multinível, no qual os cenários doméstico e internacional interagem em diferentes frentes. Heleno (2013) afirma que, mesmo já funcionando nos moldes das IES brasileiras, a UNILAB é um projeto em construção, que precisa adequar-se às necessidades de um programa inovador e singular

⁵¹ Ofício nº 01234, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

⁵² Para mais informações: www.unilab.edu.br

na educação brasileira. Esse autor chama atenção para o fato de que, em 2013, dois anos após o início das aulas na universidade, ainda são uma realidade no contexto universitário desafios como: o equilíbrio da quantidade de docentes e discentes estrangeiros em relação aos brasileiros, o reconhecimento dos diplomas dos estrangeiros, a maior cooperação entre os parceiros para adequar o modelo de ensino para que esse não seja só nos moldes brasileiros, entre outros,

Nesse sentido, a Unilab foi um projeto iniciado no governo Lula que buscava compatibilizar a promoção da língua portuguesa e a cooperação educacional internacional em um só lugar, e mesmo com as dificuldades apresentadas por Heleno (2013), podemos qualificar a influência dessa iniciativa como importante para promoção e fortalecimento do português em suas diversas variantes.

3.4.3.4 AÇÕES INTERNAS DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: A COMISSÃO PARA A DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO-APRENDIZAGEM PESQUISA E PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA (COLIP) E O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Além de executar ações que promoviam o português para além das fronteiras, o Ministério da Educação também esteve envolvido na criação da Comissão para a Definição da Política de Ensino-Aprendizagem Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (COLIP), composta por representantes de diferentes Ministérios e também por acadêmicos, a qual ficaria responsável por desenvolver propostas de políticas linguísticas, tanto para o âmbito doméstico como para o internacional. Além da COLIP, merece destaque a abertura do Museu da Língua Portuguesa, realização do governo de São Paulo e da iniciativa privada.

A COLIP, composta pelo MEC, o MRE e o MinC, foi instituída pelo MEC, por meio da portaria nº4.056 de nomeação da Comissão, e tinha dentre outros objetivos:

II - apresentar propostas de promoção internacional do Brasil por meio de políticas governamentais em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;

III - estruturar o projeto de criação do Instituto Machado de Assis, nos termos da Declaração Conjunta do Primeiro Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada na cidade de Porto em 13 de outubro de 2005.

Já na primeira Ata da reunião da Comissão, dentre as propostas apresentadas, em sua grande maioria, destinada a políticas nacionais, foram sendo delineados os direcionamentos da difusão internacional do português, que compreendem:

5. da internacionalização do português do Brasil;
- 5.1 políticas de leitorado, publicação de periódicos sobre a língua portuguesa do Brasil, tradução de textos literários brasileiros para outras línguas;
- 5.2 políticas que priorizem o intercâmbio linguístico e cultural com os países da América Latina e com países de África, particularmente com os países lusófonos;
- 5.3 produção de ações culturais que promovam e dêem visibilidade à identidade e representação do Brasil linguístico (BRASIL, 2004a, p.3).

No entanto, a COLIP não parece ter tido grande apelo entre os tomadores de decisão, principalmente no Itamaraty. No site do Ministério da Educação, há apenas dois documentos relacionados às atividades empreendidas pela Comissão: a portaria que cria a comissão e a ata da primeira reunião. Castilho (2013, p.12) afirma que a Comissão foi inoperante, na medida que não conseguiu levar adiante o projeto de desenvolver o Instituto Machado de Assis que “articulava as ações esparsas de universidades e de cursos de língua, tendo em vista a difusão da língua no exterior”.

O autor também critica severamente a postura do Ministério das Relações Exteriores que, segundo ele, é centralizador das ações da difusão linguística no plano internacional e, por isso, “bloqueou” a iniciativa do desenvolvimento do Instituto ainda durante as discussões na Comissão. A proposta da Colip teve influência fraca sobre a difusão do português no período do governo Lula pois, por divergências internas, não conseguiu

trazer frutos que beneficiassem a condução de estratégias de políticas linguística brasileiras no exterior.

Outra iniciativa nacional importante criada, em 2006, foi o Museu da Língua Portuguesa, localizado na Estação da Luz em São Paulo - SP, fruto de uma parceria entre o Governo de São Paulo e a Fundação Roberto Marinho e que, em seus três primeiros anos, já havia recebido mais de 1.600.000 visitantes, o que o tornou um dos museus mais visitados no Brasil e na América do Sul (MUSEU DA LINGUA PORTUGUESA, 2014). Ataliba de Castilho (2013) linguista e coordenador do Museu, comemora a não subordinação do Museu à ministérios ou, ainda à universidades. O Museu é gerido por um quadro interdisciplinar que associa sociólogos, museólogos, especialistas em língua portuguesa e artistas, que trabalham para “valorizar e difundir o nosso idioma (patrimônio imaterial)” (MUSEU DA LINGUA PORTUGUESA, 2014).

O Museu foi um projeto importante para o resgate e a manutenção da memória, desse modo, é importante perceber a influência desse sobre a difusão como moderada, pois ele não consegue agir diretamente no crescimento do número dos falantes do português.

3.5 A DIFUSÃO LINGUÍSTICA BRASILEIRA E O MULTILATERALISMO

Tradicionalmente, as políticas linguísticas externas são geridas por governos nacionais de maneira autônoma. O aprofundamento dos arranjos multilaterais e a possibilidade de novas agendas e temas aparecerem como objeto de negociação internacional faz com que essas políticas possam ser pensadas não somente por um país, mas por todos aqueles falantes da língua. Nesse sentido, Jora (2013) afirma que as novas ações de diplomacia cultural têm sido também realizadas por meio multilateral.

Esse movimento de multilateralização da gestão de uma língua tem se concretizado no âmbito da língua portuguesa por meio da CPLP e do IILP. Afinal, a língua portuguesa, como uma língua policêntrica⁵³ que deseja afirmar seu posicionamento como língua internacional, precisa

⁵³Língua que possui mais de uma norma em vigor, exemplo, a norma Portuguesa e a norma Brasileira do português.

potencializar a negociação entre os países falantes em torno da intervenção sobre a língua, de modo a abarcar as diferenças múltiplas do português.

Essa seção busca dar conta de como o governo Lula participou das negociações que envolviam a gestão do português no âmbito da CPLP.

3.5.1 O BRASIL NA CPLP: A REFORMA DO IILP

O início do Governo Lula coincide com a presidência brasileira na CPLP. A estratégia brasileira de ressignificação da África, especialmente a lusófona, na sua agenda de política externa foi favorecida/ favoreceu a sua posição na presidência na Comunidade. Aproveitando a oportunidade, o Governo Lula buscou aprofundar as concertações por via da Comunidade, como se pode constatar no seguinte trecho de uma comunicação entre o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada brasileira em Portugal sobre a CPLP, em 2003.⁵⁴

[...] um dos objetivos da Presidência da CPLP (que passou do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva) é aumentar a visibilidade da Instituição, não apenas no que diz respeito à maior divulgação de suas atividades entre a sociedade civil dos Estados membros, mas também junto a outros organismos internacionais e a governos de terceiros países.

Nesta dissertação não será possível explorar todos os pontos da agenda brasileira na presidência da Comunidade. Por isso, a descrição restringir-se-á à atuação brasileira no Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que funciona como instrumento multilateral de atuação brasileira para a promoção linguística, tanto nos países africanos lusófonos, como em países terceiros. No discurso de apresentação do balanço da presidência brasileira na CPLP, durante a V Conferência entre Chefes de Estado e de Governo, o Presidente Lula afirmou:

Nossa Comunidade é unida por valores e princípios nascidos de uma vivência linguística comum que

⁵⁴ Ofício nº 00021, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

queremos preservar e difundir. O fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, germe da CPLP, foi uma prioridade durante a Presidência brasileira (SILVA, 2004).

Congruente com o discurso do Presidente, Miyamoto (2009) assinala que na VII Cimeira realizada em Lisboa, no ano de 2008, o governo brasileiro reafirmou a necessidade da dinamização do Instituto, comprometendo-se a participar ativamente desse processo. Como é descrito no documento entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) e a Embaixada brasileira, em Lisboa, no ano de 2004, “[...] o Brasil atribui alta prioridade ao IILP e reconhece a necessidade de promoverem-se mudanças no atual quadro de ação do Instituto, bem como, eventualmente, em sua estrutura e estatutos⁵⁵.” Em documento enviado da Brasemb Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), no mesmo ano, pode-se perceber a intenção brasileira de pressionar pela reforma do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP),

[...] tendo presente a atual conjuntura em que discute a reformulação do IILP, permito-me então, sugerir a vossa Excelência transferir à CPLP os USD 24,000.00 (correspondentes a EUR 19,461.60), destinados ao IILP nos termos do desptel 131.[...] Em suma, o que se propõe é que a contribuição ao IILP esteja suspensa, até a aprovação de seu novo estatuto, e que haja esforço financeiro no pagamento do total das obrigações correspondentes a 2004, antes mesmo da conclusão da Presidência brasileira da CPLP, em julho do corrente ano.⁵⁶

⁵⁵A proposta brasileira para a revitalização do IILP, em 2004, versava em torno da maior articulação política, administrativa e financeira entre o Instituto e os órgãos da CPLP. Os recursos financeiros, por exemplo, deveriam na visão brasileira ser fornecidos pelo Fundo Especial da CPLP e aprovados pelo Comitê de Concertação Permanente (CCP).

⁵⁶ Ofício nº 00292, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

Contudo, o debate gerado em torno da criação e aprovação de um novo Estatuto para o Instituto não conseguiu gerar frutos expressivos durante o governo Lula. A aprovação dos Estatutos e do Regime Interno da Instituição só foi concretizada em 2010⁵⁷ e ficou à espera da ratificação pelos Estados membros.

Nesse ponto, percebe-se que a influência brasileira para promover o português por meio do IILP foi fraca, na medida em que não foi persistente e não contribuiu para o desfecho rápido, efetivo e importante para fortalecer o Instituto. Além de participar dos debates sobre a reforma do Instituto, foi também no período do governo Lula que se acirram as negociações acerca da ratificação do Acordo Ortográfico de 1990, assunto será visto a seguir.

3.5.2 O BRASIL NA CPLP: O ACORDO ORTOGRÁFICO

Ademais da proposta de reforma do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o governo Lula pressionou para que o Acordo Ortográfico de 1990 entrasse em vigor. Comentando os desafios que o governo Lula enfrentaria para reativar a política africanista na agenda brasileira, Saraiva (2002) observa que seria desastroso para a Comunidade, e também para a língua portuguesa, se não houvesse consenso e não entrasse em vigor o Acordo Ortográfico, um dos projetos precursores no âmbito da concertação política em torno da lusofonia.

O Acordo Ortográfico passou por várias etapas até ser ratificado. Foi criado em 1990, previa-se que entraria em vigor em quatro anos, mediante a ratificação de todos os países signatários. No entanto, somente três países (Portugal, Brasil e Cabo Verde) tinham completado o processo de ratificação e, por isso, o acordo ficou pendente. Em 1998, foi proposto e assinado um Protocolo Modificativo que tinha como objetivo desvincular a data proposta para a ratificação do Acordo.

A última etapa aconteceu em 2004 quando, a partir do Segundo Protocolo Modificativo, além de abrir espaço para a adesão do Timor

⁵⁷ O Estatutos e o Regimento Interno da IILP foram aprovados na XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Leste, definiu-se que o Acordo entraria em vigor se três membros da Comunidade o ratificassem. O Brasil encabeçou a lista de membros da Comunidade que ratificaram o segundo protocolo, e tentou pressionar os demais a se comprometerem, como é percebido no trecho do ofício enviado pela Embaixada brasileira em Lisboa para a Secretaria de Relações Exteriores, em 16 de março de 2005:

[...] o fato é que a CPLP tem tido grandes dificuldades em superar passivos, alguns deles “históricos, na sua trajetória. Entre os chamados “passivos históricos” citaria a não entrada em vigor internacional do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), que embora preceda a existência da Organização, está diretamente a ela vinculado. Em termos simbólicos, chega a ser curiosa a situação configurada, ou seja a de que uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa que não é capaz de dispor de um acordo abrangente sobre o idioma que compartilha. O Segundo Protocolo Modificativo (SPM) ao Acordo Ortográfico, assinando durante a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo, tem o mérito de estabelecer um mecanismo (“cláusula de Brasília”) que visa a acelerar a vigência do Acordo, assinado há 15 anos. **Até o momento, apenas o Brasil ratificou o referido Protocolo**⁵⁸ (grifo nosso).

Oliveira (2011) aponta que o Brasil e Cabo Verde foram os primeiros a ratificarem o protocolo, seguidos por São Tomé e Príncipe, no ano de 2007, o que propiciou a entrada em vigor do Acordo. O autor ressalta que Portugal foi o quarto país a ratificar o protocolo; no entanto, o fez de forma reativa à iniciativa dos outros países. Em 2008, na VII Cimeira da CPLP, o Presidente Lula clamava pela adesão dos demais países ao acordo ortográfico.⁵⁹

⁵⁸ Ofício nº00265, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

⁵⁹ Ofício nº 00783, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

Para Fiorin (2009), o AO90 extrapola o âmbito linguístico e se configura como um assunto político, pois o desenvolvimento de políticas linguísticas planificadoras tem caráter simbólico e, por isso, ajudaria a promover o fortalecimento identitário entre os sócios da Comunidade. Oliveira (2013) afirma que o Acordo é um indício da busca pela *normatização convergente* para o português. Segundo o linguista, essa

[...] normatização que, em benefício dos falantes, explora no limite máximo a veicularidade da língua, permite melhor circulação pelo mercado linguístico, com evidentes vantagens políticas, incluindo os países que até o momento não puderam participar da gestão da sua própria língua oficial, isto é, os PALOP e Timor-Leste, entre outros efeitos. (OLIVEIRA, 2013, p.423)

Para o Chanceler brasileiro Celso Amorim (2009), esse pode ser visto como reflexo do grau de coordenação que a Comunidade alcançou. Além disso, o então chanceler pondera que o AO90 ajudará a iniciativa de promover a língua portuguesa como língua oficial em importantes fóruns internacionais, como por exemplo, a ONU.

Scarmallote (2009) argumenta que o Acordo possibilita resultados positivos de ordem política, educacional e econômica, na medida em que a unificação ortográfica é propícia para o requerimento da utilização oficial da língua portuguesa em organismos multilaterais, além de facilitar a circulação de livros didáticos entre os países de língua portuguesa e, por fim, ajuda nas negociações comerciais entre os países, pois padroniza a redação de contratos. Oliveira (2011), apresentando uma posição parecida com a de Scarmallote (2009), aponta a importância da unificação da grafia do português como promotor da circulação de bens culturais⁶⁰, como por exemplo, livros, impedindo assim movimentos de “reservas de mercado”.

⁶⁰ A questão da promoção e incentivo da produção de bens culturais no cenário internacional é discutida por Lessa (2012). Nesse texto, a autora abarca a participação brasileira na produção desses bens, dando especial enfoque ao governo Lula e como esse governo buscou por meio do MinC, com o apoio do MRE, incentivar e estimular a indústria criativa. Essa participação mais ativa do Estado no incentivo à produção de bens culturais, também pode ser vista como contexto propício para a pressão exercida pelo governo Lula para a ratificação do Acordo Ortográfico.

Além disso, Oliveira (2013) argumenta que a ratificação do AO90 foi importante para fortalecer o IILP na medida em que esse ganha “[...] uma espinha dorsal- a ideia de uma gestão compartilhada, multilateral, internacional e respeitosa das diferenças nacionais da língua portuguesa, a ser construída no século XXI”, além de ter aberto espaço para a concretização do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) em 2014⁶¹. Nesse sentido, a pressão brasileira pelo Acordo Ortográfico teve uma influência positiva sobre a difusão do português na medida em que a harmonização das normas ortográficas é um importante instrumento para inserir e popularizar o português na internet, nos organismos internacionais entre outros espaços.

E é da projeção, promoção e difusão do português em escala internacional que trata o Plano de Ação de Brasília, apresentado a seguir.

3.5.3 O BRASIL NA CPLP: O PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA PARA A PROMOÇÃO, A PROJEÇÃO E A DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

O Plano de Brasília para a promoção, a projeção e a difusão da língua portuguesa faz parte das iniciativas multilaterais, das quais o Brasil participou para definir novas prioridades para a promoção da língua portuguesa no mundo.

Em sua redação final, esse plano apresenta dois tipos de estratégias para consolidar e expandir a utilização da língua portuguesa pelos membros da CPLP, “Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais” e “Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa”. A primeira busca articular ações para fortalecer, implantar e assegurar a língua portuguesa em organismos multilaterais, nos quais ela aparece entre as línguas oficiais, ou ainda,

⁶¹ O VOC, segundo o site oficial do Instituto, é uma plataforma que reúne os instrumentos legais determinadores da ortografia da língua portuguesa. Nesse sentido, o VOC tem incorporado gradualmente os vocabulários nacionais de cada país componente da CPLP. (IILP, 2014)

naqueles em que esse idioma não está incluído no quadro oficial, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas⁶² (CPLP, 2010).

Já a segunda, é ligada à promoção da língua portuguesa no seio da CPLP. As ações necessárias para alcançar esse objetivo são relacionadas à expansão e à melhoria do ensino da língua nos Estados Membros e ao aumento da cooperação entre os Estados na questão linguística, entre outras (CPLP, 2010). Além dessas propostas, o Plano dá ênfase à evolução da aplicação do Acordo Ortográfico, destacando sua implantação no Brasil e em Portugal. O Plano também discute a necessidade de incentivar a utilização da língua portuguesa nos meios de comunicação, como por exemplo, por meio da criação de uma CPLP-TV e, ainda, a necessidade da maior articulação da Comunidade com a Sociedade Civil (CPLP, 2010).

Esse Plano incentivou uma série subsequente de colóquios promovidos pelo IILP e que tinha como objetivo aprofundar os debates sobre as áreas consideradas estratégicas para a promoção internacional da língua portuguesa, e neles foram elaboradas Cartas de Recomendação. Foram quatro colóquios: Colóquio de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP (2011); Colóquio da Praia sobre o Português nas Diásporas (2011); Colóquio de Guaramiranga (2012) e o Colóquio de Luanda sobre o Português nas Organizações Internacionais (2012).

Essa série de Colóquios, segundo Oliveira (2013), fortalece o IILP na medida em que seus resultados são aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo, impulsionando desdobramentos práticos como convênios de cooperação e equipes de trabalho, o que delinearía mais concretamente a ação do Instituto nos próximos anos.

⁶² A intenção brasileira, junto com os demais países componentes da CPLP, de inserir a língua portuguesa no quadro de línguas oficiais coincide com a pressão brasileira, no Governo Lula, por mudanças nas estruturas tradicionais do sistema ONU.

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, O GOVERNO LULA E A DIFUSÃO LINGUÍSTICA: UMA TENTATIVA DE EXPLICAÇÃO

Este último capítulo tem como objetivo elaborar uma explicação para a relação entre o impulso nas iniciativas empreendidas para a difusão da língua portuguesa, descritas no capítulo anterior, e os objetivos da política exterior, propostos pelo governo Lula.

A primeira seção analisa conceitos como conjuntura e estrutura para tentar compreender as circunstâncias que limitaram/possibilitaram as ações do governo Lula para a difusão da língua portuguesa. Na mesma seção, questões político-econômicas e também relativas ao processo de internacionalização das línguas são debatidas em perspectiva histórica.

A segunda reconstrói a agenda de política externa brasileira proposta pelo governo Lula. As metas dos tomadores de decisão brasileiros nos dois mandatos de Lula e suas características serão destrinchadas e analisadas à luz também dos limites/possibilidades de um país semiperiférico.

Na terceira seção, com base no arcabouço teórico construído, será delineada a trajetória da difusão linguística proposta pelo governo Lula. Essa estará dividida em duas regiões (importantes para a política externa): América Latina e África, principalmente a lusófona. A ideia é perceber como a difusão linguística se encaixa nas aspirações político-econômicas do governo Lula.

4.1 CONJUNTURA E ESTRUTURA

A expansão dos instrumentos da política externa linguística do governo Lula não pode ser compreendida fora do conjunto de construções históricas que possibilitou a própria política externa desse governo. O embaixador brasileiro aposentado Luiz Souto Maior (2003) afirma que as ações de política externa só podem ser entendidas a partir das condições apresentadas pelo contexto em que elas se inserem, pela posição, ou aspirada posição, que um país ocupa e pelos meios que este dispõe para preservar ou alcançar novas posições.

Para entender esse momento particular, emprega-se a ideia braudeliana das diferentes temporalidades: o tempo dos acontecimentos, as conjunturas e os tempos longos. Para esse historiador francês (1968),

a história vinha sendo analisada sob a luz dos acontecimentos e tinha perdido a capacidade de perceber os processos em que estes se encaixavam. O autor então propõe o estudo de mais dois tempos históricos (além do tempo curto dos acontecimentos), que foram incorporados pelos teóricos da Economia Política do Sistemas-Mundo (EPSM): o tempo conjuntural e a longa duração.

Braudel (1968) apresenta uma conjuntura como sendo um tempo histórico que não excede um ciclo de Kondratieff, que dura mais ou menos 45-60 anos. Segundo Vieira e Ferreira (2013), a conjuntura pode ser caracterizada como um período que promove mudanças na estrutura ou como aquele em que novos tipos de relação antes não existentes são criados e reproduzidos, e que podem se tornar “estáveis” (estruturais) ou desaparecer. O conceito de conjuntura é aplicado nesta dissertação para contextualizar o cenário em que o Brasil estava inserido e como esse propiciou a política mais ativa e participativa do governo Lula no cenário interestatal.

O governo Lula esteve inserido em uma conjuntura que tem início na década de 1970 e é marcada, segundo os autores da EPSM e diversos teóricos, pelo declínio da hegemonia norte-americana. Esse declínio criou um cenário de instabilidade político e econômico para o cerne do sistema. Arrighi (1996) demonstra que a crise da hegemonia norte-americana se anuncia na década de 1970 em três vertentes, a política (a derrota no Vietnã), a econômica (extinção do sistema Bretton Woods) e a ideológica (perda de legitimidade das “cruzadas” anticomunistas). O autor afirma que esse cenário de declínio hegemônico traz uma instabilidade política e econômica muito grande, pois as unidades estarão em maior competição para ascender na hierarquia mundial do poder e da riqueza, o que para uns poucos pode significar assumir a posição de potência hegemônica.

Esse autor, no entanto, não comenta as transformações que ocorreram na gestão dos símbolos culturais pelo Estado nesse período. Para dar conta dessa dimensão que também passa por uma inflexão, Oliveira (2009) afirma que se iniciam na década de 1970, mas se intensificam na década de 1990, mudanças no perfil das políticas linguísticas. Este autor afirma que a superação do modelo de produção capitalista fordista, e o desenvolvimento do que passou a se denominar toyotismo ou produção flexível e sua mais atual expressão, a empresa em rede, influenciou diretamente a percepção da importância da comunicação, tornando-a “insumo central de produção”.

Nesse sentido, os “agentes políticos-linguísticos” são incentivados a investir tanto no *corpus* como no *status* da língua, para assim acessar de maneira mais vantajosa o mercado de línguas que se constitui a partir da nova percepção do uso das línguas. Assim, a competição na área se acirra e impulsiona os centros gestores a alcançar os mais diversos mercados para então incorporá-los aos seus planejamentos estratégicos. O tamanho e o lucro, porém, podem ser relativizados, afinal as mudanças nos padrões de consumo na produção cultural são rápidas, podendo ditar a sobrevivência ou a “falência” dessa produção. (OLIVEIRA, 2013)

No campo político-diplomático, as intervenções militares encabeçadas pelo *hegemon estadunidense*, nos pós 11 de setembro de 2001, afetaram diretamente a legitimidade do país no sistema mundial (ARRIGHI, 2007; HOBBSBAWN, 2008; MANN, 2012). Isso porque os seus desfechos foram decepcionantes, desacreditando não só as atuações estadunidenses, como também refletindo a ineficácia de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, na medida em que esses não conseguiram responder às ações unilaterais empreendidas pela “polícia mundial”.

Esse movimento de declínio hegemônico também gerou muitas dúvidas sobre a capacidade dos Estados Unidos de ordenação e condução do sistema interestatal. Lind (2005 *apud* ARRIGHI, 2007) afirma que num passado recente, os Estados Unidos tinham participação obrigatória nas principais decisões mundiais, contudo, esse quadro tem mudado consideravelmente, e importantes instituições têm sido criadas pela Europa, China, Rússia e América Latina, sem que os Estados Unidos tenham peso decisivo nelas. Patriota (2010) argumenta que o panorama das relações de poder político no sistema interestatal, nesse período, abriu possibilidades de ação para um grupo importante de países (Rússia, China, Brasil, Índia, África do Sul, entre outros) que buscam participar mais ativamente das instâncias decisórias mundiais.

Além dessa nascente multipolaridade nas questões diplomáticas, Oliveira (2013) percebe nesse momento, pós-2001, um franco crescimento do interesse internacional pela língua portuguesa. Esse cenário se deve, segundo o autor, o aprofundamento do processo democrático e civil nos países lusofalantes, o processo de institucionalização da cooperação (CPLP e ILLP) entre esses países e aos resultados econômicos ascendentes alcançados pelos lusófonos, com destaque para o Brasil. O linguista complementa afirmando que

O período pós-2004, que aqui nos interessa, tem sido um período virtuoso para o crescimento da língua portuguesa, tanto internamente como externamente. Ampliou-se o letramento da população, a inserção dos países na sociedade internacional, o crescimento da classe média, criando uma produção e um consumo cultural mais sofisticado, mais viagens ao exterior e maior acesso à Internet. Estes fatores fomentam um interesse maior pelos países de língua portuguesa e, conseqüentemente, maior disposição para o seu aprendizado como língua estrangeira. (OLIVEIRA, 2013, p. 417)

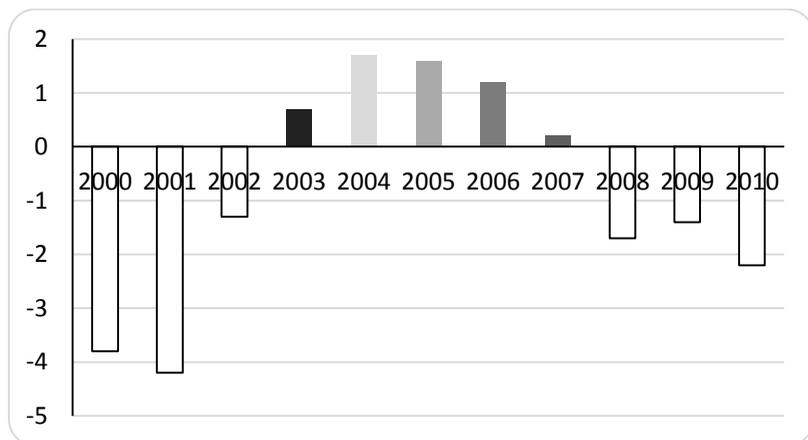
No contexto econômico, alterou-se a configuração do sistema das décadas de 1980 e 1990, quando os Estados Unidos conseguiram atrair grande parte do capital circulante mundial para si, criando graves crises de endividamento em diversas partes do globo, entre elas, a América Latina, e estabelecendo o que ficaria conhecido como “a década perdida do desenvolvimento” (SILVER; ARRIGHI, 2012). O cenário da economia mundial nos primeiros quatro anos do governo Lula era bastante favorável e benéfico ao grupo de países, principalmente semiperiféricos, que buscavam, e estavam preparados para, maximizar seus ganhos e ascender a novos patamares econômicos e políticos. Filgueiras e Gonçalves (2007) mostram que o período Lula conviveu com uma taxa de aumento real da renda mundial de 4,9%, superando uma tendência histórica de 3,2% e um forte dinamismo na esfera produtiva e de investimentos, o que atingiu diretamente o crescimento do PIB dos países na época.

Esse cenário propício, muito diferente das décadas passadas, de acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), foi impulsionado pelas políticas expansionistas de países centrais e da China. O caso chinês merece destaque por seu crescimento vertiginoso, no começo do novo século. Entre 2003-2006, esse país teve uma média anual de crescimento de 10,3% e teve participação crescente na economia mundial, assumindo 15% do PIB mundial. As políticas econômicas expansionistas conseguiram se firmar, segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), como “locomotivas” que impulsionaram a demanda global por insumos, conseqüentemente, intensificaram-se as trocas comerciais entre os países.

Esse dinamismo no comércio mundial também trouxe como subproduto, o aumento no nível de preços de insumos em escala mundial. No setor petrolífero, esse aumento chegou a 150%, no setor de commodities a 80% e, no manufatureiro, 35%.

As benesses desse movimento foram particularmente direcionadas à camada intermediária do sistema, o que pode ser demonstrado pela crescente liquidez internacional, transformadas em reservas para países semiperiféricos. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), o saldo da conta corrente desses países saltou de 77 bilhões de dólares, em 2002, para 544 bilhões, em 2006. Dessa maneira, os países, principalmente, aqueles que possuíam capacidade e diversidade na pauta exportadora, que conseguiram explorar as possibilidades desse período, conseguiram superar tendências de déficit na balança de pagamento, se tornando superavitários. O Brasil foi um desses países, como pode ser visto no Gráfico 6, que mostra a evolução no saldo da conta corrente como porcentagem do PIB, no período entre 2000-2010, que compreende dois governos, o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro de Luís Inácio Lula da Silva.

GRÁFICO 6 – SALDO DA CONTA CORRENTE % PIB DO BRASIL, NO PERÍODO ENTRE 2000-2010



Fonte: Elaboração da autora com dados providos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No entanto, levando em consideração que o tempo conjuntural de crise da hegemonia norte-americana é caracterizada pela incerteza e por períodos intercalados de prosperidade e turbulência econômica, o ano de 2008 representa uma inflexão no período de “prosperidade” na economia mundial. A crise financeira mundial, gerada no seio dos países centrais e que logo assumiu escala global, trouxe novo clima de incertezas para o futuro da economia mundial. Essa crise sinalizou, também, a incapacidade dos países centrais de apresentarem respostas definitivas para o problema econômico-financeiro mundial e abriu precedentes para a inclusão de outras economias, principalmente, as semiperiféricas, que se tornaram necessárias para a formulação de soluções possíveis (PATRIOTA, 2010).

Feita esta breve descrição dos acontecimentos, que quando vistos dentro de uma perspectiva temporal mais ampla, se encaixam em um processo conjuntural, é preciso agora inserir na análise as particularidades da longa duração, interpretada por Braudel (1968, p.70) como “[...] uma realidade que o tempo tarda muito a desgastar e transpor”. Esse historiador relaciona a longa duração com o conceito de estrutura. Segundo Vieira e Ferreira (2013), quando perduram por muitas gerações, as relações sociais, as instituições e as infraestruturas materiais podem ser exemplos de estruturas, que se caracterizam por condicionar a vida social, embora, também elas fenecem, mas lentamente. Wallerstein (2004), incorporando a temporalidade da longa duração ao estudo da economia política, acredita que os governantes, enquanto agentes, estão condicionados pela posição estrutural que o respectivo Estado ocupa no sistema interestatal, a qual, em grande parte, definirá ou determinará as possibilidades reais de executar determinada política, por exemplo, sua política externa.

Mas como pode ser caracterizada essa estrutura? Segundo Shannon (1996) e teóricos da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) não é possível apreender estruturas sociais individuais, pois elas devem ser entendidas como parte de um sistema. Isso quer dizer que nenhuma iniciativa de um agente pode ser reconhecida fora do contexto, no qual ele está posicionado. Ainda de acordo com o autor, esse sistema poderia ser caracterizado pelo conjunto de relações político-econômicas “relativamente estáveis” que cobrem o globo.

Na atualidade, segundo Wallerstein (2004), o sistema-mundo moderno, diferentemente dos sistemas-mundo passados, é baseado em

uma economia-mundo capitalista. Isso significa que todo o sistema gira em torno de um objetivo central que é a acumulação incessante de capital. Wallerstein (2004) prossegue sua construção histórica demonstrando que esse sistema-mundo moderno só tem início no século XVI como resultado da associação do capital com o Estado nacional. Os Estados participariam da formação desse sistema facilitando e promovendo a acumulação de capital. Mas fizeram isso como meio para atingir objetivos próprios: acumulação de poder, ou para dizer como Weber, com o objetivo de alcançar o monopólio do poder em seu território.

Wallerstein (1974) categoriza os Estados em fortes e fracos. Os fortes são aquelas entidades “parcialmente autônomas” que conseguem desenvolver uma burocracia fortalecida e manter sua soberania frente ao exterior e às forças domésticas. Esse tipo de Estado é encontrado, principalmente, na zona central do sistema. Por outro lado, os Estados considerados fracos não conseguem desenvolver uma burocracia hábil o bastante para coordenar as forças domésticas, nas palavras de Wallerstein (1974, p. 345) “um mecanismo industrial-comercial-agrícola complexo”, e por isso também, não conseguem se posicionar eficazmente no sistema interestatal, assumindo posições periféricas.

Metodologicamente, o sistema-mundo moderno é composto por duas dimensões diferentes, mas que, na realidade, relacionam-se intrinsecamente: o sistema interestatal e, o sistema econômico. Para os fins a que se propõe este estudo, centramos a análise nas características do sistema interestatal. Tendo em mente a própria diferença entre Estados fracos e fortes, o que se observa é um sistema hierarquizado e desigual, no qual unidades soberanas e autônomas convivem e se relacionam diante das necessidades de funcionamento do sistema.

Os Estados, segundo Shannon (1996), estão em intensa competição para alcançar maior poder relativo. Cada um buscará aumentar seus recursos (poder militar, riquezas, entre outros) no intuito de dispor maior autonomia e/ou influência frente a seus homólogos no sistema mundial e, necessariamente, aumentar também seu controle doméstico. Essas unidades, por serem “individuais”, devem assumir características próprias que vão definir sua singularidade dentro do sistema. Wallerstein (1974) argumenta que a “fórmula” que diferencia os sistemas-mundo de um império-mundo é a capacidade de existir homogeneidade (realidades nacionais) em um mundo caracterizado pela heterogeneidade.

Historicamente, cada unidade se posicionou em uma das três regiões em que se divide a economia-mundo: centro, semiperiferia e periferia. Wallerstein (2004) argumenta que o mecanismo que mantém essa estrutura tripartite é relacional, na medida em que o posicionamento das unidades se dá como produto das relações (econômicas, políticas entre outras) que elas mantêm entre si. Tentando definir a relação entre centro e periferia, Shannon (1996) firma que esse binômio requer uma relação política própria, na qual a periferia necessita participar de forma a beneficiar os interesses das economias centrais na economia-mundo. Esse comportamento é “incentivado” pela assimetria de “poder” existente entre eles, já que os estados centrais possuem maior poder militar, econômico e institucional para exercer pressões ou até intervir na busca de seus interesses.

Os países semiperiféricos respondem a uma lógica dual, tanto na dimensão política, como na econômica. Na vertente econômica, esses países atuam em atividades bastante diversificadas, nas quais há maior valor e tecnologia agregados, aproximando-se de atividades desenvolvidas pelos países centrais, no entanto, não deixam de atuar em setores econômicos que possuem menor valor agregado (SHANNON, 1996; WALLERSTEIN, 2004). Na dimensão política, essa lógica dual também está presente, pois os semiperiféricos não possuem os meios para alcançar o poder global exercido pelos países centrais; no entanto, são reconhecidamente países que possuem um grau de poder regional (SHANNON, 1996).

Debatendo como se dá a ação desses países no sistema, Wallerstein (2004, p.41) afirma que os Estados semiperiféricos “despendem energia” no movimento de manter sua posição, mas com a “esperança de ascender ao primeiro escalão”. No entanto, Arrighi (1997) aponta que esses países, geralmente, não acumulam os meios necessários para superar totalmente as características periféricas. Devido a esse posicionamento dual, Shannon (1996) assume que os Estados semiperiféricos estarão, continuamente, procurando estratégias para ajudá-los a receber os benefícios provindos das camadas mais centrais e tentando se distanciar da camada periférica. Essa dualidade intrínseca à condição semiperiférica vai se relacionar diretamente com a qualidade de suas relações no sistema interestatal. Segundo Wallerstein (2004, p.41), esses Estados têm a necessidade de escolher “[...] com rapidez e cuidado seus aliados e oportunidades econômicas”. Isso quer dizer que, para os

semiperiféricos é importante desenvolver estratégias que possibilitem o alcance de seus interesses.

Munidos desse arcabouço teórico, será agora necessário buscar um ponto de intersecção entre a conjuntura (declínio da hegemonia norte americana) e a estrutura (posição semiperiférica brasileira) aplicadas às iniciativas de política exterior brasileira no período do governo Lula, no intuito de explicar quais eram as possibilidades/restrições encontrados pela equipe governamental na implementação de uma política de difusão linguística mais ativa, o que implicava expandir seus instrumentos. É justamente essa “reação/ativismo” do governo Lula que será analisada na próxima seção.

4.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E OS CAMINHOS DO GOVERNO LULA

Muito se comentou sobre uma mudança dramática na condução do país devido à chegada do presidente Lula ao poder em 2003, mas, essa afirmação é bastante discutível. No âmbito da política exterior, Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que a mudança proposta não significou uma ruptura com o acumulado histórico da diplomacia brasileira. Soares de Lima (2005) reafirmam essa asserção e alegam que as diretrizes propostas pela equipe do governo Lula seguiam as linhas históricas de busca pela autonomia e pelo desenvolvimento nacional.

No que concerne à mudança, a autora percebe que essa foi significativa no modo pelo qual o presidente Lula e seus colaboradores percebiam o contexto internacional. A perspectiva desses tomadores de decisão se caracterizava por uma postura mais autonomista, e, em contraponto com o governo anterior, eles viam a necessidade de uma participação brasileira mais ativa no sistema, buscando manter uma posição mais ofensiva e construindo alianças que buscassem contrabalançar e resistir às decisões unilaterais dos países centrais (SOARES DE LIMA, 2005; SARAIVA, 2007).

Aplicando o conceito de semiperiferia para explicar o comportamento dos tomadores de decisão brasileiros, percebe-se que, segundo Shannon (1996), os países semiperiféricos estão em constante busca por maior autonomia em relação aos processos centrais, o que envolve mecanismos de ação que minimizam a exploração do centro. Além disso, é possível inserir o comportamento brasileiro em um quadro

conjuntural, no qual, de acordo com Wallerstein (1976) esses países podem aproveitar momentos de crise para aumentar seu poder de barganha frente aos países centrais. O autor ainda indica que esse momento de mudança refletirá em vários processos desenvolvidos pelos países semiperiféricos, como por exemplo, suas políticas estatais, no grau de nacionalismo e militância e, nos padrões de suas alianças diplomáticas.

A equipe do governo Lula parecia estar muito consciente do declínio hegemônico dos Estados Unidos e também muito afinada no tom de resistência a qualquer tipo de imposição, o que é perceptível nos discursos de representantes de diferentes ministérios. No Ministério das Relações Exteriores, destacavam-se Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, reconhecidamente críticos do sistema capitalista. No Ministério da Cultura, o ministro Gilberto Gil (2007) frisou que a promoção da diversidade cultural pode representar um elemento de enfrentamento da unicidade e hegemonia cultural, e, dá como exemplo, o poder da língua inglesa como fator cultural hegemônico.

O anseio por maior autonomia, elemento que levou o governo brasileiro a propor soluções reformistas e revisionistas para o estágio de instabilidade político-econômico em que o sistema interestatal se encontrava, estava em sintonia, segundo Soares de Lima (2005), com a percepção tradicional dos agentes diplomáticos e das elites brasileiras de que ao Brasil cabia uma posição de destaque no cenário mundial e, também, como a expectativa de que essa posição fosse legitimada e reconhecida pelos polos centrais do poder mundial. Em adição, o posicionamento brasileiro mais ativo e demandante no sistema mundial encontra base nos interesses da nova e complexa realidade da sociedade brasileira, na qual o governo Lula teve que atender interesses das novas elites e das empoderadas coalizões político-sociais (OLIVEIRA, 2005; HIRST, SOARES DE LIMA, PINHEIRO, 2010).

Essa tentativa de compatibilização de interesses complexos que coloriam a realidade brasileira no Governo Lula vai gerar, de acordo com Cervo e Bueno (2011), o paradigma do Estado Logístico. Nesse estágio de desenvolvimento da burocracia estatal brasileira, os tomadores de decisão deveriam estar atentos à diversidade de interesses sociais e econômicos existentes internamente e incorporá-los a um “planejamento estratégico do desenvolvimento”. O Estado logístico buscaria a sua autonomia no campo político comprometendo-se com o reforço “do núcleo duro da economia nacional”.

Com vistas à execução das diretrizes de política externa, Vizentini (2005) afirma que o Brasil desenvolveu uma diplomacia *high profile*, que foi alcançada, em parte, pela revalorização do Itamaraty como órgão atuante nas negociações internacionais, não deixando de lado a participação de outras burocracias estatais e da própria disposição do presidente Lula, que atuaram vividamente nas instâncias exteriores.

Vigevani e Cepaluni (2007) caracterizam a atuação internacional brasileira do governo Lula de autonomia pela diversificação. Essa atuação visava, não apenas diversificar parcerias como também se interessar por assuntos que não teriam retornos diretos e imediatos, mas que fariam o Brasil alcançar uma posição em que sua “voz” seria mais ouvida. Entre as áreas que não teriam retorno imediato, está a difusão linguística. Ribeiro (2011) observa que a aposta de utilização da cultura como instrumento de política externa é permeada pela incerteza, já que seus resultados são auferidos, majoritariamente, em longo prazo, além de serem de difícil quantificação. No entanto, como já demonstrado anteriormente no primeiro capítulo, a cultura, como forma ou expressão de *soft power*, tem se revelado um importante complemento da ação diplomática nas relações com os parceiros e, também, na projeção dos Estados em escala internacional.

Percebendo as instâncias internacionais como espaços possíveis de maior barganha e diminuição das ações unilaterais dos centros tradicionais do poder mundial, as diretrizes de política exterior brasileiras, no período Lula, buscaram reforçar o seu papel negociador em organismos multilaterais, sejam eles de ordem política ou econômica (CERVO; BUENO, 2011; AMORIM, 2011; SOARES DE LIMA, 2005; HIRST; SOARES DE LIMA; PINHEIRO, 2010). Além de atuar intensamente em fóruns multilaterais, o governo Lula também agiu de modo a favorecer a “internacionalização econômica” (CERVO; BUENO, 2011). A intenção brasileira era diminuir os reflexos da vulnerabilidade externa da década anterior, e por isso, baseou seus primeiros passos em diversificar tanto sua pauta exportadora, quanto seus mercados destinatários (LESSA; COUTO; FARIAS, 2009). Na mesma perspectiva, Saraiva (2007) afirma que foi a política incisiva da diplomacia brasileira de busca por novos mercados que propiciou a melhora nos números de comércio exterior brasileiro, como o aumento das exportações e superávits na balança comercial.

Para atingir esses objetivos políticos e econômicos, o governo Lula deu prioridade às relações com países que tinham interesses parecidos com o seu no sistema interestatal. A necessidade de criar alianças que beneficiassem seus interesses fez o Brasil priorizar países semiperiféricos ou periféricos em sua agenda externa. Segundo Pecequillo (2008), essa escolha trouxe benefícios de ordem econômica, estratégica e política. No campo político-estratégico, tal fato reforçou o pleito pela reforma e “democratização” de organismos multilaterais; já no campo econômico, essa coalizão trouxe a possibilidade de maior barganha no comércio, empréstimos, dívida externa, investimentos, entre outros (PECEQUILLO, 2008).

Para complementar os benefícios encontrados no campo político-estratégico é possível perceber que a escolha⁶³ do chamado Sul Global como espaço privilegiado de atuação também expandiu a capacidade brasileira de oferecer cooperação, principalmente técnica, aos países periféricos. Hirst, Soares de Lima e Pinheiro (2010, p.29) afirmam que “[...] por esta via o Brasil não só se tornou um ativo ofertante no sistema de cooperação internacional, como reforçou sua presença econômica por via do comércio e dos investimentos diretos”. Além desses benefícios, pode-se argumentar que o eixo Sul-Sul foi terreno fértil para a experiência da expansão das políticas culturais brasileiras. A política de difusão linguística, por exemplo, expandiu seu alcance, principalmente, para países desse eixo, como já demonstrado no capítulo anterior.

Como exemplo dessa atuação mais ativa do Brasil no campo dos organismos multilaterais, podem ser citadas duas ocasiões: a formação do G20 comercial na Conferência de Cancun, em 2003⁶⁴ e o pleito por um

⁶³ No entanto, é preciso notar que a priorização do eixo Sul-Sul não se deu em detrimento da relação brasileira com países centrais (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007; PATRIOTA, 2010). O Governo Lula continuou mantendo relações “estratégicas” com Estados Unidos, Europa e Japão, até mesmo porque a camada semiperiférica tem uma relação muito próxima ao centro do sistema e, muitas vezes, age como intermediador dos interesses centrais nas camadas mais periféricas e vice-versa.

⁶⁴ Em 2003, o Brasil liderou uma coalizão que ficou conhecida como G20, na qual, países como Índia, África do Sul, Argentina, Chile, Tanzânia, entre outros, se uniram em busca da liberalização do comércio agrícola via Organização Mundial do Comércio (OMC). Hirst, Soares de Lima e Pinheiro (2010) afirmam que o Brasil consegue nessa ocasião deixar a postura defensiva, que vinha sendo tônica na sua atuação nesse fórum. A coalizão tinha como objetivo negociar o fim

assento permanente no Conselho de Segurança. Destacamos que a intenção da presente pesquisa não é fazer uma análise aprofundada sobre nenhum dos dois fatos, mas sim ilustrar como o Brasil tentou coordenar e/ou estimular uma coalizão de países semiperiféricos e periféricos no intuito de aumentar seu poder de barganha e alcançar seus interesses⁶⁵.

Cervo e Bueno (2011) comentam que atuação brasileira objetivou aumentar a pressão pela liberalização agrícola nos países centrais, mas sem fazer concessões na área industrial. Essa posição liderada pelos negociadores brasileiros está diretamente relacionada com a característica semiperiférica de atuar em atividades econômicas, onde há muita concorrência e por isso, a necessidade de defender seus interesses em diferentes setores econômicos. Ainda no contexto das negociações, Cervo e Bueno (2011) pontuam que a postura assumida pelo G20, coordenado pelo Brasil, foi em prol do alargamento no número de países com poder decisório para a elaboração das regras de comércio. Se isso não fosse alcançado, haveria um esvaziamento das negociações, consequentemente paralisação, o que acabou acontecendo, pois os países centrais não cederam.

Outra participação ativa do governo Lula nos organismos multilaterais foi o pleito pelo assento permanente no Conselho de Segurança. Na realidade, essa é uma antiga “questão não resolvida” da diplomacia brasileira, pois, desde o fim da II Guerra, o Brasil esperava ser um dos escolhidos a ocupar o Conselho. O governo Lula traz nova ênfase ao assunto, quando percebe que o cenário criado pelo declínio da hegemonia norte-americana é propício às negociações para uma reforma de vários organismos multilaterais, inclusive o Conselho. A repercussão das incursões militares estadunidenses no Oriente Médio, sem o apoio do

dos subsídios agrícolas que os países centrais praticavam e que dificultam a entrada, em seus mercados, de produtos provindos dos países semiperiféricos e periféricos.

⁶⁵ Além da participação brasileira na formação de coalizões nos organismos multilaterais, é importante destacar a presença brasileira em entidades como BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o IBAS (acrônimo de Índia, Brasil e África do Sul). O IBAS e BRICS têm, no governo Lula, a sua formalização concretizada (2003 e 2009, respectivamente). Desse modo, se reafirma a participação e fortalecimento na agenda brasileira de política externa nesse período de iniciativas que privilegiaram as relações com países do chamado Eixo Sul Global.

próprio Conselho, trouxe desacordo sobre a real legitimidade de um órgão que deveria decidir imperativamente sobre as questões de guerra e paz no sistema. Cervo e Bueno (2011) lembram que, em 2005, o Brasil apresentou à Assembleia Geral das Nações Unidas uma proposta de reforma, na qual buscava inserir-se com outros três países (Índia, Alemanha e Japão) no poder decisório do Conselho. No entanto, esses autores ressaltam que a proposta não teve sucesso, mesmo tendo os países do G4 despendido grande atenção e ações diplomáticas para tal fim. Cervo e Bueno (2011) ponderam, ainda, que essa proposta sofreu duras resistências, principalmente, dos já membros do Conselho.

Nas duas ocasiões, pode-se perceber que o Brasil desempenhou um papel significativo na promoção de reformas nas estruturas de poder que conduzem o sistema multilateral global. Mas os esforços não renderam os benefícios esperados pelo Brasil e sua coalizão, o que pode ser explicado pela dimensão do poder dos países centrais, que mesmo em crise, conseguem ter a última palavra diante do ordenamento mundial. Como Wallerstein (1976) argumentou, o momento de crise cria um ambiente mais propício para que países semiperiféricos que estejam mais preparados possam assumir novo *status* na configuração do poder mundial. Todavia, o autor pondera que nem todos conseguirão, de fato, alcançar padrões decisórios centrais.

Discutidos esses dois acontecimentos que ilustraram concretamente como o Brasil buscou liderar coalizões de geometria de poder variável nos órgãos multilaterais, é preciso, agora, entender que esse caminho de “escolha pelo Sul” também foi seguido em diversos campos de atuação, como a difusão linguística. A próxima subseção será dedicada ao assunto.

4.3 O EIXO SUL NA AGENDA DE POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA E AS AÇÕES DE DIFUSÃO LINGUÍSTICA

Para o Ministério das Relações Exteriores, a [...] “expansão da presença internacional brasileira e a importância conferida à cooperação Sul-Sul” foram determinantes no processo de fortalecimento e expansão das instituições de promoção linguística (BRASIL, 2014d, p.3). Concordando com essa afirmação, Diniz (2012a) argumenta que as mudanças de distribuição na Rede Brasil Cultural propostas pelo Governo Lula estão diretamente ligadas à maior aproximação ao eixo Sul-Sul na agenda da política exterior brasileira.

Hirst, Soares de Lima e Pinheiro (2010) afirmam que a América do Sul e a África foram importantes bases para a ascensão brasileira no cenário da cooperação Sul-Sul, na qual o Brasil assumiu um papel de doador. As autoras chamam atenção para o fato de ter havido muitas semelhanças na estratégia brasileira implementada nas duas regiões. O Brasil buscou agir nessas áreas a partir de critérios como a história, a cultura e/ou aspectos geopolíticos compartilhados. A estratégia era compatibilizar as relações bilaterais com o fortalecimento de “instâncias coletivas” e desenvolver uma presença nessas regiões de maneira a abranger a dimensão da segurança, da diplomacia e do desenvolvimento.

Lessa, Saraiva e Mapa (2011) afirmam que o impulso na projeção cultural no governo Lula aconteceu como desdobramento do processo mais amplo de afirmação brasileira no exterior, que caracterizava a política externa naquele momento. Ainda comentando os objetivos de utilização da cultura pelo governo Lula, os autores apontam que ela assumiu uma “tripla funcionalidade”: a afirmação da identidade nacional, o fortalecimento dos blocos regionais e o favorecimento das alianças Sul-Sul. Mais enfático, Lima (2013) afirma que o campo cultural ganha nova funcionalidade, pois ele foi percebido como aliado na conquista de parceiros que apoiariam as aspirações brasileiras, como por exemplo, o aprofundamento da integração sul-americana, ou ainda, a reforma do Conselho de Segurança.

No governo Lula, percebe-se que havia uma inclinação política por parte dos tomadores de decisão em revigorar a política cultural como instrumento complementar aos demais eixos da estratégia de ação exterior brasileira. Ao assumir o cargo de Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim (2003, p.59, grifo nosso) afirmou que **“as políticas cultural, de cooperação técnica, científica e tecnológica serão elementos essenciais da política externa do Governo Lula”**. Samuel Pinheiro Guimarães, que assumiu o cargo de Secretário Geral das Relações Exteriores, disse, em congruência com Amorim (2003), que **“a tarefa da política externa é uma tarefa coordenada de todos os setores da Casa: da área política, da área econômica, da área cultural, da área científica e tecnológica, da área consular, da área administrativa”**⁶⁶ (GUIMARÃES, 2003, p.66, grifo nosso).

⁶⁶ Um fato político importante, complementar aos discursos de Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, é a presença de Edgard Teles Ribeiro assumindo a

A utilização complementar da cultura nas agendas de política exterior não é uma estratégia nova, como foi demonstrado nos capítulos anteriores. Segundo Hurrell (2006, p.4), países que se posicionam na camada intermediária do sistema interestatal, como o Brasil, “[...] desafiaram os modos tradicionais de condução da política externa, privilegiando novos tipos de “poder suave” e utilizando-se de novos tipos de diplomacia⁶⁷.” Seguindo a mesma linha de argumentação, Daurvegne e Farias (2012, p.903) apontam que o

Brasil raramente usa ameaças diretas (sejam elas, econômicas ou militares) para alcançar suas metas em política externa; ao contrário, o país está focado em formar e liderar coalizões entre países em desenvolvimento que buscam fortalecer valores compartilhados e compromettimentos normativos⁶⁸.

O governo Lula pareceu aproveitar tanto a capacidade geradora de *soft power* como o cenário linguístico cultural propício para imprimir maior racionalidade às políticas culturais externas. Lima (2013), por exemplo, não deixa de considerar a existência da preocupação de administrações anteriores com a utilização das políticas culturais, mas concorda que o governo Lula aumentou a capacidade de operacionalizá-la de maneira mais sistemática. As políticas culturais, com especial foco na difusão linguística, passam a agir em maior congruência com as diretrizes de política externa. E observando esse fato, é possível argumentar que o governo Lula utilizou de maneira mais eficaz a capacidade de “sedução”, representada pelo *soft power*.

chefia do Departamento Cultural do Itamaraty, no período do governo Lula. O nome desse diplomata provavelmente é o mais conhecido no meio diplomático e acadêmico brasileiro pelo seu ativismo em prol da diplomacia cultural. Sua tese do curso de Altos Estudos (CAE) no Instituto Rio Branco “Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira” foi publicada em 1989 (com uma nova versão em 2011) e parece ter se tornado referência obrigatória para quem estuda a diplomacia cultural no Brasil.

⁶⁷ [...]challenged traditional modes of conducting foreign policy, privileging new kinds of soft power and rewarding new kinds of diplomacy.

⁶⁸ Brazil rarely uses direct threats (whether military or economic) to achieve its foreign policy goals; instead, it is focusing on forming and leading coalitions of developing states to strengthen shared values and normative commitments.

A utilização da cultura pelo Brasil parece ganhar maior visibilidade no governo Lula, considerando-se o arcabouço de políticas implementadas no exterior. No entanto, como frisa Lima (2013, p.61), “[...] a cultura apenas criará frutos fora de sua própria esfera se combinada com outros elementos constitutivos do poder”. A partir dessas considerações, as próximas seções serão dedicadas a descrever e explicar a trajetória da política exterior brasileira que contou com a política de difusão linguística como um instrumento complementar.

Como esta dissertação estuda a difusão linguística empreendida pelo governo Lula, a seguir serão analisadas a América Latina e a África, as duas regiões que se constituíram como foco das ações de expansão dos instrumentos de difusão linguística, conforme exemplificado no capítulo anterior. Essas foram áreas privilegiadas na agenda brasileira, como o presidente Lula mesmo explicita no trecho do discurso abaixo.

Tomei posse na Presidência do Brasil no dia primeiro de janeiro de 2003, e tomei a decisão de que o Brasil precisaria fazer uma inflexão na sua política internacional. **O Brasil precisaria ter um olho para a América do Sul e a América Latina e, ao mesmo tempo, ter outro olho para o continente africano** (SILVA, 2006). (grifo nosso)

A seguir, lançaremos luz sobre os direcionamentos do Presidente Lula nas relações brasileiras com essas regiões, compreendendo a expansão dos instrumentos de difusão linguística como complemento ao alcance dos interesses brasileiros. Comentando a ação brasileira nessas duas regiões, Cervo (2004, p.3) afirma que:

A América do Sul é concebida como espaço natural de afirmação dos interesses brasileiros. A este espaço, a diplomacia pensa em agregar países chaves do Atlântico africano. O conjunto comporia uma plataforma econômica e política, a qual, tendo o Mercosul como motor, trará como resultados o reforço das economias nacionais pela via de sua regionalização, a autonomia decisória na esfera política.

Além dos objetivos político-estratégicos, essas duas regiões também foram importantes parceiras econômicas para o Brasil. Segundo Hirst, Soares e Pinheiro (2010), ademais de serem significativos destinos para exportações brasileiras, essas regiões foram privilegiadas por investimentos oriundos do dinâmico movimento de internacionalização das empresas brasileiras. Esse movimento, de acordo com Hiratuka e Sarti (2011), foi propiciado pela melhoria nas condições macroeconômicas brasileiras, pela diminuição das taxas de vulnerabilidade externa e, também, pelas facilidades de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Feita essa abordagem geral, é necessário agora analisar cada região em particular e fazer as relações possíveis entre as ações implementadas e a expansão dos instrumentos estatais de difusão linguística.

4.3.1 A AMÉRICA LATINA

A América Latina, principalmente a do Sul, figurou entre as mais altas prioridades externas do governo Lula. O envolvimento brasileiro com as questões sul-americanas trouxe uma nova agenda para a integração e buscou não somente aprofundar as relações com os tradicionais parceiros mercosulinos, como também abarcar outros países do continente. No entanto, a prioridade para a América do Sul na agenda brasileira, que segundo Santos (2005), encontra base constitucional não implica uma exclusão de outros países da América Latina, porque uma América do Sul mais forte, fortalece a ligação desta com os outros países latinoamericanos.

Na América do Sul, o governo Lula agiu em duas dimensões: aprofundar as relações com países componentes do Mercosul e aproximar-se dos demais países da região sul-americana. Essas duas dimensões buscavam reunir e fortalecer a cooperação entre os países sul-americanos, formando um grupo mais coeso, com posicionamento mais assertivo frente às necessidades e dificuldades da época. Além disso, a maior coesão fortaleceria, também, o papel brasileiro como líder regional.

Logo em seu primeiro mandato, o governo Lula consegue finalizar o acordo de livre comércio do Mercosul com a Comunidade Andina, que havia sido iniciado nos fins do governo FHC. O maior entrosamento entre o Mercosul e a Comunidade Andina impulsionou a ideia de criar uma Comunidade que abarcasse todos os países da região e, então, foi criada

a Comunidade Sul-Americana das Nações (Casa), em 2004, “semente” do que viria a se tornar, em 2008, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Hirst, Soares de Lima e Pinheiro (2010) chamam a atenção para o papel ativo da diplomacia brasileira na criação da Unasul, a qual, segundo Cervo e Bueno (2011), foi criada com base em objetivos políticos, estratégicos e econômicos. Os objetivos políticos e estratégicos se mesclam, na medida em que o Brasil aposta na capacidade de uma União de países sul-americanos com “voz” mais homogênea e fortalecida em organismos multilaterais, além de criar um polo de poder regional capaz de lidar com conflitos entre os países membros. Patriota (2010) reafirma o papel estabilizador que a Unasul teve nos processos políticos da região.

Já na vertente econômica, Cervo e Bueno (2011) argumentam que a Unasul defende projetos de apoio à integração produtiva, energética e infraestrutural. Dentro da perspectiva econômica, pode ser observado o fluxo favorável de comércio brasileiro entre os países sul-americanos. Moreira (2007) demonstra que o Brasil passou de uma posição deficitária no comércio com a América do Sul em 1955 (US\$ 0,3 bilhões) e 2000 (US\$ 0,4 bilhões), para um superávit de US\$ 9,7 bilhões, em 2005, representando 22% do saldo comercial brasileiro. No ano de 2005, o Brasil foi superavitário no comércio com o Chile, Colômbia, Venezuela e Argentina. A autora destaca, ainda, a necessidade de continuar aprofundando as iniciativas que buscam identificar gargalos comerciais, principalmente, na questão de infraestrutura, para melhorar o fluxo do comércio intrarregional. A Unasul objetiva diminuir as vulnerabilidades estruturais da região, por meio de organismos como o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), Banco do Sul, entre outros.

No entanto, não se podem reduzir os processos de integração somente à política e à economia. Nesse aspecto, o governo Lula foi um grande incentivador da diversificação da agenda do continente, trazendo assuntos, como educação e cultura para compor o quadro de aprofundamento das iniciativas de integração, como pode ser observado no seguinte trecho de seu discurso:

Estamos profundamente empenhados na integração da América do Sul. Vemos essa integração não só do ponto de vista econômico e

comercial. Acreditamos em um amplo processo de aproximação política, social e cultural entre os países da região, processo no qual o Mercosul tem papel de destaque (SILVA, 2003, p.15).

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), o Mercosul, que como bloco econômico estava estagnado devido aos muitos desacordos comerciais, no Governo Lula viveu um período fecundo de criação de iniciativas de caráter social e parlamentar, entre outros. No aspecto comercial, segundo Boersner (2010), mesmo que o comércio brasileiro com os outros países componentes do bloco tenha triplicado, levando em consideração o período de 1990 até o período do Governo Lula, as trocas comerciais brasileiras extrabloco cresceram muito. O autor ressalta, ainda, que o Brasil tem parceiros comerciais, como a Europa e a Ásia, que têm sido muito mais significativos no saldo de comércio exterior brasileiro. Esse quadro acaba por levar as elites brasileiras a diminuírem seu interesse pelo espaço regional e a voltarem-se para mercados globais. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), contrariamente aos países vizinhos que destacam a vertente comercial do Mercosul, o Brasil trata este como uma base para sua estratégia política.

Diante do desgaste da vertente econômica, devido não somente aos imbróglis no comércio extrabloco, mas também pelo esgotamento dos modelos econômicos neoliberais ditados pelo Consenso de Washington⁶⁹, o ano de 2003, marcado pela ascensão de líderes de esquerda e centro esquerda no continente sul-americano, abriu a possibilidade de entendimentos políticos que buscaram uma nova agenda para o Mercosul, com maior enfoque na sociedade civil e suas

⁶⁹ O Consenso de Washington, de acordo com Carcanholo (2010), foi constituído por um receituário político neoliberal que buscava definir ações de administração da economia baseadas na estabilização macroeconômica, especialmente, no controle da inflação e contas públicas, e favorecimento de um ambiente prô-mercado. Criticando o Consenso, Wallerstein (2012, p.26) afirma que esse “[...] demandava que todos os países não “desenvolvidos” instituísem um programa que dava prioridade ao crescimento orientado para exportações, ao mesmo tempo em que abrissem suas fronteiras ao investimento externo direto, privatizando empresas estatais, reduzindo seus programas de bem-estar, e diminuindo suas burocracias.” No entanto, Wallerstein (2012) também afirma que a partir da segunda metade da década de 1990 deu-se início a uma série de contestações políticas as medidas promovidas pelo Consenso, isso porque, essas não conseguiram o “melhoramento econômico universal”.

necessidades. Nessa ocasião, o presidente argentino Nestor Kirchner, e seu homólogo brasileiro, Lula da Silva, assinaram o documento, que seria conhecido como Consenso de Buenos Aires. Esse documento buscou reiterar a necessidade de aprofundar as iniciativas relacionadas ao desenvolvimento humano no bloco, como se percebe nos trechos a seguir:

Concordamos em impulsionar decididamente no processo de integração regional a participação ativa da sociedade civil, fortalecendo os órgãos existentes, assim como as iniciativas que contribuam para a complementação, a associação e o diálogo amplo e plural (KIRCHENER, SILVA, 2003, p.1).⁷⁰

Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é só um bloco comercial, mas que constitui um espaço catalizador de valores, tradições e um futuro compartilhado (KIRCHENER, SILVA, 2003, p.3).⁷¹

O discurso do presidente brasileiro eleito em 2003 permite inferir que a intenção brasileira seria aprofundar as bases sociais da integração na região. A formação de uma identidade regional é um passo importante para o aprofundamento da integração. A cultura se insere nos debates e figura como elemento de visibilidade política para a consecução dos objetivos comuns. Nesse sentido, Lula indica que:

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos, e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos.

⁷⁰ Convenimos em impulsionar decididamente en el proceso de integración regional la participación activa de la sociedad civil, fortaleciendo los órganos existentes, así como las iniciativas que contribuyan a la complementación, la asociatividad y el diálogo amplio y plural.

⁷¹ Ratificamos nuestra profunda convicción de que el Mercosur no es solo un bloque comercial sino que constituye un espacio catalizador de valores, tradiciones y futuro compartido.

Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul (SILVA, 2003, p.41).

Querendo indicar como seriam os programas relacionados à promoção desses outros elementos para integração nesse novo século, Celso Amorim (2003) defendeu que era necessária a criação de projetos comuns que aprofundassem e diversificassem a agenda da integração. Mais uma vez, a cultura aparecia no discurso como componente dos processos de aproximação e melhora no entendimento regional.

[...] Atribuiremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais, de parcerias na área educacional e cultural, da livre circulação de pessoas e dos mecanismos financeiros e monetários que promovam comércio e integração (AMORIM, 2003, p.55).

Nessa perspectiva de ampliação dos processos de integração por uma vertente mais ligada às relações socioculturais, conforme demonstrado no capítulo anterior, o Brasil conseguiu desenvolver ações importantes para consolidar seus objetivos na região, cabendo destacar as iniciativas de difusão linguística; como a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), o Programa de Escolas Interculturais Bilíngue de Fronteiras (PEIBF), a abertura de vagas de Leitores brasileiros em Universidades da região. Desse modo, percebe-se que essas iniciativas complementaram o arcabouço da política exterior brasileira para a região, fortalecendo sua presença e apostando na educação e na língua portuguesa como instrumentos de diplomacia cultural.

A atuação brasileira nos países da América Central, compreendida como parte da América Latina, teve caráter de reconhecimento e aproximação da Região e dos seus processos políticos. Como Hirst, Lima e Pinheiro (2010) apontam, a diplomacia brasileira tem papel de destaque na proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC). Patriota (2010) afirma que na Cúpula da América Latina e do Caribe, em 2008, foi a primeira vez que os líderes da região se comprometeram em desenvolver uma agenda própria e esse acontecimento propiciou a criação, em 2010, da CELAC.

Além da Cúpula da América Latina e Caribe, o presidente Lula também participou de outras reuniões de processos de integração na região, como o do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). Cervo e Bueno (2011) afirmam que a participação do presidente Lula reforçou o relacionamento com os países que compõem esse Sistema e que o governo brasileiro desempenha um papel importante na região, pois está diretamente ligado às iniciativas de apoio logístico a negócios e investimentos, principalmente, no setor petrolífero e de energias renováveis. Descrevendo as relações Brasil- República Dominicana, componente do SICA, o trecho do documento abaixo, enviado pela Embaixada brasileira em São Domingo para a Secretaria de Relações Exteriores, no dia 14 de abril de 2008, observa as boas relações com o país em diversas vertentes, com especial destaque para as relações econômicas.

As relações entre o Brasil e a República Dominicana atravessam momento excepcional, circunstância que se reflete em diversas vertentes, tais como o crescente intercâmbio comercial, a expansão dos financiamentos do BNDES a este país, a presença de significativas empresas brasileiras aqui radicadas e a estreita cooperação técnica e educacional bilateral.⁷²

Além da República Dominicana, o Brasil mantém relações importantes, também com o Panamá. No documento enviado pela Embaixada brasileira no Panamá para a Secretaria de Relações Exteriores, no dia 05 de maio de 2008, é enfatizada a boa imagem brasileira no Panamá, que já conseguiu auferir benefícios como o apoio a candidaturas brasileiras, na ONU, no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), no Conselho de Direitos Humanos (CDH), entre outras, e destaca a importância desse quadro para o alcance dos interesses brasileiros na região:

[...] uma imagem muito positiva do Brasil e do povo brasileiro na população panamenha, que poderia ser em parte explicada pelas afinidades,

⁷² Ofício nº00213, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

descobertas ao longo dos anos, com nossas expressões culturais e com nossos heróis desportivos e também pelo peso político-econômico do Brasil. **Representa, atualmente, papel decisivo nessa reafirmação de imagem a posição de liderança do Brasil na América Latina**, em razão sobretudo das prioridades e do tratamento diferenciado que o país tem imprimido às suas relações com as nações da área e em especial com o Panamá.⁷³

Outro destaque para a atuação brasileira na região foi a liderança das tropas de *peacekeeping* da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. Celso Amorim (2011) ressalta o episódio lembrando que essa foi a primeira vez que um país latino-americano substituiu o comando das potências centrais em operações de paz na região, e enfatiza, ainda, que a presença brasileira foi acompanhada por outros países sul-americanos, como a Argentina, o Peru, o Chile e o Uruguai. Vigevani e Cepaluni (2007) observam que já é tradicional a participação brasileira em operações de paz, no entanto, a empreitada no Haiti ganha nova “coloração” na medida em que essa poderia possibilitar maior visibilidade para o Brasil não somente em questões de interesse regionais mas também globais.

Esses autores chamam a atenção para o “pano de fundo” da iniciativa: o pleito por um assento permanente no Conselho da ONU. Diversos autores (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007; HIRST; SOARES DE LIMA; PINHEIRO, 2010) relacionam a iniciativa brasileira no Haiti com a aspiração da sua entrada no Conselho de Segurança. No entanto, Celso Amorim (2011) nega a causalidade entre a liderança das tropas e a busca pelo assento permanente, mas, não deixa de perceber um subproduto que surgiu com a presença brasileira na região: a aproximação do Brasil com o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM). O diplomata destaca a aproximação brasileira à Comunidade na América Central, expandindo o diálogo com os países caribenhos para além do fenômeno Haiti, e para a oportunidade de discutir outros assuntos como o combate à fome e a reforma das Nações Unidas. Sendo assim, mesmo que Celso Amorim (2011) desvincule a ação no Haiti do pleito ao assento, é possível

⁷³ Ofício nº 00190, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

perceber que o tema de reforma do sistema ONU, que, principalmente nas diretrizes de política externa do Governo Lula, está diretamente ligado à reforma do CS, ainda é recorrente no diálogo com o Caribe.

A iniciativa brasileira no Haiti também teve caráter de aproximar não só o Haiti, como também toda a região Caribenha ao sul do continente. Para o Brasil, como Amorim (2011) propõe, era importante “latinoamericanizar” o Haiti. Isso quer dizer que o interesse brasileiro na região ia além do episódio haitiano e também do pleito ao Conselho, visando também a aproximação e integração desses países à sua área de influência, tentando contrabalançar a importância dos Estados Unidos na região.

Objetivando a aproximação, além das vertentes políticas e econômicas, a diplomacia brasileira apostou na utilização da língua como instrumento propício para esse movimento. A abertura de CCB’s na região foi considerável na época do governo Lula. República Dominicana, Panamá e o Haiti foram países em que o Brasil abriu Centros e também vagas para Leitores brasileiros na região.

A abertura do CCB na República Dominicana, por exemplo, refletiu uma necessidade de expandir a influência brasileira na região da América Central. No trecho do documento, de 06 de maio de 2008, que relata uma reunião entre um representante do Ministério da Cultura brasileiro e o Secretário de Cultura do Estado dominicano, o governo brasileiro aponta para a necessidade da abertura de instrumentos brasileiros para ajudar a expandir o português por regiões ainda não “exploradas”.

[O representante do Ministério da Cultura brasileiro] Destacou a preocupação do MinC em promover a difusão do Português, evitando que se transforme numa “língua-gueto” bem como de divulgar os autores nacionais. Saliu que era essencial para seu Ministério, “quebrar o isolamento” do Brasil, projetando a influência do País em regiões onde sua presença cultural ainda é discreta. [...] Acrescentou que [...] o objetivo imediato na agenda cultural brasileira na República Dominicana seria a instalação de um Centro de Estudos Brasileiros (CEB), em Santo Domingo,

cujos estudos iniciais já se encontram em andamento.⁷⁴

Outra importante constatação é a percepção de que a abertura do Centro de Estudos Brasileiros na República Dominicana beneficiaria os negócios brasileiros na região. No trecho do documento enviado pela Embaixada brasileira em São Domingo para a Secretaria de Relações Exteriores, no dia 12 de maio de 2008, fica evidente tanto o interesse das empresas brasileiras em consolidar o Centro, como também a relação de complementaridade entre governo e empresas para as relações com o país centro-americano:

[...] sondei as empresas brasileiras com representação na República Dominicana as quais reagiram, com muita satisfação, já que se trata de promover a imagem e a cultura do Brasil em país tão receptivo ao nosso. Assim sendo, concordaram em arcar com as despesas das reformas necessárias à restauração da casa que deverá abrigar o Centro de Estudos Brasileiros.⁷⁵

Como se pode perceber, os instrumentos de difusão da língua portuguesa utilizados pela diplomacia cultural brasileira tiveram papel complementar no alcance dos interesses do país da região latino-americana. No entanto, como ficou evidente no capítulo anterior, a África também representou uma região privilegiada na expansão das iniciativas de promoção da língua portuguesa no governo Lula, e são essas ações que serão analisadas a seguir.

4.3.2 ÁFRICA

Em documento enviado pela Embaixada Brasileira em Lisboa para a Secretaria de Relações Exteriores (SERE), no dia 18 de fevereiro de 2003, o Itamaraty ressalta a necessidade de o Brasil se aproximar politicamente do continente africano, ocupando assim um espaço deixado por grandes potências, já que estas eram vistas com ressentimento pelos

⁷⁴ Ofício nº00268, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

⁷⁵ Ofício nº00280, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

africanos e preferiam tratar de assuntos pontuais de maneira bilateral com os países africanos.

A iniciativa de encontrar-se com os Embaixadores africanos e a resposta positiva que todos deram, no decorrer do encontro, ao fortalecimento dos laços com o Brasil e da desejada presença brasileira naquele continente reflete [...] a carência de referências internacionais sólidas que atualmente caracteriza a situação do continente africano como um todo, no cenário internacional. Este é um espaço que, no momento, apenas o Brasil pode – e por isso deve – ocupar.⁷⁶

Cabe um comentário sobre essa citação. Se perceptível que o Brasil percebia a África como espaço geopolítico de afirmação, não estava sozinho nesta avaliação, pois este continente também tem ganhado importância nas políticas externas de outros países, como por exemplo, a China ou a Índia. O excesso de confiança sobre a possibilidade de “ocupar” a África provavelmente está baseado nas circunstâncias históricas e simbólicas que aproximam o país ao continente e, muitas vezes, é descolado das suas próprias potencialidades econômicas para efetivar essa ação.

É quase unanimidade entre os autores que o governo Lula lança um novo período de relacionamento com a África, com ênfase na África lusófona (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; VIZENTINI; PEREIRA, 2008; LEITE, 2011; MOTA, 2009). Avaliando sua atuação como Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2005) afirma que deu atenção especial ao relacionamento com a África, coisa que governos anteriores não tiveram determinação para levar adiante. Ele argumenta que, contrariamente ao senso comum, a África tem trabalhado em desenvolver iniciativas próprias e dinâmicas para resolução de seus problemas.

Pode-se perceber que a aproximação brasileira com a África poderia servir de ponte para os interesses brasileiros nas questões multilaterais mais importantes para a diplomacia brasileira da época. A

⁷⁶ Ofício nº00155, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

aproximação com a África representaria maior compromisso do Brasil com o espaço de atuação Sul-Sul, abrindo a possibilidade para o país alcançar liderança em foros internacionais e pleitear reformas em organizações internacionais, como o Conselho de Segurança (SARAIVA, 2002; HIRST; SOARES DE LIMA; PINHEIRO, 2010; GALA, 2014; RIZZI, 2009).

A participação brasileira mais ativa na OMC reverbera a busca de coalizões com países do “Sul global” para resistir às negociações assimétricas de comércio, como exemplo, podemos citar o subsídios agrícolas defendido por países centrais. Nesse aspecto, o Brasil ganha visibilidade e apoio no continente africano que possui economias baseadas na produção de *commodities* e que são lesadas pela perda de competitividade no mercado internacional, principalmente, pelos subsídios praticados pelos países do centro. Ribeiro e Menezes (2012) dão o exemplo dos países africanos produtores de algodão (Benin, Burkina Faso, Chade e o Mali) que, mesmo não sendo grandes exportadores mundiais, têm sua economia baseada no setor primário.

As coalizões ao Sul no âmbito da OMC também aproximaram o Brasil da África do Sul que se tornou, no governo Lula, um dos principais parceiros africanos. O contencioso da quebra de patentes farmacêuticas para o tratamento do vírus HIV, no âmbito da OMC, criou uma coalizão entre Brasil, Índia e África do Sul, que foi oficializada no Governo Lula e ficou conhecida como fórum IBAS. Pela Declaração de Brasília em 2003, o governo brasileiro firmou uma “aliança permanente” com esses países no intuito de desenvolver uma concertação política tanto no que tange a negociações em fóruns multilaterais, como também, na troca de experiências em cooperação técnica em diversas áreas e, ainda, na proposta de criação de um fundo de combate à pobreza e à fome (OLIVEIRA, 2005).

Mas, as relações brasileiras com a África do Sul no governo Lula ganham outras dimensões. Além da aliança para questões multilaterais e de cooperação técnica, um bom exemplo de diversificação da agenda foi a abertura de um Leitorado e um Centro Cultural em Pretória. A abertura do CCB na África do Sul também demonstra o interesse do governo brasileiro em administrar sua imagem frente a um país que desponta como importante parceiro brasileiro e onde cresce o interesse pelo aprendizado da língua portuguesa. Esse interesse é confirmado por uma comunicação, em 31 de janeiro de 2008, entre a Embaixada brasileira em Pretória e a Secretaria de Relações Exteriores (SERE).

Desde que assumi o Posto, tenho cogitado da conveniência de que seja aberto um Centro de Estudos Brasileiros (CEB) junto a esta Embaixada. Há, neste país, claro interesse pelo conhecimento do português e temas relacionados ao Brasil. [...] A percepção sobre o Brasil vai, no entanto, sendo aprofundada devido a fatores como o aumento do turismo [...]; ampliação do comércio [...]; e o impacto que a aproximação política, a bilateral e no IBAS, tem tido sobre o debate político. [...] Em Pretoria, inexistia um centro para onde possam convergir pessoas interessadas no Brasil.⁷⁷

Nota-se nesse trecho do documento, que existe uma percepção de que a abertura do CCB busca não somente difundir a cultura e a língua portuguesa, mas também tem em vista a importância desse movimento para influenciar questões como turismo, comércio e políticas.

Além do âmbito das negociações multilaterais em que o Brasil percebeu a África como importante aliado, Menezes e Ribeiro (2012) observam que a vertente econômica da agenda brasileira para a África foi muito ativa, englobando tanto a parte comercial, como também o investimento de empresas brasileiras na região. O fluxo de comércio entre África e Brasil que no ano de 2003 era de US\$ 2,4 bilhões, três anos depois, saltou para US\$ 7,5 bilhões, chegando a 10,2 bilhões, em 2008 (VIZENTINI, 2010, p.7). Segundo o autor, os maiores parceiros brasileiros na região são a Nigéria, a Angola e a África do Sul. Menezes e Ribeiro (2012) ainda ressaltam que a inclusão privilegiada da África na “estratégia econômica brasileira” mobilizou instrumentos legais e também a participação de diferentes burocracias estatais, como por exemplo, o BNDES, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o MRE.

Menezes e Ribeiro (2012) destacam o papel da iniciativa privada brasileira nas relações comerciais com a África, tendo buscado

⁷⁷ Ofício nº00070, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

oportunidades nas áreas de extração de recursos minerais e construção civil. Vizentini (2010) observa que empresas como a Vale, a Petrobrás e a Odebrecht foram muito importantes na internacionalização dos investimentos brasileiros em direção à África. Vários foram os empreendimentos dessas empresas na África. A Vale, por exemplo, ganhou a concessão para explorar um complexo de carvão em Moçambique que, segundo Vizentini (2010), ajudará este país a se tornar o segundo maior produtor de carvão no continente, perdendo só para a África do Sul. Além da Vale, no governo Lula, a Petrobrás expandiu sua presença na África para países como Tanzânia, Líbia, Moçambique e Senegal.

Outra vertente importante no relacionamento brasileiro com a África foi a cooperação técnica. Como enfatizam Pino e Leite (2011), a África conseguiu superar a América do Sul no número de projetos desenvolvidos na área de cooperação em diversos segmentos. Segundo Amorim (2008), estes projetos iam desde o desenvolvimento agrário até o combate ao vírus HIV. Menezes e Ribeiro (2012) argumentam que, por apresentar dificuldades similares e ter conseguido desenvolver soluções viáveis, a cooperação técnica oferecida pelo Brasil é muito apreciada nos países periféricos. Além disso, a diplomata brasileira Irene Gala (2014, p.23-24) chama atenção para a relação benéfica entre a língua portuguesa e a cooperação técnica na África lusófona, afirmando que “os técnicos brasileiros estão aprendendo, em português, como atuar no papel de agentes de desenvolvimento em outros contextos, exportando a tecnologia e a experiência desenvolvidas no Brasil”. A cooperação educacional Brasil-África também ganha destaque na agenda brasileira para a África, como mostrado no capítulo anterior, houve uma expansão no número de bolsas do PEC-G e PEC-PG, sendo que são os países africanos os mais beneficiados, principalmente, os PALOP.

A disposição brasileira em incrementar sua atuação tanto política, como econômica pode ser inferida da quantidade de viagens oficiais feitas pelo presidente Lula e seu *staff* para o Continente. Leite (2011) lista as viagens presidenciais de Lula e, também, aquelas realizadas somente pelo Chanceler Amorim para diversas regiões da África, no primeiro governo. Segundo a autora (2011), o presidente visitou a região em três anos seguidos (2003-2006), passando por todos os países componentes da CPLP e por países como África do Sul, Camarões, Nigéria, Gana, entre outros. O Chanceler Amorim também fez percursos semelhantes ao do

Presidente Lula, visitando a maioria dos PALOP's e outras regiões da África, como o Senegal, Zimbábue, Quênia, Marrocos, entre outros.

É nítido que dentre as viagens realizadas pelo presidente e seu chanceler, os países africanos luso-falantes tiveram prioridade, explicitada pela grande frequência com que os tomadores de decisão brasileiros visitaram a região. Mota (2009, p.74) afirma que a chegada do presidente Lula ao poder e a aproximação com a África, possibilitaram um maior estreitamento com os PALOP's dando, conseqüentemente, "nova luz e um novo ânimo" à CPLP. Vigevani e Cepaluni (2007) frisam que a aproximação do Brasil com países africanos, principalmente os lusófonos, não se deu simplesmente por questões econômicas e políticas, mas também por questões socioculturais e morais.

A renovada relação brasileira com a África lusófona pode ser vista como uma versão em menor escala da política brasileira para África em geral. O envolvimento brasileiro com questões econômicas, políticas, culturais e de cooperação foram importantes para a relação com os países africanos luso-falantes. As relações Brasil-Angola, por exemplo, são importantes para observar a atuação brasileira nessa região. Nesse país, que guarda grande aproximação cultural e histórica com o Brasil, o governo Lula tentou compatibilizar uma agenda bem diversificada passando por vertentes econômicas e culturais.

O crescimento das relações comerciais entre os dois países foi bastante substancial no período do governo Lula. Vizentini (2010) demonstra que, em cinco anos (2003-2008), as exportações brasileiras que somavam US\$ 235 milhões passaram para US\$ 1,9 bilhões, superando, em 2008, até mesmo o total de comércio brasileiro com a Nigéria e a África do Sul. O autor frisa que além do fluxo de comércio, houve grande investimento brasileiro, via BNDES, para o desenvolvimento da infraestrutura do país, sendo um exemplo a construção da hidroelétrica Capanda, financiada pelo BNDES e executada pela empreiteira brasileira Odebretch.

Assim, constata-se que as empresas brasileiras ganham bastante importância na própria relação política entre o Brasil e Angola, dada sua atuação nos mais diversos empreendimentos no país. Talvez como retribuição, as empresas colaboram com o Estado brasileiro em atividades que vão além de suas atribuições originárias, como na construção do CEB, o que fica evidenciado no documento enviado pela Embaixada

Brasileira em Luanda para a Secretaria de Relações Exteriores (SERE), no dia 29 de janeiro de 2003.

Os diretores das principais empresas brasileiras, que operam neste país, no momento, não se encontram em Luanda. Tão logo regressem, deverei reunir-me com eles para verificar a possibilidade de estabelecer parcerias para a instalação e manutenção do CEB nessa capital, tendo em vista uma desejável redução de custos relacionados no telegrama em referência.⁷⁸

Também pode ser percebido neste trecho que a proposta estatal de providenciar uma parceria com as empresas para a abertura do Centro Cultural tem como objetivos diminuir os gastos do governo, o que revela os constrangimentos de um Estado semiperiférico, que não possui meios suficientes para arcar com uma diversidade de ações diferentes daquelas essenciais à sua própria “sobrevivência”.

Como se pode perceber, a vertente econômica foi bastante importante para o relacionamento entre Brasil e Angola, mas essa não pode ser vista separada das outras vertentes, entre elas, a cultural. A diplomacia cultural brasileira foi bastante ativa, principalmente, ao fazer da língua portuguesa um instrumento complementar às outras vertentes da agenda do relacionamento brasileiro. O excerto abaixo, retirado de uma comunicação entre a Embaixada Brasileira de Luanda e a Secretaria de Relações Exteriores (SERE), em 15 de janeiro de 2003, explicita o interesse do governo brasileiro em abrir um CCB, anteriormente chamado CEB, em Luanda, no intuito de fortalecer os instrumentos estatais de promoção da língua portuguesa e, conseqüentemente, administrar de forma mais planejada a imagem brasileira junto às sociedades estrangeiras, nesse caso, a angolana.

Embora se trate de valores elevados, a instalação de um CEB nesta Capital é do mais alto interesse para a divulgação da cultura e civilização brasileira, cuja expressão corrente se concentra na divulgação de telenovelas e de cantores brasileiros. A instalação do CEB significaria, por conseguinte,

⁷⁸ Ofício nº00072, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

um salto qualitativo na apresentação da imagem do Brasil, em sentido lato, junto à sociedade angolana.⁷⁹

Esse trecho se relaciona com o anterior, pois reitera o alto custo da implementação de políticas de difusão cultural. Os recursos destinados para o setor, como tendência histórica, costumam ser escassos, de modo que foi somente o direcionamento estratégico que contribuiu para a criação de instituições, principalmente, no Governo Lula. Uma imagem renovada ajudaria, por exemplo, na melhor receptibilidade da sociedade angolana às empresas brasileiras na região, ou aos projetos de cooperação técnica, amplamente desenvolvidos no país. Pino e Leite (2010) destacam, por exemplo, a cooperação para a qualificação profissional em Angola, que é encabeçada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Outro exemplo de país africano lusófono com qual o Brasil desenvolveu uma importante política de aproximação foi Cabo Verde, que, por intermediação brasileira, se tornou membro da OMC. Em documento enviado pela Embaixada brasileira em Praia, capital cabo-verdiana, para a SERE, o Itamaraty afirma que essa intermediação poderá influenciar diretamente o apoio cabo-verdiano não só na OMC, mas também a outros fóruns multilaterais.

É amplamente reconhecido aqui o papel crucial que o Brasil desempenhou no processo de acesso de Cabo Verde à OMC, tema que foi objeto de apelo do próprio Presidente Pedro Pires ao Presidente Lula da Silva [...] O momento é propício, portanto, para que Cabo Verde se torne aliado explícito do Brasil em questões ora em debate nos foros multilaterais, seja dentro da própria OMC, seja no âmbito das Nações Unidas.⁸⁰

⁷⁹ Ofício nº 00035, ao qual que tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

⁸⁰ Ofício nº 00167 ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

No intuito de fortalecer essas relações tão profícuas com Cabo Verde, o governo Lula abre, em 2008, um Centro Cultural Brasileiro em Praia. Além do Centro Cultural, neste período, o governo brasileiro apoia a criação da primeira Universidade Pública de Cabo Verde, a qual é resultado da parceria com Instituições de Ensino Superior brasileiras como a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁸¹. Percebe-se um grande empenho brasileiro no campo educacional e cultural nesse país, e isso reflete a priorização brasileira dos países lusófonos, no intuito de fortalecer tanto em âmbito bilateral, como no multilateral, sua posição no sistema interestatal.

Além da dimensão bilateral, o Brasil participou ativamente dos processos de concertação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Em discurso na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, o Presidente Lula reafirma o interesse do estreitamento das relações com os países que, como o Brasil, têm o português como língua oficial.

A comunidade dos Países de Língua Portuguesa é mais do que um espaço de confraternização entre povos irmãos. **É uma iniciativa de alto valor estratégico**, cujo raio de ação abrange quatro continentes. Somos oito países, com uma população de 230 milhões de habitantes comprometidos com a democracia e a justiça social (SILVA, 2004, grifo nosso).

Como se vê no trecho grifado, é importante perceber que a CPLP representou uma instituição estratégica para a agenda brasileira no governo Lula. Para o governo brasileiro, parece que o caráter estratégico da Comunidade se dá por ela conseguir reunir diferentes dimensões, a econômica, a político-diplomático, a cultural e a da cooperação. O documento enviado pela Secretaria de Relações Exteriores para a Embaixada Brasileira em Lisboa, no dia 08 de julho de 2003, em preparação para a VII Reunião do Conselho de Ministros, afirma a necessidade de dar ênfase ao projeto de Programa de Trabalho para o Futuro da CPLP às diversas dimensões envolvidas pela Comunidade.

⁸¹ Ofício nº 00167 ao qual que tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

Apesar de o Programa em sua forma atual resultar de Grupo de Trabalho do CCP criado especificamente para discuti-lo, sabe-se que em sua base está o texto apresentado por Portugal com sugestões de ações prioritárias para orientação do CCP ao longo do ano de 2003. A esse documento de base juntaram-se propostas brasileiras de ações de concertação político-diplomática, resultado de consultas realizadas pelo Brasil a sua rede de postos, em princípios do ano corrente, Considerando a contribuição brasileira, e o fato de o interesse da parte portuguesa concentrar-se, aparentemente, no desenvolvimento da concertação político diplomática, **o texto resulta bastante consistente nessa área. É menos consistente, porém, no tocante à cooperação e à promoção e difusão do português. De fato, é consensual no contexto da CPLP que todas as vertentes mereçam igual importância.** Ora, a cooperação técnica já parece haver encontrado seu caminho particular, com as reuniões regulares dos Pontos Focais da cooperação e sua elevação, em Brasília, a órgão da CPLP. Do mesmo modo, os debates sobre a cooperação empresarial e sobre a promoção e difusão da língua vêm convergindo para foros próprios, respectivamente, o Fórum Empresarial da CPLP e a Assembleia Geral do Instituto Internacional da Língua Portuguesa⁸² (grifo nosso).

O trecho ainda deixa transparecer uma posição brasileira conflitante com o propósito dado por Portugal à CPLP, já no início do governo Lula que coincidiria com a presidência brasileira na CPLP, no período de 2003-2005, posição esta disposta a incentivar dentro da Comunidade mecanismos diversos de concertação econômica, cultural e, também, na cooperação, principalmente técnica. A presidência brasileira na CPLP buscou desenvolver a dimensão econômica, por meio do Conselho Empresarial, e também buscou parcerias com terceiros países

⁸² Ofício nº00408, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

no intuito de financiar/implementar projetos desenvolvidos no interior da Comunidade. Na vertente cultural, a presidência brasileira buscou reafirmar a importância do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, além de diminuir as fragilidades econômicas pelas quais o instituto passou. Ademais, o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico foi criado no período da presidência brasileira na CPLP.

O documento enviado em 17 de março de 2003, pela Delegação brasileira junto à CPLP para a Secretaria de Relações Exteriores, relata uma reunião entre parlamentares brasileiros e a secretaria executiva da CPLP em que a questão da complementaridade entre os setores é enfatizada como importante para o desenvolvimento da Comunidade

Em outros temas, os participantes neste Encontro expressaram consensualmente que a aplicação do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, a facilitação de circulação de bens culturais e o desenvolvimento das relações econômicas entre os Estados-membros são fatores essenciais para o fortalecimento da CPLP.⁸³

A CPLP tem importante valor político-estratégico, pois oferece uma base de apoio político para o Brasil em organismos multilaterais. Como Gala (2014) ressalta, a Comunidade tem sido importante no apoio aos cargos almejados pelo Brasil no sistema das Nações Unidas. A entrada como membro permanente no Conselho de Segurança na ONU, um dos pleitos importantes do governo Lula, também recebeu o apoio integral da Comunidade. Em documento enviado pela Embaixada Brasileira em Lisboa para a Secretaria de Relações Exteriores, no dia 04 de fevereiro de 2003, por ocasião da 64ª Reunião Ordinária do CCP, é explicitado o apoio da CPLP ao Brasil:

O CCP decidiu que a CPLP dará apoio conjunto à candidatura brasileira a um assento no Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2004-2005 nas eleições a serem realizadas durante a 58ª AGNU, no último trimestre do corrente ano.⁸⁴

⁸³ Ofício nº00274, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

⁸⁴ Ofício nº00107, ao qual tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

Além de criar uma base política, a CPLP também é uma “porta” para a participação brasileira em outros organismos multilaterais da região. A CPLP consegue congrega diferentes espaços geográficos e isso cria uma ampla região de países que participam, simultaneamente, de diferentes processos de integração, como por exemplo, a União Européia, o Mercosul, *Southern African Development Community* (SADC) e a *Common Market of Eastern and Southern Africa* (COMESA) (RIZZI, 2006, p.89). Esse espaço de confluência tem caráter decisivo na projeção brasileira sobre as demais regiões da África.

Na vertente cultural e cooperação educacional merece destaque a fundação da UNILAB. Criada pelo governo Lula, a UNILAB, como já anteriormente mostrado, tem um importante papel não só na promoção da língua portuguesa, mas também na aproximação e aprofundamento das relações com os países africanos de língua portuguesa que fazem parte da Comunidade. A UNILAB representa um projeto de cooperação educacional e cultural que buscou fomentar diretamente a relação do Brasil com os países da Comunidade, além de fortalecer o conceito de cooperação Sul-Sul tão valorizado pela diplomacia brasileira no governo Lula. Ainda sobre a dimensão cultural, é preciso frisar que o governo brasileiro conseguiu avançar na resolução do impasse do AO90, no entanto, não foi assertivo nas conversações conclusivas para o fortalecimento institucional do IILP.

Finalmente, percebe-se que a atuação brasileira no continente africano respondeu a diferentes dimensões, e que a África lusófona mereceu grande espaço na agenda de política externa desenvolvida pelo governo Lula. O relevante é que as dimensões político-econômicas não estiveram sozinhas, mas foram acompanhadas de ações culturais que buscavam apoiar as diretrizes mais gerais da política exterior brasileira nos âmbitos regional e global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou analisar e explicar as iniciativas de política externa de difusão linguística no governo Lula. Para tal intento, foi necessário demonstrar não somente as iniciativas em si, mas também compor um quadro analítico com conceitos e perspectivas teóricas que contribuíssem para explicar uma realidade complexa e pouco explorada.

Todo o conjunto dos capítulos foi pensado para responder a pergunta inicial: Por que houve uma expansão de iniciativas de difusão da língua portuguesa no governo Lula (2003-2010)? A hipótese da qual partimos foi a de que o governo Lula expandiu as iniciativas de difusão da língua portuguesa para alcançar aspirações políticas e econômicas da sua agenda de política exterior, ou seja, fortalecer coalizões para participar mais assertivamente nos organismos multilaterais e proporcionar um ambiente externo mais favorável para suas empresas nacionais.

Para alcançar seus objetivos, esta dissertação discutiu o conceito de diplomacia cultural, na qual se insere a difusão linguística. O primeiro capítulo, então, foi pensado com o objetivo de lançar luz sobre a diplomacia cultural e como essa se insere na agenda de política exterior. Além de discutir conceitualmente a utilização de símbolos culturais para o alcance de objetivos da política exterior, nesse mesmo capítulo foi feito um esforço para posicionar as ações de difusão linguística empreendidas pelos Estados ao longo da história recente da economia-mundo capitalista

A pesquisa histórica revelou que a difusão linguística como instrumento político foi amplamente utilizada por países centrais, e se tornou complementar aos projetos políticos e econômicos. A difusão linguística foi, até meados da década de 1940, exclusivamente praticada por países centrais, pois eram eles que dispunham de recursos, capacidades e instrumentos para implementar as várias formas de diplomacia cultural, entre as quais políticas de difusão linguística.

Todavia, como foi visto no capítulo dois, as décadas de 1930 e 1940 marcaram o início da difusão da língua portuguesa pelo Estado brasileiro. O governo Vargas foi o grande incentivador, tanto interna quanto externamente, da criação de políticas culturais no Brasil. Constatou-se, também nesse capítulo, um feito importante e que pode ter incentivado o desenvolvimento de políticas mais “ousadas”, como a de difusão linguística, a ascensão brasileira à posição de semiperiferia

(AREND, 2013). O novo posicionamento brasileiro na configuração da estrutura tripartite (centro, periferia e semiperiferia) e também, mudanças na configuração do ambiente doméstico foram as forças necessárias para impulsionar uma política externa mais arrojada e, que precisasse de maior diversidade instrumental, representado aqui pela difusão linguística, para o alcance de seus “renovados” interesses no sistema mundial.

As décadas posteriores se caracterizaram pela construção do arcabouço instrumental para a promoção da língua portuguesa. Recordemos as principais criações: até a década de 1970 foram criados instrumentos como os Centros Culturais, os Leitorados, os Programas Convênio-Estudantes; a partir da década de 1980 até o fim da década de 1990, surgiram os Institutos Culturais, o Celpe- Bras, e os espaços multilaterais para a difusão da língua portuguesa, como a CPLP e o IILP. Foi possível constatar, no entanto, que o desenvolvimento desses instrumentos esteve diretamente relacionado aos limites/ possibilidades tanto do posicionamento Brasil na hierarquia mundial, como também das ações políticas domésticas.

Como vimos, a posição semiperiférica se caracteriza por certa ambiguidade: não tão pequeno e instável política e economicamente que não possa aproveitar oportunidades, mas não grande e estável o suficiente para manter os objetivos e dispor dos meios necessários à sua consecução. E isso é o que explica, para além de causas mais imediatas, que a implementação da política de difusão do português no exterior tenha se caracterizado, ao longo do tempo, por “arranques e freadas” (FARACO, 2012 apud CASTILHO, 2013). Estas idas e vindas não estavam relacionadas somente às capacidades e instrumentos desenvolvidos, mas principalmente à inconstância da destinação de recursos para esse fim.

Em conformidade com a conjuntura mundial, entre 1930 e 1980, o planejamento e a intervenção estatais conseguiram induzir expansões na área. No entanto, a expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano impôs a diminuição do intervencionismo do Estado e dos recursos públicos e, por isso, o Estado brasileiro não pode/conseguiu dar continuidade à muitas atividades de difusão linguística.

O quadro geral de instabilidade na implementação das políticas culturais no exterior fez com que o Brasil restringisse o alcance dessas políticas à América Latina e à África (RIBEIRO, 2011). No caso da difusão linguística, pode-se reduzir ainda mais o espaço para a América do Sul e a alguns dos PALOP que abrigavam algum CCB ou estavam inseridos em algum dos programas como Estudante-Convênio. Essa

tendência regionalista confirmou-se também no período Lula, quando, no entanto, foram criados e expandidos instrumentos que abarcaram a América Central e a África lusófona como um todo.

O período do governo Lula, estudado no capítulo quarto, representou mais um “arranque” na história da difusão do português por parte do Estado brasileiro. A volta da característica de um planejamento estatal mais incisivo fez com que houvesse expansão das iniciativas de ações de difusão do português. Os dados demonstraram que o governo Lula buscou reorganizar e expandir os instrumentos de difusão linguística já existentes e, ainda, contou com a participação mais ativa de outros Ministérios no desenvolvimento de iniciativas para a área, como por exemplo, da Educação, e não só o das Relações Exteriores.

Analizamos no capítulo três algumas iniciativas que foram criadas, expandidas ou ainda mantidas pelo governo Lula. Alguns dos instrumentos apresentados nesse capítulo foram: a criação da DPLP para lidar com os assuntos da difusão linguística no Itamaraty, a expansão da Rede Brasil Cultura, a maciça participação de bolsistas africanos no PEC-G e PEC-PG, o crescimento continuado das inscrições para o Celpe-Bras, a criação do programa PEIBF, as Universidades UNILA e UNILAB, as participações brasileiras no AO90 e na reforma do IILP. Baseados no critério de influência sobre a difusão brasileira da língua portuguesa, pudemos observar que cada instrumento contribuiu em diferentes graus o objetivo proposto pelo governo brasileiro.

No entanto, ficou perceptível que o governo Lula, mesmo expandindo seus instrumentos, não quebrou uma tradição regionalista da política externa de difusão linguística. O feito foi ampliar o alcance para abarcar todos os PALOP, mais a África do Sul, e também inserir países localizados na América Central. Receberam, ainda, maior atenção organizações multilaterais de caráter regional, como a CPLP e o IILP. No entanto, essa restrição histórica foi interpretada pelo governo Lula como um aspecto positivo e, até mesmo, incentivador de uma política mais focada e eficiente no cumprimento de seus objetivos.

A expansão das iniciativas no governo Lula à difusão linguística está inserida e não pode ser vista fora do contexto mais geral das diretrizes da política externa no período. O quarto capítulo tentou formular uma explicação para esse momento de intensificação da difusão do português e chegou às seguintes conclusões: i) A difusão linguística foi direcionada para as regiões em que o Brasil buscou tanto fortalecer parcerias, tendo

em vista uma eventual coalizão em foros multilaterais, como também para criar ambiente mais propício para a internacionalização de suas empresas e de seus projetos de cooperação técnica; ii) O momento conjuntural de declínio hegemônico inaugurou um contexto de instabilidade política e econômica no sistema mundial, o que foi percebido pelo governo Lula como favorável à realização de uma política externa mais autônoma e mais arrojada; iii) A posição semiperiférica brasileira ao mesmo tempo possibilitou e limitou tanto a agenda de política externa direcionada para zonas de igual ou menor desenvolvimento, como também determinou a escolha do *soft power* como meio privilegiado para alcançar seus objetivos, uma vez que a utilização do *hard power* requer recursos volumosos, além de possíveis conflitos com países centrais.

Acredita-se que a pergunta de pesquisa foi respondida, na medida em que foram reunidas evidências que fortaleceram a hipótese. No entanto, a pesquisa sobre o papel da difusão da variante brasileira do português no exterior é ainda incipiente, precisando, pois, que sejam elaborados mais estudos sobre seu papel relevante na diplomacia cultural brasileira. Entre as perguntas que poderiam ser formuladas para esses estudos, gostaríamos de destacar: quais as características da política exterior de difusão linguística no período pós-Lula? Qual a efetividade e rentabilidade das iniciativas tomadas pelo governo Lula? De que modo o cenário de aprofundamento da crise econômica internacional e mudanças nas características de condução da política externa no governo Dilma afetaram a difusão da língua portuguesa?

Esperamos que as discussões aqui iniciadas estimulem pesquisadores da diplomacia cultural, ou áreas afins, a aprofundar e desenvolver o conhecimento sobre a difusão do português pelo Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão de Cargo de Ministro de Estado das Relações Internacionais. IN: AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. **A política externa do Brasil**. Brasília: IPRI/Funag, 2003.

Política externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. In: **Análise de conjuntura OPSA**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. n.4, 2005. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22214.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

Por uma Nova Arquitetura Internacional. In: Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 2009. **Mundorama**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/01/05/palestra-do-ministro-das-relacoes-exterores-do-brasil-embaixador-celso-amorim-como-convidado-de-honra-do-seminario-diplomatico-do-ministerio-dos-negocios-estrangeiros-de-portugal-lisboa-050120/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014

Conversas com jovens diplomatas. São Paulo: Benvirá, 2011.

AREND, Marcelo. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In: VIEIRA, Rosângela L.(org.) **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ARGENTINA. Ministério de Educación, Ciencia y Tecnología; BRASIL. Ministério da Educação. **Escolas de Fronteira**. Buenos Aires, Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

A ilusão do desenvolvimento. Tradução Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century. London: Verso, 2007.

BADILLO, Angel. Las políticas públicas de acción cultural exterior de España. **Estrategia Exterior Española.** Real Instituto Elcano, 2014. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/403edb0044639570ad11bde307648e49/EEE19-badillo-politicas-publicas-accion-cultural-exterior-espana+.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=403edb0044639570ad11bde307648e49>> Acesso em: 17 de setembro 2014.

BAPTISTA, Luís; COSTA, João, MADEIRA, Ana; RESENDE, José. **Projecto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os Leitorados de Portugues”.** Relatório Final. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Forum sociológico-centro de Estudos. 2007.

BIJOS, Leila; ARRUDA, Vera. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. IN: **Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão.** Brasília, v.13, n.1, ago, 2010 p.33 a 53.

BOERSNER, Demetrio. Brasil: vocação libertadora e tentação imperial. **Nueva Sociedad.** 2010. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/nuso/ep-2010.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Ata da primeira reunião plenária da Comissão para definição da política de ensino aprendizagem e pesquisa da Língua Portuguesa no Brasil e de sua internacionalização.** Brasília, 2004a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/MachadodeAssis/atadereunião.pdf>> Acesso em: 05 de outubro de 2014.

.Escola de Fronteiras. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=836&id=12586&option=com_content&view=article>. Acesso em 19 de junho de 2014a.

.Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Gabinete da Reitoria. **Estatuto.** Disponível em:
<<http://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>>. Acesso em: 04 de outubro de 2014b.

.Portaria nº 4.056. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portariacolip-4056.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro 2014c.

.O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, 2007a Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.** Brasília: MIN, 2010a. Disponível em:
<http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ab3fd-f20-dcf6-43e1-9e64-d6248ebd1353&groupId=10157>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2000-2003:** relatório anual de avaliação: ano base: exercício 2001. Brasília: MP, 2001. Disponível em:
<http://www.abrasil.gov.br/avalppa/site/content/av_prog/13/04/prog1304_anexo1.htm>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

. Plano Plurianual 2000-2003: relatório anual de avaliação: ano base: exercício 2002. Brasília: MP, 2002. Disponível em:
<http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/216/prog216_anexo1.htm>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

. **Plano plurianual 2004-2007:** relatório de avaliação – exercício 2004. Brasília: MP, 2004b. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2004/04_PPA_Aval_anexo1.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

. **Plano plurianual 2004-2007:** – exercício 2005 – ano base 2004. Brasília: MP, 2005. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2005/05_PPA_Aval_programas_MRE.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

. **Plano Plurianual 2004-2007:** relatório anual de avaliação: ano base 2005: exercício 2006. Brasília: MP, 2006. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2006/06_PPA_Aval_cad01.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

. **Plano Plurianual 2004-2007:** relatório anual de avaliação exercício 2007- ano base 2006. Brasília: MP, 2007b. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2007/07_PPA_Aval_cad01.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

. **Plano Plurianual 2008-2011:** relatório de avaliação: exercício 2009 - ano base 2008. Brasília: MP, 2009. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2009/09_anexo1_parte1.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

. **Plano Plurianual 2008-2011:** relatório de avaliação: exercício 2010: ano-base 2009. Brasília: SPI/MP, 2010a. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2010/10_volume1_parte1.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção

Comercial. **Relatório de Gestão do Exercício- 2008**. Brasília: MRE, 2009. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalocado=773350&seAbrirDocNoBrowser=1>> Acesso em: 08 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE); PARAGUAI. Ministério de Educação. **Programa Executivo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai**. Assunção, 2007 Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_61/>. Acesso em: 05 de outubro de 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Promoção Cultural. Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014d.

. **O Departamento Cultural**. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/sobre-o-departamento>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014e.

. **PEC-G: Histórico do Programa**. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>> Acesso em: 25 de setembro de 2014f.

. **Portaria nº212**, de 30 de abril de 2008b. Brasília. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/566976/pg-61-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-05-2008>>. Acesso em 27 de setembro de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.289**, de 20 de julho de 2010b. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2014.

BRAUDEL, Fernand. **La historia y las ciências sociales**. Madri: Alianza Editorial, 1968.

Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: volume 3 o tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRIGHI, Elisabetta; HILL, Christopher. Implementation and behavior. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (ed.) **Foreing Policy: theories, actors, cases**. 2 .ed. Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.

BRITISH COUNCIL. **The english effect**: the impact of English, what it's worth to the UK and why it matters to the world. United Kingdom, 2013. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/sites/britishcouncil.uk2/files/english-effect-report.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: Um histórico. In: I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CASTRO, Flávio. M. O.; CASTRO, Francisco M.O. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.v.2.

CARCANHOLO, M. D. Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. In: **Os anos Lula: contribuições para um balance crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

CARVALHO, S. C.; SCHLATTER, M.. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. In: **Cadernos do IL**. Porto Alegre, 2011, n.º 42, p. 260-284. Disponível em:< >. Acesso em: 28 de junho de 2014.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASTILHO, Ataliba. Desafios para a promoção e internacionalização da língua portuguesa. In: Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa: concepções de ações, Florianópolis, 2013. **Anais...**Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://anpoll.org.br/portal-novo/wp-content/uploads/2013/03/ATALIBA-T.-DE-CASTILHO-DESAFIOS-PARA-A-PROMO%C3%87%C3%83O-E-A-INTERNACIONALIZA%C3%87%C3%83O-DA-LINGUA-PORTUGUESA.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CERVO, Amado. Os objetivos da Política Exterior de Lula. In: **Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. Meridiano 47. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n.47. Junho-2004.

. **Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA (CPLP). **Estatuto**. Lisboa, 2007. Disponível em: <http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2014.

. **Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CMNE/Plano%20de%20A%C3>

A7%C3%A3o%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2014.

COYNE, G. **Causes and Consequences of Second Language Education: A Global Analysis from 1980 to the Present**. Dissertation (Graduate Program in Sociology). University of California: Riverside, 2013.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v.10, n.2, 1981.

CURB CENTER. **Cultural Diplomacy and The National Interest: In Search of a 21st- Century Perspective**. Arts Industries Policy Forum. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/curbcenter/files/Cultural-Diplomacy-and-the-National-Interest.pdf>>. Acesso em: 02 de setembro de 2014.

DAAD. **Sobre o DAAD**. Disponível em: <<http://www.daad.org.br/pt/18378/index.html>>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

DAUVERGNE, Peter; FARIAS, Débora. The Rise of Brazil as a Global Development Power. **Third World Quarterly**, v. 33, n. 5, 903-917, 2012.

DELL'ISOLA, Regina P.; SCARAMUCCI, Matilde; SCHLATTER, Margarete; JÚDICE, Norimar. A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame CELPE-Bras. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v.3, n.1, 153-184, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v3n1/10.pdf>> Acesso em:02 de outubro de 2014.

DEUTSCH WELLE. **Instituto Goethe faz 60 anos como referência na difusão da língua e da cultura alemã**. Correio do Brasil. 2011. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/dw-2/instituto-goethe-faz-60-anos-como-referencia-na-difusao-da-lingua-e-da-cultura-alemas/264853/>>. Acesso em: 07 de setembro de 2014.

DINIZ, Leandro R. A. **Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira.** Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2008.

. **A Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade:** a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2012a.

. Política linguística do Estado brasileiro para a divulgação do português em países de língua oficial espanhola. **Trab. linguist. apl.** vol.51, n., pp. 435-458, 2012b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/06/2014.

FILOMENO, Felipe A.; VIEIRA, Pedro A. Impacto da transição da hegemonia financeira mundial do reino unido para o EUA sobre a política econômica brasileira e argentina nos anos 1920. **História econômica & história de empresas**, v.X, n.1, p. 105-138, 2007.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORIN, José L. O acordo ortográfico: uma questão de política linguística. **Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**, UFSCAR, 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao04/04_004.php> Acesso em: 21 de setembro de 2014.

GALA, Irene. **Os Pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/dc/temas/CPLP_Port_3.pd> Acesso em 05 de novembro de 2014.

GONGA, Domingos C. **A hegemonia da língua inglesa na constituição da identidade de adolescentes em fase escolar:** fatores políticos, econômicos e culturais que fundamentam o discurso dos pais. Dissertação

(Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Ciência e do Homem: Campo dos Goytacazes, RJ, 2012.

GOMES, N. L.; VIEIRA, S. L. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, 2013 Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4178>>. Acesso em: 21 de setembro de 2014.

GOMES-ESCALONILLA, Lorenzo D. Um siglo de diplomacia cultural española: de la Junta para Ampliación de Estudios al Instituto Cervantes. **Documento de Trabajo**, Real Instituto Elcano, 2014. Disponível em <<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/ea1c410045c4aef7a549af5de37d5b31/DT12-2014-Delgado-Siglo-de-diplomacia-cultural-espanola.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=ea1c410045c4aef7a549af5de37d5b31>>. Acesso em: 05 de setembro de 2014.

GIL, Gilberto. Cultura, diversidade e acesso. **Diplomacia, Estratégia e Política**. out./dez, 2007.

GUIMARÃES, Samuel P. Discurso do Embaixador Samuel Pinheiro por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário Geral das Relações Exteriores. In: AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. **A política externa do Brasil**. Brasília: IPRI/Funag, 2003.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELENO, Maurício G. B. O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na política externa do governo Lula. **O público e o privado**, n.23, 2014. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=883&path%5B%5D=1017>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2015

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. England: Palgrave Macmillan, 2003.

HIRATUKA, Celio; SARTI, Fernando. **Investimentos diretos e internacionalização de empresas brasileiras no período recente**. Textos para discussão do IPEA, Brasília, 2011.

HIRST, Mônica; SOARES DE LIMA, Maria Regina; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Nueva Sociedad**, 2010. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/nuso/ep-2010.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

. **On Empire: America, War and Global Supremacy**. New York: Pantheon, 2008.

HOUAISS, Antonio. Prefácio. In: RIBEIRO, Edgard. **A diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, v. 39, n. 2 p.209-238, 1995.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? **International Affairs**, v. 82, n. 1, 2006, p. 1-19.

IKENBERRY, John. **Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Celpe-Bras**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/celpebras>>. Acesso em: 02 de setembro de 2014.

. Postos Aplicadores credenciados para a aplicação do Celpe-Bras 2014.2. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/outras_acoes/celpe_bras/postos_aplicadores/2014/postos_aplicadores_31072014.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP). **Instituto Internacional da Língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://iilp.cplp.org/iilp.html>>. Acesso em: 14 de setembro de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea); AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009.** Brasília: Ipea, ABC, 2010.

JORA, Lucian. **New practices and trends in cultural diplomacy.** Pol. Sc. Int. Rel., p. 43–52, Bucharest, 2013.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEITE, Patrícia S. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa:** os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

LEONARD, Mark; STEAD, Catherine; SMEWING, Conrad. **Public Diplomacy.** The Foreign Policy Center: London, UK, 2002.

LESSA, Antônio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza. Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso à Lula (1995-2008). **Rev. bras. polít. int.**, vol.52, n.1, 2009.

LESSA, Antônio C. Prefácio. In: SUPPO, Hugo; LESSA, Monica (org.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

LESSA, Monica L. Cultura e Política Externa: o lugar do Brasil na cena internacional (2003-2010). In: IN: **SUPPO, Hugo; LESSA, Monica (org.). A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

LESSA, Monica; SARAIVA, Miriam; MAPA, Diego. Entre o palácio do Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos (Org.). **Política Externa Brasileira: a política das práticas e a prática das políticas.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2011.

LIMA, André C. **Copa da cultura: o campeonato mundial de futebol como instrumento para a promoção da cultura brasileira no exterior.** Brasília: FUNAG, 2013.

LONGARAY, Elisabete. **Globalização, antiimperialismo e o ensino de inglês na era pós-moderna.** 247 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009.

KADRI, Jorge Geraldo. DPLP e a Língua Portuguesa – Entrevista (concedida para SILVA, Nilce da). **Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa,** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Acesso em: 24 de setembro de 2014.

KHUMTHUKTHIT, Ploy. **A nova diplomacia pública do Japão.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2010.

KIRCHENER, Nestor; SILVA, Luís. Inácio. L. **Consenso de Buenos Aires.** 2003. Disponível em: <http://www.resdal.org/ultimos-documentos/consenso-bsas.html>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

KITSOU, Sofia. The Power of Culture in Diplomacy: The Case of U.S. Cultural Diplomacy in France and Germany. **The Journal of Public Diplomacy,** v. 2, 2011. Disponível em:

<http://surface.syr.edu/exchange/vol2/iss1/3>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

MAGALHÃES, José C. **A diplomacia pura**. 2. ed. Venda Nova: Bertrand Brasil, 1996.

MAIOR, Luiz A. P. S. Desafios de uma política externa assertiva. **Rev. Bras. Polit. Int.**, v.46. n.1, Brasília, 2003.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power: globalizations, 1945-2011**. New York: Cambridge University Power, 2012.

MARK, Simon. A Greater Role for Cultural Diplomacy. **Discussion Papers in Diplomacy**. Netherlands: Netherlands Institute of International Relations “Clingendael”, 2009.

MELISSEN, Jan. The New Public Diplomacy: Between Theory and Practice. In: MELISSEN, Jan (Ed.). **The new public diplomacy: soft power in international relations**. Basingstoke: Palgrave, 2005.

MENEZES, Clarice C. F. Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: Uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

MENEZES, Robert G.; RIBEIRO, Cláudio O. A Cooperação Sul-Sul revisitada: A política externa do governo Lula da Silva e o desenvolvimento africano. In: I Circuito de Debates a Acadêmicos, Brasília, **Anais...** Brasília: IPEA, 2012.

MESQUITA, Silvana Q. N. O papel das Seleções do Reader’s Digest na estratégia da política cultural norte-americana. IN: SUPPO, Hugo; LESSA, Monica (org.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de outubro de 2014.

MOREIRA, Heloíza C. **O Comércio na América do Sul e oportunidades para o Brasil**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL: Escritório no Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/1/32301/LCBR SR185HeloizaCamargosMoreira.pdf>>. Acesso em: 04 de outubro de 2014.

MOTA, Mariana V.P.C. **Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP: São Paulo, 2009.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/institucional.php>>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

NYE, Joseph S. Soft Power. **Foreign Policy**, n.80, 1990, p.153-171.

. The Decline of America's Soft Power. **Foreign Affairs**, 2004. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/59888/joseph-s-nye-jr/the-decline-of-americas-soft-power>>. Acesso em: 24 de junho de 2014.

. The future of power. **Bulletin of American Academy**, v.LXV, n.4,2011. Disponível em: https://www.amacad.org/publications/bulletin/spring_2011/power.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2014

OCDE. **Current Account balance (indicator)**. Disponível em: <<https://data.oecd.org/trade/current-account-balance.htm>>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

OLIVEIRA, Gilvan M. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, nº1, 2010, pp.21-30

. Políticas Linguísticas como Políticas Públicas. In: BERTUSSI, Guadalupe T.; OURIQUES, Nildo D. (Org.). **Anuário Educativo Brasileiro: Visão Retrospectiva**. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: http://e-ipol.org/wp-content/uploads/2013/06/Políticas_linguísticas_e_Políticas_publicas.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2014.

. Política Linguística e Internacionalização: A Língua Portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n.52, v.2, p.409-433, 2013

OLIVEIRA, Gilvan. M. de; DORNELLES, Clara. **Políticas internacionales del portugués**. Real Instituto Elcano, v. 01, 2007. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WC_M_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_es/Zonas_es/Lengua+y+Cultura/ARI135-2007>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

OLIVEIRA, Henrique A. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo F. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: Ibas e o G-20. **Rev. Bras. Polít. Int.** v.8, n.2, p. 55-69, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 de novembro de 2014.

PATRIOTA, Antonio A. O Brasil no início do século XXI: uma potência emergente voltada para a paz. **Política Externa**. São Paulo, v. 19, n. 1, 2010.

PECEQUILLO, Cristina S. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v.51, n.2, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>>. Acesso em: 04 de outubro de 2014.

PINHEIRO, L.; BESHARA, G. Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos (Org.). **Política Externa Brasileira: a política das práticas e a prática das políticas**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2011.

PINO, B.; LEITE, I. La cooperación Sur-Sur de Brasil: ¿Instrumento de política exterior y/o manifestación de solidaridad internacional. **Mural Internacional**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5262>>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

RÁDIO ONU. **Escritor advoga criação do Instituto Machado de Assis pelo Brasil**, 2011. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2011/07/escritor-advoga-criacao-do-instituto-machado-de-assis-pelo-brasil/index.html>>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

RIBEIRO, Edgard T. **A diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2011.

RISCADO, Júlia E. A política externa cultural espanhola para o Brasil. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo. **Anais... São Paulo**, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300558322_ARQ_UIVO_ApoliticaexternaculturalspanholaparaoBrasil.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

RIZZI, Kamilla R. **Relações Brasil-Angola no pós- Guerra Fria: os condicionantes internos e via multilateral**. 134 f Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ROCHA, S. O poder da linguagem na Era Vargas: o abraqueiramento do imigrante. In: 6º Encontro Celsul- Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. **Anais... Florianópolis**, 2006. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/124.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

SAGAZ, Marcia R. **Projeto Escolas (Interculturais) Bilíngue de Fronteira**: análise de uma ação político linguística. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013

SANTOMAURO, Fernando. De Brésil to Brazil. A política cultural como instrumento de poder: os casos da França e dos Estados Unidos no Brasil na primeira metade do século XX. In: SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (org.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

SANTOS, Raquel P. Brasil e Argentina: imagens e percepções da diplomacia. In: VI Encontro da ANPHLAC. Maringá, 2004. **Anais...** Maringá, 2004. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/raquel_paz_dos_santos.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2014.

SANTOS, Sandro M. Os Estados Unidos e a legitimação do inglês como língua internacional. In: SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (Org.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

SANTOS, Luis Claudio V.F. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. *Rev. Bras. Polít. Int.* v.48, n.2, Brasília, 2005. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a10v48n2.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro de 2014.

SARAIVA, José F. S. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. **Rev. Bras. Polít. Int.** v.45, n.2, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200001>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

SARAIVA, Miriam G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Rev. Bras. Polít. Int.* v.50, n.2, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2>> Acesso em: 22 de setembro de 2014.

SAVEDRA, M. M. G. O português no Mercosul. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê**: Difusão da língua portuguesa. n.º 39, p. 175-184. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/39/artigo10.pdf>>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 28, n.76, p. 291-312, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>>. Acesso em: 04 de setembro de 2014

SCARMALLOTE, Geoffrey. Novas ideias, voos ainda mais altos: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entra em vigor para facilitar o intercâmbio cultural e as negociações entre países lusófonos. **Revista Getúlio**. Fundação Getúlio Vargas, 2009 Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7032/Ed.%2014%20-%20Reportagem%20%28Site%29.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

SCHOFFEN, Juliana R. **Avaliação de proficiência oral em língua estrangeira**: descrição dos níveis de candidatos falante de espanhol no exame Celpe-Bras. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.

SHANNON, Thomas. **An introduction to the World-System Perspective**. Westview Press, 1996.

SILVA, Diego B. O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior. In: XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. n. 4. 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.delfimsantos.com/textos/DSilva_Historia_promocao_lingu_a_portuguesa_exterior_sd.pdf> Acesso em: 06 de agosto de 2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva Presidente eleito da República Federativa do Brasil no “National Press Club” em Washington, D.C. In: AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P.;

LULA DA SILVA, L. I. **A política externa do Brasil**. Brasília: IPRI/Funag, 2003.

. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de trabalhos da V Conferência de Chefes de Estado e Governo, para apresentação do balanço da presidência brasileira da CPLP, no período de julho de 2002 a julho de 2004. São Tomé, 2004. **Mundorama**. Disponível em <http://mundorama.net/2004/07/26/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-trabalho-da-v-conferencia-de-chefes-de-estado-e-de-governo-para-apresentacao-do-balanco-da-presidencia-brasileira-da/>>. Acesso em: 04/10/2014.

. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante aula inaugural da Unila e cerimônia de assinatura do decreto de criação da Comissão de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. Foz do Iguaçu, 2010a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/02-09-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-aula-inaugural-da-unila-e-cerimonia-de-assinatura-do-decreto.>> Acesso em: 04 de setembro de 2014.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. O fim do longo século XX. In: Vieira, P. A; Vieira, R. L.; Filomeno, F. A. (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

SOARES, Maria Susana A. A diplomacia cultural no Mercosul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100003>. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.48,n.1, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002>. Acesso em 21 de setembro de 2014.

SUPPO, Hugo R. O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das Relações Internacionais. In: SUPPO, Hugo; LESSA, Mônica (Org.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

TAYLOR, Robert T. **Cultural Diplomacy-the future**. Disponível em: <<http://ics-www.leeds.ac.uk/papers/vp01.cfm?outfit=pmt&folder=7&paper=364>>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

TELES, Ana F. **A dimensão cultural da Política Externa Portuguesa: da década de noventa à actualidade**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda ou Estrangeira) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Número de examinados Celpe Bras**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/estatisticas/numero-de-examinandos/view>> Acesso em: 20 de outubro de 2014.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB). **Unilab: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. DIOGENES, Camila G.; AGUIAR, José R. (Orgs.). Redenção: Ceará, 2013. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/LIVRO-UNILAB-5-ANOS-2.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2014.

U.S DEPARTMENT OF STATE. COMMITTEE ON CULTURAL DIPLOMACY. **A Cultural Diplomacy: the linchpin of Public Diplomacy**. Report of the advisory Committee on Cultural Diplomacy, 2005. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/54374.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2014.

VIEIRA, Pedro A.; FERREIRA, Luiz Mateus S. O Brasil na atual conjuntura científico-tecnológica da economia mundo capitalista. . In: VIEIRA, Rosângela L.(org.) **O Brasil, a China e os EUA na atual**

conjuntura da economia-mundo. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F.; CINTRA, Rodrigo. Política no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v.15,n.2, 2003.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01028529207000200002>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

VIZENTINI, Paulo F. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.20, n.1, p. 134-154, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1941>>. Acesso em 05 de novembro de 2014.

. De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v.5, n.2. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9>>. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

. South-south Cooperation, Prestige diplomacy or “soft imperialism”? Lula’s government brazil-africa relations. **Século XXI**, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez, 2010. Disponível em : <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1706/31>>. Acesso em: 21 de julho de 2014.

VIZENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia. A política africana do governo Lula. In: **Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/UFRGS**. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2014.

ZAHARNA, R.S. China’s Confucius Institutes: Understanding the Relational Structure & Relational Dynamics of Network Collaboration. In: USC CENTER ON PUBLIC DIPLOMACY. **Confucius Institutes**

and the globalization of China's soft power, Los Angeles: Figueroa Press, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema mundial moderno vol.1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Edições Afrontamento Ltda., 1974.

. Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. **Theory and Society**. v.3, n.4, p.461-483, 1976.

. The inter-state structure of the modern world-system. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International Theory: Positivism and Beyond**, Cambridge University Press, 1996.

. **World System Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, Pedro. A; VIEIRA, Rosangela. L.; FILOMENO, Felipe. A. (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

WANG, Jian. Preface. In: USC CENTER ON PUBLIC DIPLOMACY. **Confucius Institutes and the globalization of China's soft power**, Los Angeles: Figueroa Press, 2014.